



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO



**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS
EM RECIFE/PE: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

RECIFE

2025

LEONARDO DA SILVA SANTOS

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS
EM RECIFE/PE: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, para a Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Ana Lúcia Borba de Arruda

Área de Concentração: Educação

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Santos, Leonardo da Silva.

Política de educação bilíngue para surdos em Recife/PE:
concepções e práticas / Leonardo da Silva Santos. - Recife,
2025.

177f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

Orientação: Ana Lúcia Borba de Arruda.

Inclui referências e apêndices.

1. Educação de surdos; 2. Educação bilíngue; 3. Políticas
públicas; 4. Libras; 5. Inclusão. I. Arruda, Ana Lúcia Borba de.
II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LEONARDO DA SILVA SANTOS

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS
EM RECIFE/PE: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Borba de Arruda (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Wilma Pastor de Andrade Sousa (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edson Francisco de Andrade (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor, apoio e incentivo constantes durante toda a minha jornada acadêmica; às pessoas que acreditaram em mim e me motivaram a seguir em frente, meu mais sincero agradecimento. Dedico, em especial, ao meu irmão Lindemberg — por ser inspiração diária de força e perseverança, por estar presente nos momentos mais difíceis e por me lembrar, com sua existência, da importância de nunca desistir dos meus sonhos.

“Me movo como educador, porque
primeiro, me movo como gente.”

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus — Aquele que me concedeu a vida e uma nova oportunidade de continuar existindo. Em Sua infinita bondade e misericórdia, tem sido meu refúgio e força, mesmo nos momentos em que minha fé parecia vacilar. É Ele quem me guia e tem colocado no meu caminho pessoas extraordinárias, que foram fundamentais na construção desta conquista.

À minha mãe, Sueli, minha professora da vida, mulher aguerrida, sensível e incansável, que enfrenta a vida com coragem para me oferecer tudo o que pode e mais um pouco. Sua força, sua fé e sua presença constante moldaram quem sou. A senhora me ensinou o valor da luta diária, do amor genuíno e da entrega sem medidas. É por tudo isso — e por muito mais — que carrego seu nome e sua história com o maior orgulho do mundo.

Ao meu pai, Lindomar, exemplo de honestidade, simplicidade e sabedoria. Obrigado por cada gesto silencioso, por cada renúncia em meu favor, por me ensinar, com atitudes e não apenas com palavras, o valor do trabalho, do respeito e da responsabilidade. Foi com o senhor que aprendi que caráter e dignidade são heranças maiores do que qualquer bem material.

Ao meu irmão, Lindemberg, inspiração viva de persistência, coragem e resiliência. Sua forma de encarar os desafios com força e fé me ensinou a não desistir. Você esteve ao meu lado em cada etapa, oferecendo apoio, palavras, silêncio e presença — tudo isso sem cobrar nada em troca. Este trabalho tem muito de você, e é também por você.

Ao meu companheiro Lucas, meu parceiro de vida e de jornada. Obrigado por dividir comigo os dias de incerteza, as noites mal dormidas, os medos e as vitórias. Seu apoio firme, sua escuta acolhedora e seu amor constante me ajudaram a permanecer inteiro, mesmo quando tudo parecia desmoronar. A sua companhia foi essencial para que eu chegassem até aqui.

À minha orientadora, professora Ana Lúcia Borba de Arruda, agradeço com imensa gratidão pela confiança, pela escuta atenta e pelo acolhimento ao longo de todo o percurso. Obrigado por me permitir trilhar com liberdade e responsabilidade o caminho das políticas de educação de surdos, e por ser presença comprometida e generosa durante toda a orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco — Janete Azevedo, Márcia Ângela, Alice Botler, Ernani Ribeiro e Gustavo Gilson — deixo meu reconhecimento pelas aulas que me formaram não apenas

como pesquisador, mas como educador e cidadão. Um agradecimento especial ao professor Edson Andrade, cuja presença e contribuições foram marcantes desde a seleção até a defesa. À professora Wilma Pastor, agradeço pela atenção dedicada em nossos estudos individualizados, pela participação na qualificação e, agora, na defesa desta dissertação. Suas leituras e contribuições foram fundamentais.

Aos meus alunos, que me desafiam, me ensinam e me inspiram a cada dia. Vocês são, sem saber, combustível e destino da minha prática docente. A cada um e cada uma, meu profundo agradecimento.

Aos amigos e amigas que estiveram comigo, torceram, escutaram meus desabafos, respeitaram meus silêncios e celebraram comigo cada pequena vitória: meu muito obrigado. Não seria possível listar todos aqui, mas saibam que cada gesto de apoio e afeto fez a diferença.

Reconheço a importância do ambiente acadêmico e institucional que possibilitou a realização desta pesquisa, oferecendo recursos, espaços e condições fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e da minha formação pessoal e profissional.

Por fim, a todos que fizeram parte desta caminhada — de forma direta ou indireta — deixo minha eterna gratidão. Esta conquista não é só minha, mas de todos que acreditaram, apoiaram e caminharam comigo até aqui.

RESUMO

Esta dissertação analisa a política de educação bilíngue para surdos no município de Recife/PE, com foco nas concepções teóricas, diretrizes legais e práticas pedagógicas adotadas. A pesquisa parte do reconhecimento da surdez não apenas como uma deficiência sensorial, mas como uma diferença linguística e cultural. A educação bilíngue, nesse contexto, compreende a Libras como primeira língua (L1) e a língua portuguesa escrita como segunda língua (L2), reconhecendo o direito da comunidade surda a uma educação inclusiva que respeite suas especificidades linguísticas. O objetivo geral é compreender como está estruturada a política de educação bilíngue para surdos em Recife, considerando a legislação vigente, a atuação dos diversos segmentos envolvidos e as estratégias adotadas no plano municipal. O estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, com análise documental e entrevistas com profissionais da educação, gestores e sujeitos atuantes na educação de surdos. O referencial teórico inclui autores como Ronice Quadros, Skliar, Karnopp e Sasaki, que contribuem para a reflexão sobre os direitos linguísticos da população surda, os avanços legislativos e os desafios práticos enfrentados na efetivação da política educacional. A pesquisa evidencia que, apesar de avanços legais significativos — como a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras), o Decreto nº 5.626/2005, e a recente Lei nº 14.191/2021 — a implementação das políticas de educação bilíngue ainda é frágil no município. Entre os principais desafios identificados estão a ausência de formação adequada para professores em Libras, a escassez de materiais didáticos bilíngues, a dificuldade de articulação entre as instâncias administrativas e a falta de protagonismo da comunidade surda no planejamento educacional. O estudo destaca ainda a importância de políticas públicas que ultrapassem o discurso legal e se concretizem em ações pedagógicas coerentes, baseadas na escuta ativa da comunidade surda e na valorização de sua cultura e identidade. A pesquisa também discute o impacto das políticas neoliberais sobre a educação especial e os riscos de retrocesso, especialmente com a tentativa de retorno a modelos segregacionistas, como previsto no Decreto nº 10.502/2020, posteriormente revogado. Os dados coletados em Recife revelam um cenário em que, embora haja reconhecimento da importância da educação bilíngue, ela ainda não se consolidou como política pública efetiva, sendo marcada por práticas fragmentadas e falta de planejamento estratégico. Haja vista que a educação bilíngue para surdos requer mais do que marcos legais: é necessário um compromisso político e social com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, que respeite a diversidade linguística e cultural. O estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre as políticas educacionais para surdos, apontando caminhos para a consolidação de práticas pedagógicas mais justas, equitativas e democráticas.

Palavras-chave: Educação de surdos. Educação bilíngue. Políticas públicas. Libras. Inclusão.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the bilingual education policy for the deaf in the municipality of Recife/PE, focusing on theoretical conceptions, legal guidelines, and pedagogical practices. The study recognizes deafness not merely as a sensory disability but as a linguistic and cultural difference. Bilingual education in this context adopts Brazilian Sign Language (Libras) as the first language (L1) and written Portuguese as the second language (L2), emphasizing the deaf community's right to inclusive education that respects their specific linguistic identity. The main objective is to understand how the bilingual education policy for the deaf is structured in Recife, considering current legislation, the role of various stakeholders, and strategies adopted at the municipal level. The research is based on a qualitative approach, involving document analysis and interviews with educators, administrators, and stakeholders in deaf education. The theoretical framework includes authors such as Ronice Quadros, Skliar, Karnopp, and Sasaki, whose works contribute to the reflection on the linguistic rights of the deaf, legal progress, and practical challenges in implementing educational policy. The study reveals that, despite significant legal advances—such as Law No. 10.436/2002 (Libras Law), Decree No. 5.626/2005, and Law No. 14.191/2021—the implementation of bilingual education policies remains fragile in Recife. Major challenges include the lack of adequate teacher training in Libras, shortage of bilingual teaching materials, weak coordination among administrative levels, and insufficient involvement of the deaf community in educational planning. The research highlights the need for public policies that go beyond legal discourse and translate into coherent pedagogical actions grounded in listening to the deaf community and valuing their cultural and linguistic identity. The study also discusses the influence of neoliberal policies on special education and the risk of setbacks, especially with attempts to reinstate segregated models such as those suggested in Decree No. 10.502/2020, later repealed. Data collected in Recife show a scenario in which, although there is recognition of the importance of bilingual education, it has not yet been effectively established as a consistent public policy, remaining fragmented and lacking strategic planning. The conclusion emphasizes that bilingual education for the deaf requires more than legal frameworks: it demands a political and social commitment to building a truly inclusive school system that embraces linguistic and cultural diversity. This research contributes to the broader debate on educational policies for the deaf, pointing toward more equitable, democratic, and inclusive pedagogical practices.

Keywords: Deaf education. Bilingual education. Public policy. Brazilian Sign Language (Libras). Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sujeitos entrevistados	76
Quadro 2 - Corpus Documental para Análise Metodológica das Legislações Pertinentes à Educação Bilíngue para Surdos	78
Quadro 3 – Categorias temáticas e unidades de análise da LDB (1996)	85
Quadro 4 – Categorias temáticas e unidades de análise da LDB e Lei nº 14.191/2021 ..	86
Quadro 5 – Reflexos da Lei nº 14.191/2021 no Contexto Recifense.	86
Quadro 6 – Categorias temáticas e unidades de análise da Lei nº 10.436/2002	87
Quadro 7 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto nº 5.626/2005	87
Quadro 8 – Reflexos dos Marcos Legais no Contexto Local (Recife/PE)	88
Quadro 9 – Categorias temáticas e unidades de análise do PNE (Lei nº 13.005/2014) ..	90
Quadro 10 – Reflexos do PNE no Contexto Local (Recife/PE)	92
Quadro 11 – Categorias temáticas e unidades de análise do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	92
Quadro 12 – Reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Contexto Local (Recife/PE)	94
Quadro 13 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 28.587/2015	95
Quadro 14 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 28.587/2015	95
Quadro 15 – Reflexos dos Marcos Municipais na Prática Educacional	98
Quadro 16 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 36.309/2023	99
Quadro 17 – Reflexos dos Marcos Municipais na Prática Educacional	101
Quadro 18 - Categorias analíticas.....	105
Quadro 19 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com o ex-Secretário de Educação	105
Quadro 20 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com o ex-Secretário de Educação	106
Quadro 21 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Presidente da ASSPE.....	111
Quadro 22 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Presidente da ASSPE.....	112

Quadro 23 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Secretária Executiva de Gestão Pedagógica	118
Quadro 24 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Secretária Executiva de Gestão Pedagógica	119
Quadro 25 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Técnica da Gerência de Educação Especial	126
Quadro 26 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Técnica da Gerência de Educação Especial.....	127
Quadro 27 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Professora de Sala Regular Bilíngue para Surdos.....	136
Quadro 28 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Professora de Sala Regular Bilíngue para Surdos.....	136

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 01: Número de Matrículas de Alunos Com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades em Classes Comuns ou Especiais Exclusivas, segundo a Etapa de Ensino – Pernambuco – 2017-2021	53
Gráfico 02: Percentual de Matrículas de Alunos de 4 A 17 anos de Idade Com Deficiência em Pernambuco – 2017-2021.....	54
Gráfico 03: Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades, por Dependência Administrativa em Classes Comuns e em Classes Especiais Exclusivas – Pernambuco – 2021.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEEPE	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
RJ	Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: CONCEITO, PANORAMA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.....	9
2.1	DEFINIÇÃO DE SURDEZ.....	9
2.2	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	13
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO PAÍS	17
2.4	SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	27
3.	EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO	33
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO ..	33
3.2	A SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO	43
3.3	INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES DE PERNAMBUCO	48
4.	ESTADO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL.....	57
4.1	CONCEITO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS	57
4.2	ESTADO, EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: COMO ESSES ELEMENTOS SE INTERCONECTAM?.....	61
4.3	DO IDEAL AO REAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ALÉM DO ACESSO À EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL.....	66
5.	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	72
5.1	DELINAEAMENTO DA PESQUISA.....	72
5.2	CAMPO E SUJEITOS DE PESQUISA	73
5.3	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	77
5.4	A ANÁLISE DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO	80
6.	OS MARCOS LEGAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO RECIFENSE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: O QUE DIZEM OS TEXTOS?.....	83
7.	VOZES E PERSPECTIVAS: DIFERENTES OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE	103
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
9.	REFERÊNCIAS	150
10.	APÊNDICES.....	157

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO ESTUDO

A educação de surdos na perspectiva bilíngue toma uma forma que transcende as questões puramente linguísticas. Para além da Língua de Sinais e do português, esta educação situa-se no contexto de garantia de acesso e permanência na escola. Essa escola está sendo definida pelos próprios movimentos surdos: marca fundamental de consolidação de uma educação de surdos em um país que se entende equivocadamente monolíngue. (Quadros, 2015, p. 198).

Esse destaque de uma das obras de Ronice Müller de Quadros aponta com muita clareza o que se pretende refletir neste estudo, a autora nos convida a pensar sobre a educação bilíngue para Surdos no Brasil e como nosso país ainda é visto como um país monolíngue, embora, no território nacional, circulem diferentes línguas. A implantação de um sistema educacional bilíngue para Surdos é, sobretudo, uma tentativa de romper com o monolinguismo dentro das escolas. Em outros textos escritos pela mesma autora, é possível perceber que há um destaque dentro das últimas duas décadas com o crescente volume de pesquisas que buscam elucidar a respeito da elaboração e implementação de uma educação bilíngue de Surdos.

O arcabouço teórico pauta-se nos estudos de Ronice Müller de Quadros, sobre a garantia da educação bilíngue para Surdos, refletindo principalmente, sobre a necessidade da concretização desse sistema educacional, mais voltado especificamente para os desafios na efetivação dessa política educacional. Dialoga-se também com os estudos de outros autores do campo educacional, como Karnopp (2013), Sassaki (2005) e Skliar (2015), visto a pertinência de suas reflexões para assegurar a oferta de educação bilíngue para a comunidade Surda.

As leis que oferecem suporte aos direitos dos Surdos são muito recentes. Durante muitos anos, a comunidade surda esteve marginalizada na sociedade, sem qualquer participação educacional, linguística, cultural e social. Conforme Silva (1998), o ensino formal para surdos no Brasil teve seu início em 1857 no Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, com o professor francês Ernest Huet, que, a convite de D. Pedro II, veio ao Brasil para trabalhar com os Surdos.

Cavalcanti e Silva (2007) referem que somente na década de 30, na cidade de São Paulo, brotaram algumas iniciativas particulares e religiosas, como a do Instituto Santa Terezinha. Em 1950, a rede municipal de ensino e pais de crianças Surdas fundaram, respectivamente, o Instituto Helen Keller e o Instituto Educacional São Paulo (atualmente ligado à PUC-SP). Ainda segundo as autoras a rede estadual esboçou interesse na educação de Surdos em 1957, com a criação de salas especiais (dentro das escolas regulares). Nesse período, a filosofia educacional que dava orientação sobre a educação dos Surdos era o Oralismo; portanto, a formação recebida pelos professores estava ligada a metodologias para o ensino de oralização¹, reabilitação da fala e leitura labial.

A educação de Surdos no século XX estavam ligadas a uma visão clínica, que segundo Moura (2000, p. 26), é “[...] equivocada quanto aos seus princípios, que procurava a todo custo acabar com aquilo que não podia ser tratado, curado na maioria das vezes [...].” Portanto, os esforços e as orientações seguidas pela família, escola e sociedade eram em prol de “curar”, “recuperar”, “salvar” a vida do surdo, e isso se daria através da fala ou por meio da restauração da audição, pois se ela fosse restaurada, a fala também seria.

A legitimidade de que apenas a língua oral deveria ser aprendida pelos Surdos permaneceu por cerca de cem anos, provocando fortes marcas na história da educação dos Surdos.

O novo milênio trouxe consigo importantes avanços na ciência ao redor do mundo, os quais concederam à humanidade conforto e celeridade no acesso e na disseminação de informações. No entanto, uma parcela considerável da população, não acompanha tal avanço, particularmente se considerarmos os Surdos que possuem um maior impasse na circulação dos conhecimentos que permeiam o cotidiano, por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras ou português escrito.

As produções científicas dos últimos anos têm possibilitado contribuições para encontrarmos possíveis respostas aos diversos questionamentos a respeito da educação de Surdos, notando que essa fração da sociedade, lamentavelmente, não está em consonância com avanços tecnológicos, configurando-se uma evolução educacional e social lenta, tendo

¹ Cavalcanti e Silva (2007) referem que o termo **oralização** deve ser entendido de maneira diferente do termo **oralidade**. O termo oralização é utilizado pelos profissionais da área da surdez, fazendo alusão ao ensino da língua oral ao surdo, estando fortemente ligada à reabilitação através da clínica fonoaudiológica. Goldfeld (1998) relata que o Oralismo iniciou sua era a partir do Congresso de Milão, em 1880, e segundo tal filosofia, o meio de comunicação utilizado pela comunidade surda deveria ser a língua oral e, por consequência, os sinais eram considerados prejudiciais para o desenvolvimento do surdo.

em vista às circunstâncias que lhe foram oferecidas nas últimas décadas, como o aprendizado tardio da sua língua natural, a ausência de acessibilidade comunicacional nas diferentes esferas da sociedade, à falta de conhecimento da Libras por grande parte da população brasileira.

De acordo com o Decreto 5.626/2005 e o Relatório do grupo de trabalho designado pelas portarias no 1.060/2013 e no 91/2013 (Brasil/MEC/Secadi, 2014), a orientação que serve como norteadora para a educação dos Surdos é o bilinguismo. Ainda nesse contexto, a Lei nº 14.191/2021 inclui oficialmente a modalidade de educação bilíngue de Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assegurando que a Libras seja reconhecida como a primeira língua (L1) e o português como a segunda língua (L2), com diretrizes que consolidam o bilinguismo como prática educativa fundamental para essa comunidade. Conceitualmente, Lacerda (1998) defende que o bilinguismo propõe um espaço efetivo para que a Língua de Sinais seja utilizada no trabalho educacional, sugerindo que sejam ensinadas duas línguas à criança surda: a Língua de Sinais, por ser sua língua natural, como L1 e a língua oficial do país como L2, preferencialmente na modalidade escrita (no caso dos brasileiros, a Libras e o português) (Brasil, 2005). Portanto, teríamos duas línguas circulando dentro da sala de aula inclusiva, devendo a língua portuguesa ser ensinada como L2.

Cavalcanti e Silva (2007) afirmavam que, na escola brasileira, nunca houve, de fato, espaço para alunos que se comunicam em uma língua diferente do português, marginalizando- se as minorias linguísticas existentes no nosso país, as quais podem ter dificuldade com a escrita em uma língua distinta da utilizada em sua comunicação.

A questão elencada pelas autoras nos permite a reflexão de que, nas salas de aula inclusivas, as metodologias empregadas no ensino da língua portuguesa visam à maioria dos alunos — os ouvintes —, com a valorização do canal auditivo para aquisição dessa língua; no entanto, a comunidade surda, que possui esse sentido comprometido, não pode tê-lo como suporte para a leitura e a escrita.

Moraes (2015) afirma que a situação linguística dos Surdos brasileiros ainda é muito peculiar, pois muitos não possuem um grau satisfatório de proficiência na L1 e, no geral, pouco conhecimento da L2. A afirmação expressa pelo autor confirma a importância de se continuar trilhando caminhos a respeito desse assunto e do processo de aprendizagem da L2, uma vez que ainda há muitas questões sem respostas e, de fato, precisamos avançar quanto a esse conhecimento (Moraes, 2012).

Assim, é preciso reconhecer que de acordo com o IBGE (2022) a comunidade surda brasileira é constituída por mais de 10 milhões de Surdos, os quais, na maioria das vezes, em virtude do comprometimento auditivo, fazem uso da Língua Brasileira de Sinais como principal meio de comunicação. Em uma análise mais minuciosa, com foco nos alunos que se encontram matriculados na rede regular de ensino, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020) expôs que o quantitativo de Surdos matriculados na rede regular é de aproximados 23.139 mil alunos.

Esses dados refletem que as políticas educacionais que proporcionam amparo aos direitos dos Surdos são muito recentes. Como sabemos, a comunidade surda obteve o reconhecimento da Libras como língua oficial por meio da Lei 10.436 em 2002. Desde então, os esforços para a construção de uma educação de qualidade para essa comunidade tem sido consideráveis. Apesar da escola não está preparada para receber a pessoa Surda, os impactos linguísticos ocasionados na escola fizeram e fazem com que repensem as políticas públicas voltadas para este grupo.

É importante sinalizar que mesmo que os dados não apontem significativas mudanças na efetividade de um sistema educacional bilíngue para Surdos, as políticas públicas educacionais implementadas de forma pontual vem produzindo efeitos nas últimas décadas na perspectiva da inclusão e permanência dos educandos Surdos no ambiente escolar.

É lícito destacar que esses dados e reflexões são motivações que tornam os municípios de Recife/PE um campo empírico desta pesquisa, devido a sua dimensão em números de estudantes Surdos matriculados na rede regular de ensino. Vale salientar que uma das motivações em torno deste tema parte da experiência com estudantes Surdos durante a participação no Programa de Iniciação Científica – PIBIC – compreendendo as interfaces das políticas educacionais e linguísticas para a realidade das escolas públicas.

Nesse sentido, a partir de um levantamento preliminar na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), referente ao período de 2012 a 2024, utilizando os descritores que mais se aproximam do tema desta pesquisa, neste caso, as palavras *Educação de Surdos* e *Educação Bilíngue*, foi possível perceber que o portal apresenta cento e cinquenta e sete (169) produções, no entanto, essas produções não abordam o tema em questão, apenas citam ambos os termos. Esse dado já demonstra uma grande lacuna neste campo temático, sobretudo pela abrangência dos termos utilizados. O que revela um trajeto relevante e necessário na construção desta pesquisa.

Desse modo, com o objetivo de ampliar o campo para ser possível identificar trabalhos que se aproximem do tema no qual este trabalho se insere, utilizamos os descritores *Educação de Surdos e Municípios*, com estes termos foram possíveis identificar seis (6) produções, sendo essas, dissertações e teses. Um número ainda baixo, se pensarmos que são problemáticas tão antigas ao contexto brasileiro.

Dentre as pesquisas, estão: *A história ainda não contada da educação de surdos no Município de Cabo Frio – RJ, UFSC, 2017; Educação Bilíngue Em Diário: Políticas E Práticas Constituídas Na Educação Dos Surdos No Município De Linhares No Estado Do Espírito Santo, UFES, 2018; Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos Surdos no município de Quirinópolis (GO), UFG, 2019;* o que representa uma escassez da discussão no âmbito do estado de Pernambuco.

Especificamente em Pernambuco, é possível identificar a carência de pesquisas que se objetivam a discutir a implementação de um sistema de educação bilíngue para Surdos, isso reafirma a necessidade para o desenvolvimento de uma pesquisa de aprofundamento sobre o tema, e mais especificamente sobre a política de educação bilíngue para Surdos.

Com base nas discussões anteriores, A pesquisa propõe-se a analisar as políticas de educação bilíngue para Surdos no município do Recife/PE, com foco nos textos legais, na documentação pertinente e nas estratégias adotadas para sua implementação. O *objetivo geral* é compreender como essas políticas estão estruturadas e quais diretrizes orientam a educação bilíngue para Surdos, considerando a legislação vigente e os documentos que direcionam as ações no âmbito local.

Para alcançar esse objetivo, foram definidos três *objetivos específicos*. O primeiro é analisar o contexto de produção da política de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE a partir dos documentos legais nas esferas internacional, nacional e local. O segundo busca analisar o papel dos diversos segmentos envolvidos na elaboração e execução da política de educação bilíngue para Surdos no município de Recife/PE. Já o terceiro objetivo é identificar as estratégias de educação bilíngue voltadas para os Surdos e adotadas no município de Recife/PE.

Partimos do pressuposto de que, apesar dos avanços significativos alcançados nos últimos anos, a educação bilíngue para Surdos ainda enfrenta desafios importantes. Esses desafios, principalmente no que se refere à priorização e implementação da política no planejamento educacional municipal, demandam um esforço conjunto das autoridades e da comunidade escolar.

2. EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: CONCEITO, PANORAMA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS.

2.1 DEFINIÇÃO DE SURDEZ

A surdez é uma condição que afeta a audição e a comunicação das pessoas. A definição de surdez tem sido objeto de debate na comunidade acadêmica e científica, sendo influenciada por fatores culturais, sociais e linguísticos. A partir da minha análise enquanto pessoa ouvinte, intérprete de Libras e pesquisador, reconheço que a surdez envolve não apenas uma condição física, mas também uma identidade cultural e linguística, especialmente para a comunidade surda. Neste sub-tópico, apresentarei uma visão geral sobre a definição de surdez, considerando as perspectivas de diferentes autores e as implicações dessa condição em diversos contextos.

Inicialmente, é importante destacar o que o Decreto nº 5.626/2005, em seu Art. 2º, considera sobre a pessoa surda: aquela que, por ter perda auditiva, comprehende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Esse conceito, ao enfatizar a experiência visual e o uso da Libras, reconhece a surdez não apenas como uma limitação auditiva, mas também como uma identidade cultural e linguística própria. A partir dessa definição, o Decreto posiciona a Língua de Sinais como elemento central na vida da pessoa surda, desafiando a visão tradicional da surdez como uma deficiência e reafirmando a importância do bilinguismo, onde a Libras e o português convivem como línguas de uso diário, contribuindo para a inclusão social e educacional dessa população.

Por outro lado, segundo Quadros (2015), a surdez pode ser definida como uma “condição em que o indivíduo apresenta perda total ou parcial da audição, nos dois ou em apenas um dos ouvidos, desde o nascimento ou adquirida posteriormente, por diversos motivos” (p. 25). Essa deficiência pode ser congênita, adquirida durante o período pré ou pós-natal, ou ainda progressiva, causada por fatores genéticos, infecciosos, traumáticos ou ambientais.

A definição de surdez, no entanto, vai além da perda auditiva e envolve questões culturais, sociais e políticas. Skliar (1998) destaca que a surdez é uma construção social e que a maneira como a sociedade entende e trata os Surdos é influenciada por valores e crenças culturais e históricos. De acordo com o autor, a surdez não é simplesmente uma condição sensorial, mas uma identidade cultural que se desenvolve a partir de uma língua e

de práticas sociais compartilhadas pelos Surdos.

Assim, a definição de surdez pode variar dependendo do contexto social e cultural em que a pessoa está inserida. Em um ambiente em que a língua de sinais é amplamente reconhecida e utilizada, por exemplo, a surdez pode ser vista como uma diferença linguística e cultural, e não como uma deficiência. Em contrapartida, em um contexto em que a língua oral é privilegiada e a língua de sinais é vista como uma forma inferior de comunicação, a surdez pode ser vista como uma limitação e um problema a ser resolvido.

Ciccone (2016) enfatiza que a definição de surdez deve levar em consideração não apenas a perda auditiva, mas também as necessidades e demandas específicas dos Surdos em termos de comunicação, educação e inclusão social. Nesse sentido, a educação bilíngue para Surdos, que envolve o uso da língua de sinais e da língua oral, é vista como uma abordagem pedagógica que respeita e valoriza a identidade e a cultura surdas.

Desse modo, é importante destacar que a surdez não é uma condição homogênea, mas sim heterogênea e variável. Isto significa que há uma grande diversidade de pessoas Surdas, com diferentes tipos e graus de perda auditiva, bem como diferentes modos de comunicação e experiências socioculturais. A surdez não é apenas uma questão de audição, mas também de cultura, identidade e linguagem. A classificação mais utilizada é a proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que define quatro graus de perda auditiva: leve, moderada, severa e profunda. No entanto, os autores ressaltam que essa classificação pode ser limitada e que a definição de surdez deve levar em consideração outras variáveis, como a idade de início da perda auditiva, o tipo de perda e a existência de outras deficiências associadas.

Já Karnopp (2009) propõe uma definição mais ampla de surdez, que não se limita apenas à perda de audição, mas que considera as consequências socioemocionais e culturais que essa condição pode trazer para a vida do indivíduo. Para a autora, a surdez não deve ser vista como uma deficiência, mas sim como uma diferença linguística e cultural.

Ainda dentro dessa perspectiva cultural, Soares (2014) destaca a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a comunicação e inclusão das pessoas surdas na sociedade. A autora ressalta que a Libras é uma língua completa e estruturada, com sua própria gramática e expressões idiomáticas, e que deve ser reconhecida e valorizada como tal.

Por outro lado, Lacerda (2010) alerta para a importância de não generalizar a experiência surda, lembrando que cada pessoa com surdez tem suas próprias características

e necessidades específicas. A autora destaca a importância de uma abordagem individualizada e centrada na pessoa para a educação e o apoio às pessoas com surdez.

É fundamental considerar toda a diversidade que envolve a surdez e compreender que a língua de sinais é uma língua natural e legítima utilizada pelos Surdos. A partir dessa compreensão, podemos perceber que o sujeito surdo não precisa ser reabilitado ou curado, mas sim respeitado e valorizado em sua singularidade. Dessa forma, é possível construir uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual a diversidade seja vista como uma riqueza e as diferenças sejam respeitadas e valorizadas.

Fernandes (2003) também chama a atenção para a complexidade da surdez, destacando que essa condição pode afetar não apenas a audição, mas também a visão, a comunicação, a cognição e a identidade da pessoa. A autora enfatiza a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender e atender às necessidades das pessoas com surdez.

Em suma, a definição de surdez é ampla e complexa, envolvendo não apenas a perda auditiva, mas também aspectos culturais, linguísticos e emocionais. É importante reconhecer a diversidade e as necessidades específicas das pessoas com surdez, e buscar uma abordagem individualizada e centrada na pessoa para a educação e o apoio a essa população. A valorização da Língua Brasileira de Sinais e o diálogo interdisciplinar são fundamentais para uma compreensão mais ampla e efetiva da surdez.

Ao conceituarmos a surdez, é importante considerar que há uma tendência a estereotipar as pessoas surdas, muitas vezes associando-as a uma incapacidade de comunicação ou até mesmo à falta de inteligência. No entanto, é preciso romper com esses estereótipos e enxergar a surdez como uma condição humana que abrange diversidades e singularidades. Como afirma Ronice Quadros (2011), a surdez é uma diferença linguística e cultural que precisa ser respeitada e considerada em suas particularidades.

Nesse sentido, o ponto de partida para uma compreensão adequada da surdez deve ser o respeito às diferenças e às singularidades dos sujeitos Surdos. Isso significa compreender que cada pessoa surda tem uma história de vida, uma cultura e uma língua de sinais próprias, e que esses elementos são fundamentais para sua identidade e sua integração social. A partir desse respeito, é possível construir políticas e práticas educacionais que levem em conta as especificidades dos sujeitos Surdos e promovam uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade. Sendo assim, a esse respeito:

(...) É preciso desmistificar a ideia de que a surdez é uma deficiência que precisa ser

curada, e compreendê-la como uma diferença linguística e cultural que requer o uso e o ensino de línguas de sinais, a fim de proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para os surdos." (Quadros, 2011, p. 16)

A citação de Ronice Quadros aborda a necessidade de uma mudança na percepção da surdez como uma deficiência que precisa ser curada, para uma compreensão da mesma como uma diferença linguística e cultural. Essa mudança de perspectiva é fundamental para uma abordagem inclusiva e de qualidade na educação de Surdos. É importante destacar que a surdez não pode ser vista apenas como uma limitação, mas sim como uma identidade cultural própria, e que a língua de sinais é fundamental para a comunicação e construção de conhecimento dos Surdos.

A partir disso, percebe-se que o ensino de línguas de sinais se torna imprescindível para a inclusão escolar dos Surdos, e para que eles possam ter acesso à uma educação de qualidade e equitativa. A compreensão da surdez como uma diferença linguística e cultural é também uma forma de combater o preconceito e a discriminação contra as pessoas surdas, reconhecendo-as como sujeitos plenos de direitos e capazes de contribuir para a sociedade de forma significativa. Em resumo, a citação de Ronice Quadros (2011) traz à tona a importância de uma abordagem respeitosa e inclusiva na educação de Surdos, que considere suas diferenças culturais e lingüísticas, e que lhes permita desenvolver seu potencial e participar ativamente da sociedade.

Para a construção de políticas, programas e projetos voltados para a educação bilíngue de Surdos, é essencial compreender o que é a surdez e as implicações dessa condição para a educação e o desenvolvimento dos indivíduos Surdos. A definição de surdez não se limita apenas a uma questão fisiológica, mas também envolve aspectos culturais, lingüísticos e sociais.

Compreender a surdez a partir de uma perspectiva ampla e multidimensional possibilita uma reflexão mais crítica e consciente sobre as demandas e necessidades dos indivíduos Surdos na educação e na sociedade em geral. É fundamental reconhecer a língua de sinais como uma língua natural e legítima dos Surdos e promover a sua valorização e ensino como parte integrante da educação bilíngue para Surdos.

Destarte, conhecer a definição de surdez e as suas implicações para a educação é um passo importante para a construção de políticas e projetos que possam efetivamente garantir a inclusão e a valorização dos indivíduos Surdos na sociedade. Essa compreensão ampla da surdez é fundamental para que se possa construir políticas públicas de educação bilíngue para Surdos que respeite e valorize a diversidade linguística e cultural presente em nossa

sociedade, o que nos leva a refletir sobre a história da educação de surdos no Brasil, um processo que, ao longo dos anos, tem buscado garantir o direito à educação de qualidade e à valorização das línguas e culturas dos surdos.

2.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Após a discussão a respeito da definição de surdez e sua importância para a compreensão da diversidade e singularidade dos sujeitos Surdos, adentraremos agora em um breve panorama histórico da educação de Surdos no Brasil. Durante muito tempo, os Surdos foram vistos como pessoas incapazes de aprender e se comunicar, o que resultou em sua exclusão social e educacional. Foi somente na década de 1850 que começaram a surgir as primeiras escolas para Surdos no país, influenciadas pelo modelo francês de educação, que se baseava na língua de sinais como meio de comunicação.

Durante muitos anos, a comunidade surda esteve à margem da sociedade brasileira, sem acesso a uma educação formal, sem voz para reivindicar seus direitos linguísticos, culturais e educacionais. De acordo com Silva (1998), o ensino para Surdos no Brasil teve início em 1857, no Instituto de Surdos-Mudos, atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. O professor francês Ernest Huet, a convite de D. Pedro II, foi o pioneiro no ensino de Surdos no país.

Cavalcanti e Silva (2007) afirmam que a história da educação de Surdos no Brasil é marcada por períodos de exclusão, opressão e preconceito. Segundo os autores, os Surdos foram considerados por muito tempo "anormais" e "deficientes", e por isso foram excluídos da educação regular e da sociedade como um todo.

De acordo com Silva (1998), a educação de Surdos no Brasil pode ser dividida em quatro períodos principais: o período oralista, o período manualista, o período da educação especial e o período da educação inclusiva.

No período oralista, que durou até a década de 1940, a língua oral era considerada a única forma adequada de comunicação e instrução para Surdos. Nesse período, as escolas para Surdos utilizavam a técnica do "método oral puro", que consistia em proibir o uso de sinais e gestos e forçar os alunos a lerem os lábios e a fala dos professores. Um exemplo desse período é o Imperial Instituto de Surdos-Mudos do Rio de Janeiro. (Silva, 1998). É importante notar que o período oralista foi controverso e muitas vezes foi criticado por não levar em conta as necessidades dos alunos Surdos e sua capacidade de adquirir uma língua naturalmente.

De acordo com Cavalcanti e Silva (2007), apenas na década de 30 surgiram algumas

iniciativas privadas e religiosas em São Paulo, como o Instituto Santa Terezinha. Posteriormente, em 1950, a rede municipal de ensino e os pais de crianças surdas criaram, respectivamente, o Instituto Helen Keller e o Instituto Educacional São Paulo, que atualmente está ligado à PUC-SP. As autoras também mencionam que em 1957, a rede estadual mostrou interesse na educação de Surdos e criou salas especiais dentro de escolas regulares. Nesse período, o Oralismo era a filosofia educacional predominante e os professores recebiam formação em metodologias para ensinar as crianças a oralizar, reabilitação da fala e leitura labial.

Um ponto relevante a ser destacado é que, nesse período, a filosofia educacional predominante era o Oralismo, que buscava a oralização dos Surdos a todo custo, por meio de técnicas de reabilitação da fala e leitura labial. Esse método, no entanto, acabava por negligenciar a língua de sinais, que é a língua natural dos Surdos e a base para seu desenvolvimento cognitivo e social. Além disso, é possível perceber que, mesmo com o interesse crescente na educação de Surdos, o acesso à educação ainda era limitado e restrito a iniciativas específicas, o que evidencia a exclusão e marginalização desse grupo social.

Na década de 1980 e 1990, a filosofia educacional da Comunicação Total trouxe um novo olhar para a educação de Surdos no Brasil, que até então era dominada pelo Oralismo. Essa filosofia, segundo Ciccone (1996), teve origem nos Estados Unidos e buscava aperfeiçoar a educação de Surdos, contemplando todas as formas de comunicação possíveis, como teatro, sinais, fala e gestos. O método da Comunicação Total trazia consigo a premissa básica de garantir a comunicação com o surdo, sem privá-lo de sua língua natural, a língua de sinais.

Os pesquisadores da época não consideravam a Comunicação Total um método eficiente. Brito (1993) acreditava se tratar de uma artificialização da comunicação, já que há na Comunicação Total uma redução do uso dos sinais apenas para apoio à fala. Dessa forma, é extinto o reconhecimento de uma língua sinalizada tanto em termos de filosofia como de implementação. É dentro desse cenário, ao se compreender que a língua de sinais deveria ser empregada independentemente da oral, que nasce, a partir dos anos 80, o Bilinguismo.

Segundo Sassaki (1997), a partir da década de 1980, houve um avanço significativo na educação de Surdos no Brasil, com a valorização da Libras e a proposta de um modelo educacional bilíngue e multicultural. Esse modelo reconhece a importância da Língua de Sinais como primeira língua dos Surdos e defende que eles devem ter acesso a ela desde cedo, juntamente com a Língua Portuguesa.

Ronice Muller de Quadros, no livro "Educação de Surdos: A aquisição da linguagem", afirma que "o final da década de 1980 e a década de 1990 foram marcados pela emergência de um movimento surdo no Brasil" (Quadros, 1997, p. 21). A afirmação de Ronice Muller de Quadros destaca a emergência do movimento surdo no Brasil na década de 1990, como resultado de um processo histórico de lutas e reivindicações dos Surdos pela sua inclusão social e reconhecimento de sua identidade cultural e linguística. Esse movimento surgiu como uma resposta à opressão histórica sofrida pelos Surdos, que eram considerados deficientes e submetidos a políticas educacionais e sociais excludentes, que ignoravam sua língua e cultura.

Nesse sentido, o movimento surdo no Brasil trouxe uma perspectiva crítica e transformadora para a educação de Surdos, que passou a ser pensada a partir da perspectiva da cultura surda e da língua de sinais como uma língua natural e legítima dos Surdos. A partir dessa perspectiva, surgiram novas abordagens educacionais, como a abordagem bilíngue e a abordagem bicultural, que valorizam a língua de sinais e a cultura surda e promovem a inclusão e participação dos Surdos na sociedade.

Assim, a emergência do movimento surdo na década de 1990 representa um marco importante na história da educação de Surdos no Brasil, pois trouxe uma mudança de paradigma em relação às políticas educacionais e sociais voltadas para essa população, reconhecendo sua diversidade linguística e cultural e promovendo a inclusão e participação social dos Surdos.

A partir dos anos 2000, a educação de Surdos no Brasil foi influenciada por uma série de mudanças legais e educacionais. Em 2002, a Lei de Libras (Lei nº 10.436/02) foi sancionada, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. Em 2005, foi aprovado o Decreto nº 5.626, que regulamentou a Lei de Libras e determinou que a Língua Brasileira de Sinais fosse inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Ronice Muller de Quadros e Carina Rebello Cruz (2011) afirmam que essas mudanças legais tiveram um grande impacto na educação de Surdos no Brasil, incentivando a valorização e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua de instrução e comunicação entre Surdos. Além disso, a inclusão da Libras nos currículos de formação de professores proporcionou uma formação mais adequada para a educação de Surdos. É importante destacar que essa valorização é um passo fundamental para a inclusão social e

educacional dos Surdos, uma vez que a Libras é uma língua natural e legítima que deve ser respeitada e considerada na educação desses indivíduos. Além disso, a inclusão da Libras nos currículos de formação de professores é uma medida importante para garantir uma formação adequada para a educação de Surdos. Isso significa que, com uma formação mais adequada, os professores estarão mais bem preparados para lidar com as especificidades da educação de Surdos e para garantir que esses alunos recebam uma educação de qualidade e inclusiva.

Sassaki (2009) destaca que, a partir dos anos 2000, houve uma maior preocupação com a educação bilíngue de Surdos, que compreende o ensino da Língua Brasileira de Sinais e da língua portuguesa como segunda língua, em modalidade escrita. Segundo o autor, a educação bilíngue de Surdos é um importante caminho para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e para a formação de cidadãos plenos e autônomos.

Skliar (2015) argumenta que, a partir dos anos 2000, a educação de Surdos no Brasil passou por um processo de descolonização, em que os Surdos passaram a ser protagonistas e gestores de sua própria educação, rompendo com a perspectiva assistencialista e médico-pedagógica que predominava até então. De acordo com o autor, essa mudança de perspectiva foi possível graças ao movimento surdo, que reivindicou a valorização da Língua Brasileira de Sinais e a educação bilíngue de Surdos.

Em síntese, a partir dos anos 2000, a educação de Surdos no Brasil foi marcada por mudanças significativas, que valorizaram a Língua Brasileira de Sinais, a educação bilíngue de Surdos e a participação ativa dos Surdos na gestão e na condução de sua própria educação.

Logo, conhecer a história da educação de Surdos no Brasil é fundamental para a construção de políticas, programas e projetos que visem à promoção da educação bilíngue para Surdos e à garantia do direito à educação das pessoas surdas. Compreender como se deu o processo de exclusão e marginalização dos Surdos na educação ao longo dos anos e quais foram as políticas públicas e ações que contribuíram para a sua inclusão e valorização é essencial para uma reflexão crítica e consciente sobre o tema.

A análise da história da educação de Surdos no Brasil possibilita identificar os avanços e desafios na promoção da inclusão e na garantia dos direitos desses indivíduos. É possível compreender como as políticas públicas educacionais foram se adequando ao longo dos anos e quais foram as principais demandas dos movimentos Surdos para a construção de uma educação bilíngue para Surdos de qualidade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO PAÍS

Para garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos surdos, é necessário que as políticas públicas educacionais promovam a inclusão, a equidade e a diversidade, assegurando o direito à educação bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) e à formação adequada de professores, além de disponibilizar recursos pedagógicos e tecnológicos que atendam às necessidades específicas desse público. (Lopes, 2011).

A citação de Lopes (2011) destaca a importância das políticas públicas educacionais na garantia do acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos Surdos. A autora ressalta que essas políticas devem promover a inclusão, equidade e diversidade, assegurando o direito à educação bilíngue para Surdos e formação adequada de professores, além de disponibilizar recursos pedagógicos e tecnológicos específicos para esse público.

Essa afirmação é muito relevante e atual, pois ainda existe uma grande desigualdade no acesso e na qualidade da educação oferecida aos Surdos no Brasil. A falta de políticas públicas efetivas e a falta de formação adequada dos professores ainda são obstáculos para a inclusão dos Surdos na escola regular. No que diz respeito a necessidade de políticas públicas educacionais Hofling (2001) destaca que "As políticas educacionais são uma importante arena de luta pela igualdade social e pela ampliação dos direitos civis, políticos e sociais." (p. 19).

A afirmação de Eloisa Hofling sobre a importância das políticas educacionais como arena de luta pela igualdade social e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais é extremamente pertinente quando aplicada à comunidade surda. Como uma minoria linguística e cultural, as pessoas surdas historicamente enfrentaram barreiras para o acesso à educação e ao reconhecimento de seus direitos.

A esse respeito, Bobbio (1987) argumenta que a política pública educacional deve ter como objetivo formar cidadãos capazes de tomar decisões informadas e de contribuir para o bem comum da sociedade. Para isso, ele defende que a educação deve ser orientada por valores como a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a justiça. Nesse contexto, a política pública educacional deve ser voltada para a formação de indivíduos críticos e reflexivos, capazes de questionar as informações que lhes são apresentadas e de desenvolver um senso crítico que lhes permita participar ativamente da vida política e social. Bobbio (1985) destaca que a educação deve ser um processo contínuo, que começa na infância e se estende ao longo de toda a vida, e que deve ser acessível a todos, independentemente de sua origem social ou econômica.

Ao observar a trajetória histórica da comunidade Surda no Brasil, percebe-se que as políticas públicas, certamente, realizam um papel fundamental para a emancipação desses indivíduos. Mantendo esse diálogo, Bobbio (1997) destaca que a educação pode ser um instrumento de transformação social, ao permitir que indivíduos que nasceram em condições desfavoráveis possam superar suas limitações e alcançar uma posição de destaque na sociedade.

No contexto das políticas educacionais, é fundamental que sejam criados programas e projetos que levem em conta as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Isso inclui o reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural, a formação de professores para o ensino de Surdos e a disponibilização de recursos educacionais adequados.

De acordo com Dias e Matos (2012), as políticas públicas educacionais são entendidas como o conjunto de decisões, ações e práticas realizadas pelo Estado para garantir o acesso, a qualidade e a equidade da educação, em todos os níveis e modalidades de ensino. Essas políticas visam atender às demandas e necessidades da sociedade em relação à educação, bem como promover o desenvolvimento econômico e social do país.

No contexto da comunidade surda no Brasil, a luta pelo direito à educação inclusiva e de qualidade tem sido uma pauta histórica, uma vez que essa população foi alvo de políticas de exclusão e discriminação por muitos anos. Somado a isso, a implementação efetiva de políticas educacionais inclusivas ainda é um desafio, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à disponibilização de recursos e materiais pedagógicos acessíveis.

Dias e Matos (2012) também destacam que as políticas públicas educacionais devem ser desenvolvidas a partir de um processo participativo, envolvendo a sociedade civil, os profissionais da educação, os estudantes e suas famílias, de forma a garantir que as políticas atendam às demandas e necessidades da comunidade escolar. Nesse sentido, a participação da comunidade surda é fundamental para a construção de políticas públicas educacionais que atendam às especificidades e demandas dessa população.

Além disso, os autores destacam que a efetivação das políticas públicas educacionais depende de um conjunto de fatores, como a alocação adequada de recursos, a formação de professores e demais profissionais da educação, o desenvolvimento de currículos e materiais didáticos inclusivos e acessíveis, entre outros. No caso da comunidade surda, é necessário considerar a formação de professores que tenham conhecimento em Libras e na educação inclusiva, além da disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e tecnologias

assistivas.

Assim, é fundamental que as políticas públicas educacionais para a comunidade surda sejam desenvolvidas de forma integrada, envolvendo diferentes esferas do governo, as escolas e a sociedade civil, para garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação para todos os estudantes Surdos. A implementação dessas políticas é essencial para promover a inclusão social e a garantia dos direitos dessa população.

Os elementos pautados até então, nos possibilitam enxergar que a figura da política pública educacional perpassa as relações de poder na sociedade, desta forma percebemos também que a política pública educacional projeta um “ideal” de educação que almeja. Nesse sentido, é necessário repensar a política pública educacional, para que esta esteja em consonância com a sociedade, na tentativa de atender a todas as demandas advindas do povo, especialmente da comunidade surda.

Nesse sentido, precisamos compreender que a política pública educacional precisa fornecer elementos que subsidiem a participação democrática nas diferentes esferas da educação, além de possibilitar que a relação entre a política pública educacional e a sociedade se constitua com os diferentes segmentos sociais e não unicamente com uma classe dominante que se utiliza da política pública educacional para continuar produzindo e reproduzindo diferentes desigualdades, especialmente no que diz respeito à inclusão da comunidade surda no contexto educacional.

Por isso, entender o que é política pública educacional é importante para compreender o papel que tais instrumentos possuem para a comunidade e educandos Surdos, e para garantir que as políticas educacionais atendam às necessidades dessa comunidade específica, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades. A política pública educacional deve ser pensada de forma democrática e participativa, com a inclusão dos diferentes segmentos da sociedade, para que possa atender de fato as demandas daqueles que são afetados por ela, incluindo a comunidade surda.

Ao se reconhecer a surdez como uma diferença linguística e cultural, em vez de uma deficiência, é possível garantir uma educação de qualidade e promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para a comunidade surda. Portanto, é necessário que as políticas públicas educacionais estejam voltadas para a promoção da inclusão e do reconhecimento da diversidade linguística e cultural, em consonância com os direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos.

Sendo assim, iremos traçar um percurso histórico das principais leis, decretos e

documentos que abordam o direito à escolarização das pessoas surdas, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Será apresentada uma análise crítica das políticas e ações governamentais, bem como das contribuições de autores renomados na área, a fim de identificar avanços e desafios na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para os Surdos no Brasil.

De início, comprehende-se que a Constituição Federal de 1988, exclusivamente em seu Art.6º, garante o acesso à educação a todos os cidadãos, independentemente do comprometimento e das especificidades dos alunos. Deve-se pontuar também, que nos Artigos 206 e 208, é evidenciada a igualdade de acesso e permanência na escola, além do atendimento especial aos portadores de deficiência², preferencialmente na rede regular de ensino. (Brasil,1988).

A CF/88 é um marco importante na garantia do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros, incluindo pessoas surdas. O Artigo 6º estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, sem qualquer forma de discriminação. Além disso, os Artigos 206 e 208 afirmam a igualdade de acesso e permanência na escola, bem como o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esses dispositivos legais são fundamentais para assegurar a inclusão educacional das pessoas surdas, uma vez que garantem o acesso à educação de forma igualitária e sem discriminação.

De acordo com Ronice Quadros (2004), a inclusão educacional das pessoas surdas é uma questão de justiça social e de direitos humanos. Ela afirma que, para garantir a inclusão educacional das pessoas surdas, é necessário que o sistema educacional reconheça e valorize a língua de sinais como uma língua natural e a inclua como meio de comunicação e de ensino. Já Maura Corcini Lopes (2011) destaca que, para que a inclusão educacional das pessoas surdas seja efetivada, é preciso que haja uma mudança de paradigma na educação, em que se reconheça a surdez não como uma deficiência, mas como uma diferença linguística e cultural.

² O termo "portador de deficiência", originalmente expresso na Constituição Federal de 1988, atualmente está em desuso, em virtude de uma compreensão mais adequada sobre as questões relacionadas à deficiência. Este termo tem sido substituído por "pessoa com deficiência", de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008. A mudança visa reconhecer que a deficiência não é uma característica intrínseca ao indivíduo, mas sim uma interação entre a pessoa e as barreiras sociais, físicas e atitudinais presentes no ambiente.

Assim, a CF/88 é um marco importante na garantia do direito à educação das pessoas surdas, mas é necessário ir além da legislação e efetivar políticas públicas que considerem as especificidades linguísticas e culturais desses alunos, bem como a formação adequada dos professores para atender às suas necessidades educacionais.

Outro documento que evidencia a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino é a Declaração de Salamanca (1994), o documento enfatiza a importância de incluir as pessoas com deficiência na escola, priorizando o convívio com os alunos, a vivência em sala de aula e a socialização entre os estudantes.

Sassaki (2006) destaca que a Declaração de Salamanca trouxe uma importante mudança no cenário educacional, ao reconhecer a diversidade e a necessidade de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. No entanto, ele aponta que, apesar dos avanços, a inclusão de alunos Surdos ainda é um desafio na prática, e que é preciso ir além da mera presença física nas escolas, garantindo que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e que respeite a sua língua e cultura. Para Sassaki, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas inclusivas e promovam a formação de professores para atuarem de forma efetiva com alunos Surdos.

Dessa forma, a Declaração de Salamanca foi e continua sendo um importante marco para a inclusão educacional das pessoas surdas na rede regular de ensino, mas é preciso ir além, promovendo uma educação bilíngue para Surdos e intercultural que reconheça as especificidades da comunidade surda e garanta seu acesso pleno e igualitário à educação.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional – LDB, Lei N° 9.394/96 garante o direito à educação para todos e propõe que o ensino seja baseado nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizado para todos os alunos. (BRASIL, 1996). No entanto, a implementação da LDB para a comunidade surda nem sempre foi efetiva, e muitas vezes encontrou obstáculos na falta de formação adequada dos professores para o ensino da língua de sinais, na falta de materiais e recursos didáticos adequados e na falta de infraestrutura adequada nas escolas para atender as necessidades dos alunos Surdos. Sob essa ótica, pode-se observar que:

(...) a LDB traz avanços significativos no que diz respeito à inclusão dos alunos surdos, uma vez que preconiza a educação inclusiva, destacando a necessidade de a escola estar preparada para receber alunos com necessidades educacionais especiais. Isso significa que é necessário que os professores tenham formação adequada para lidar com a diversidade linguística e cultural presente nas escolas, garantindo o acesso e a participação dos alunos surdos em todos os níveis de ensino. (Quadros, 2004)

A afirmação de Ronice Quadros destaca a importância da LDB/1996 como um instrumento legal que deve garantir a inclusão educacional das pessoas surdas, proporcionando-lhes uma educação de qualidade em igualdade de condições com as demais pessoas. No entanto, como apontado por diversos autores, a efetivação dessas políticas públicas ainda enfrenta desafios em relação à sua implementação e prática nas escolas e na formação dos profissionais da educação. É necessário, portanto, um esforço contínuo de todos os envolvidos na área da educação, incluindo governos, professores, famílias e a própria comunidade surda, para que as políticas educacionais sejam efetivamente implementadas e para que a inclusão educacional das pessoas surdas seja uma realidade concreta e não apenas uma questão legal.

Após a promulgação da LDB/96 foi promulgada a Lei da Acessibilidade, Lei Nº 10.098/2000, essa lei responsabiliza o poder pública a promoção da formação de intérpretes de Língua de Sinais, garantindo a comunicação nas diferentes esferas da sociedade. De acordo com essa lei, deve ser garantido às pessoas com deficiência auditiva o direito a uma comunicação através da Língua de Sinais na educação, eliminando barreiras que impeça a comunicação dessas pessoas e do estabelecimento de mecanismos que tornem a comunicação possível (Brasil, 2000).

Karnopp (2013) destaca a importância da Lei de Acessibilidade (2000) para a garantia dos direitos linguísticos da comunidade surda, enfatizando a necessidade de se garantir o uso e o reconhecimento da Libras como língua de instrução em todos os níveis de ensino.

A citação de Karnopp destaca a relevância da Lei de Acessibilidade (2000) para assegurar que a comunidade surda possa exercer seus direitos linguísticos, ou seja, garantir o uso e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de instrução em todos os níveis de ensino. A legislação é fundamental para que as escolas e instituições de ensino sejam obrigadas a adotar práticas inclusivas e garantir o acesso e a participação plena dos estudantes Surdos na educação. Essa garantia do uso da língua de sinais é fundamental para a inclusão dos Surdos na sociedade, permitindo que eles tenham acesso ao conhecimento, sejam respeitados em sua cultura e tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

É em 2002, que há o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da Lei 10.432/2002, Lei de Libras, reconhecendo a Língua de Sinais como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no território nacional. Uma conquista

significativa para a comunidade surda brasileira, ainda que precisasse de complementações para a aplicabilidade em suas diversas formas (Brasil, 2002).

Quadros (2004) destaca que a Lei de Libras (2002) representa um êxito histórico para a comunidade surda, que luta há décadas pelo reconhecimento e valorização da sua língua e cultura, mas também alerta para a necessidade de políticas públicas que garantam a sua aplicação e a formação de profissionais qualificados para lidar com a diversidade linguística e cultural presente na sociedade.

A Lei de Libras, de 2002, regulamentou o uso e o ensino da língua de sinais brasileira, promovendo a inclusão social de pessoas surdas e contribuindo para a valorização da diversidade linguística e cultural do país. (Silva, Lins e Nascimento, 2019).

A referida lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil, foi uma importante conquista para a garantia dos direitos linguísticos dessas comunidades. No entanto, é importante refletir que a Libras já era utilizada há muito tempo pelos Surdos como forma de comunicação e expressão, sendo parte de sua identidade e cultura.

Nesse sentido, a lei apenas oficializou o uso da Libras, dando-lhe maior visibilidade e garantindo seu reconhecimento perante as instituições governamentais e a sociedade em geral. Mas, apesar disso, ainda há muito a ser feito para assegurar a inclusão plena e efetiva dos Surdos na sociedade, principalmente no que diz respeito ao acesso à educação, ao trabalho e aos serviços públicos de qualidade, garantindo assim o pleno exercício da cidadania.

Iniciando o processo de regulamentação da Lei 10.432/2002, surge o decreto 5.626/2005 viabilizando a concretude dos direitos para emancipação dos Surdos, como: a inclusão de Libras – Língua Brasileira de Sinais - como disciplina obrigatória em cursos de formação de professores e a formação de docentes e tradutores e intérpretes de Libras em cursos de Letras, bem como a certificação da proficiência linguística em Libras, em exame nacional; e a oficialização da Libras em espaços educativos, sociais e de saúde. Apesar dos ganhos, comprehende-se que ainda encontram-se diversas lacunas para a aplicabilidade do decreto (Brasil, 2005).

Apesar do decreto 5.626/2005 ter sido um grande marco na educação bilíngue de Surdos no Brasil, na prática ainda é difícil observar a implementação das políticas públicas educacionais que garantam uma educação de qualidade para a comunidade surda. Muitas vezes, as escolas ainda adotam abordagens de educação oralista, que ignoram a língua de

sinais e dificultam o acesso dos Surdos ao conhecimento. Além disso, a formação de professores para a educação bilíngue para Surdos ainda é carente, o que acaba limitando a qualidade da educação oferecida aos alunos Surdos.

A esse respeito, Quadros e Pizzio (2011) enfatizam a importância de políticas públicas educacionais que garantam o direito à educação bilíngue para Surdos no Brasil, respeitando suas especificidades linguísticas e culturais, e fornecendo condições para que possam se desenvolver plenamente e participar ativamente da sociedade.

Embora a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008, tenha representado um avanço na inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino, ela não pode ser considerada um marco importante para a educação de surdos. Ao priorizar a integração dos surdos em salas inclusivas com alunos ouvintes, essa política não abordou adequadamente as necessidades linguísticas e culturais dos surdos, deixando-os sem o suporte necessário para o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Como resultado, a proposta de uma educação bilíngue para Surdos eficaz – Libras e língua portuguesa – não foi plenamente contemplada, prejudicando o aprendizado e a inclusão dos surdos. (Brasil,2007).

Nessa seara, Ericler Oliveira Gutierrez , em um artigo intitulado " Audiovisual produzido por jovens Surdos: um roteiro de inclusão e acessibilidade ", publicado em 2019, destaca que a PNEEPE é uma política importante para a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, mas destaca que ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir uma educação de qualidade para esses alunos. Ele enfatiza que a educação bilíngue para Surdos é um dos elementos fundamentais para garantir essa qualidade, mas ressalta que a falta de professores capacitados e a falta de recursos adequados ainda são grandes obstáculos a serem superados.

Neste campo, deve-se reconhecer também a criação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), legitimando avanços da educação especial nos últimos anos, além disso, é válido destacar a meta 4.7 que garante a oferta de uma educação bilíngue para Surdos — com Libras como L1 e a modalidade escrita da língua oficial do país como L2 — aos alunos Surdos de zero (0) dezessete (17) anos de idade. Logo, o PNE encaminha a efetivação de escolas bilíngues para Surdos e não apenas uma complementação pedagógica.

Os autores Souza, Lins e Nascimento (2016) discutem o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e suas implicações para a educação da comunidade surda. Eles destacam que, apesar das conquistas do movimento surdo brasileiro, ainda existem muitos desafios a serem

enfrentados para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para os Surdos.

Os autores destacam a importância da meta 4.7 do PNE, que prevê a oferta de uma educação bilíngue para Surdos – com Libras como L1 e a modalidade escrita da língua portuguesa como L2 – para alunos Surdos de zero a dezessete anos de idade. No entanto, eles apontam que, para que essa meta seja efetivamente alcançada, é necessário investir na formação de professores, na adequação das políticas públicas e na garantia do acesso à educação para todos os alunos Surdos.

Além disso, os autores destacam a importância da participação da comunidade surda na definição das políticas educacionais e no processo de implementação do PNE. Eles defendem uma educação que valorize a cultura e a identidade surda, e que seja pautada pelo respeito à diversidade e pela garantia de direitos e oportunidades para todos os alunos.

A partir das reflexões dos autores Souza, Lins e Nascimento(2016) sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) na perspectiva da comunidade surda, é possível destacar a importância de se garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades e especificidades.

Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas estejam adequadas às necessidades da comunidade surda, garantindo o acesso à educação bilíngue para Surdos e à formação de professores capazes de atuar com a diversidade linguística e cultural dessa população. Além disso, é importante reconhecer e valorizar a cultura e a identidade surda, promovendo um ambiente escolar acolhedor e respeitoso.

A esse respeito, é preciso destacar a importância da participação ativa da comunidade surda na definição das políticas educacionais e na construção de uma escola inclusiva e acolhedora. Somente assim será possível garantir que as demandas e necessidades dessa população sejam consideradas e atendidas de forma adequada, promovendo uma educação de qualidade e inclusiva para todos.

É válido destacar também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei Nº 13.146/2015, que também responsabiliza ao poder público assegurar, garantir o acompanhamento e avaliação da oferta de uma educação bilíngue para Surdos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (Brasil, 2015).

Nesse sentido, a LBI/2015 se apresenta como um importante instrumento para a garantia dos direitos da comunidade surda e para a promoção de uma educação bilíngue para Surdos e inclusiva no Brasil. A LBI/2015 reconhece a Libras como uma língua natural e legitima a sua utilização nas escolas e em todos os espaços sociais, o que representa uma

importante conquista para a comunidade surda, que durante muito tempo teve sua língua e cultura negligenciadas e desvalorizadas.

É preciso refletir criticamente sobre as limitações e desafios da implementação da LBI/2015 na prática. Como apontam Dardot e Laval (2016) , a educação tem sido cada vez mais instrumentalizada e mercantilizada pelo neoliberalismo, o que compromete sua capacidade de promover a emancipação e a crítica social. Além disso, a falta de investimentos e políticas efetivas por parte do poder público pode dificultar a efetivação dos direitos previstos na lei.

Dessa forma, é importante não apenas reconhecer a importância da LBI/2015, mas também estar atento às suas limitações e desafios, buscando formas de resistência e transformação social que permitam uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora para os Surdos e para todas as pessoas.

Ainda no campo das Políticas Públicas Educacionais para Surdos, é pertinente revelar que antes mesmo do reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a comunidade Surda já lutava pela criação de uma educação que priorizasse a Libras como a primeira língua de instrução. Contudo, foi apenas em 2021 que a Lei nº 14.191, sancionada em 03 de agosto, trouxe avanços significativos ao tratar especificamente da educação bilíngue de surdos. Essa lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, incluindo um novo artigo, o Art. 60-A, que define a educação bilíngue para surdos. Esse conceito, alinhado com o Decreto nº 10.502/2020, estabelece que a educação bilíngue para Surdos envolve o ensino em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e em português escrito como segunda língua, aplicando-se a escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues, escolas regulares e polos de educação bilíngue voltados para surdos, surdo-cegos e outros casos de deficiências associadas.

A grande inovação dessa Lei está na valorização das diversas identidades surdas, reconhecendo e atendendo a diferentes perfis de alunos, incluindo os sinalizantes e os que possuem outras deficiências além da surdez. Ao fazer isso, ela promove uma educação que respeita e integra a cultura surda, destacando o potencial de cada aluno, independentemente de suas características físicas ou cognitivas. O Art. 78-A ressalta que o sistema de ensino deverá incluir programas de ensino e pesquisa que maximizem as potencialidades dos alunos surdos, com foco em uma educação bilíngue para Surdos e intercultural de qualidade. A Lei também garante apoio financeiro e técnico da União, conforme especificado no Art. 79-C, para fomentar o desenvolvimento da educação bilíngue nas comunidades surdas.

No contexto da educação superior, o Art. 79-C ainda assegura que os estudantes surdos, surdo-cegos e com deficiência auditiva ou altas habilidades terão acesso a programas bilíngues e assistência estudantil, além de apoio para pesquisa e desenvolvimento de programas educacionais especiais. Com esses dispositivos, a Lei nº 14.191/2021 reforça o direito do aluno surdo de avançar academicamente em todas as etapas da educação, garantindo a inclusão e a permanência desses alunos no ensino superior.

Assim, as políticas públicas educacionais para os Surdos no Brasil têm passado por diversas transformações ao longo dos anos, refletindo tanto avanços quanto retrocessos. Nesse contexto, a questão do neoliberalismo tem ganhado destaque, uma vez que sua abordagem enfatiza a ideia de que o mercado deve reger as políticas educacionais, o que pode resultar em desigualdades e exclusão dos Surdos.

Diversos autores têm se debruçado sobre a temática das políticas públicas educacionais para os Surdos no Brasil, como Sueli Fernandes (2003) e Jefferson Jesus (2017), apontando para a necessidade de se garantir a efetivação de uma educação inclusiva, que contemple as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade. É preciso, portanto, que as políticas públicas sejam pautadas por um modelo que valorize a diversidade e a equidade, e que leve em conta as demandas e as necessidades dos Surdos, a fim de promover uma educação de qualidade para todos.

2.4 SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

Entender a situação atual da educação de Surdos no Brasil é de grande relevância para compreender os avanços e desafios enfrentados por essa parcela da população no acesso à educação. Ao longo dos anos, diversas políticas públicas foram implementadas para garantir a inclusão educacional dos Surdos, mas ainda há muito a ser feito para que essa inclusão seja efetiva. Discutiremos a situação atual da educação de Surdos no Brasil, a partir da análise das políticas públicas e das condições de acesso à educação inclusiva, bem como as medidas necessárias para garantir que essa população tenha acesso a uma educação de qualidade e plenamente inclusiva.

O golpe que afastou Dilma Rousseff do cargo de presidente da República teve como consequência imediata a instabilidade política e econômica do país, com graves repercussões na educação pública. As políticas voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade do ensino foram descontinuadas e o sucateamento das instituições educacionais foi intensificado. O retrocesso em relação aos avanços conquistados na última década é evidente e coloca em risco o futuro do país e de sua juventude. (Sader, 2017, p. 14).

A citação de Emir Sader aponta para a gravidade do golpe sofrido por Dilma Rousseff e seus impactos na educação pública brasileira. A partir de 2016, as políticas voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade do ensino foram descontinuadas, e o sucateamento das instituições educacionais foi intensificado. Essa conjuntura de retrocesso tem implicações diretas na educação de Surdos no Brasil.

A educação de Surdos no país, historicamente, foi marcada pela luta de movimentos sociais e organizações representativas em busca de políticas públicas inclusivas e que valorizassem a cultura e a língua de sinais como forma de expressão e comunicação dos Surdos. Contudo, a partir do golpe, muitas conquistas foram ceifadas, e a educação de surdos se viu ainda mais marginalizada e desprovida de recursos.

Um exemplo disso foi a extinção da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2016, o que representou um grave retrocesso para as políticas públicas inclusivas no país. A falta de investimento na formação de professores para o ensino de Surdos, bem como na produção de materiais didáticos e na adaptação das escolas para a inclusão, também são problemas que se intensificaram após o golpe.

Além disso, a reforma do ensino médio proposta pelo governo Michel Temer em 2017, que reduziu a carga horária das disciplinas e retirou a obrigatoriedade de áreas importantes como artes, educação física e sociologia, dificultou ainda mais a educação de Surdos, pois disciplinas como artes e educação física são fundamentais para a expressão e a comunicação dos Surdos, que utilizam essas linguagens para se comunicar e interagir.

A descontinuidade de políticas públicas inclusivas e a precarização das condições de ensino têm gerado um retrocesso preocupante, comprometendo o futuro do país e de sua juventude. Nesse viés, Dermeval Saviani, em seu livro "Escola e democracia: para além da subalternidade", argumenta que:

O resultado eleitoral de 2018 agravou a situação [da educação pública], pois a gestão de Bolsonaro e Weintraub, em vez de recuar, aprofunda ainda mais a perspectiva neoliberal. Além de prosseguir a política de cortes e contingenciamentos, a atual gestão planeja uma série de medidas que, de fato, representam uma radicalização do processo de mercantilização e privatização da educação pública" (Saviani, 2019, p. 28).

A afirmação feita por Saviani sobre a situação da educação pública após a eleição do candidato Jair Messias Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018 é de extrema importância para compreendermos o atual cenário educacional no país, principalmente no que diz respeito à inclusão de pessoas surdas. A visão liberal defendida pelo candidato e sua

equipe ministerial teve como foco a privatização e mercantilização da educação, o que resultou em retrocessos significativos para a educação pública como um todo, e especialmente para as pessoas com deficiência, que já enfrentavam inúmeras barreiras para terem acesso a uma educação de qualidade.

Dentre as medidas tomadas pela gestão do presidente Jair Bolsonaro que vão de encontro aos avanços conquistados na área da educação, podemos destacar os cortes e contingenciamentos de verbas para a educação pública, o desmonte do programa de formação de professores e a flexibilização do ensino médio. Tais medidas impactaram diretamente a educação dos Surdos, que já são alvo de exclusão e preconceito em um sistema educacional historicamente desfavorável.

A política de inclusão de Surdos na educação regular, garantida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, foi ameaçada pela visão do presidente supracitado e sua equipe, que defendiam a flexibilização da educação e a privatização do ensino público. Além disso, a falta de investimentos em tecnologias assistivas e na formação de professores especializados em educação bilíngue para Surdos foi preocupante visto que perpetuou o ciclo de exclusão e discriminação.

Nesse interim, O Decreto nº 10.502/2020, embora tenha gerado controvérsias no que diz respeito à educação inclusiva como um todo, trouxe avanços significativos para a educação de surdos, ao consolidar a educação bilíngue para Surdos como um modelo específico para esse público. No Capítulo 1, Art. 2º, o decreto reconhece a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua para os alunos surdos, estabelecendo-a como língua de instrução, comunicação e ensino, com o português sendo abordado como segunda língua. Esse reconhecimento é um grande passo para garantir que os alunos surdos tenham um ambiente educacional que respeite sua identidade linguística e cultural, possibilitando-lhes o acesso a um ensino mais adequado às suas necessidades.

Além disso, o Capítulo 2, Art. 3º, destaca o compromisso do decreto com a implementação de escolas bilíngues de surdos e surdocegos, o que reforça a ideia de que a educação de surdos deve ser organizada de forma a respeitar e promover sua cultura e língua. A proposta de garantir a educação bilíngue nas escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues nas escolas regulares inclusivas é uma tentativa de oferecer um ensino mais alinhado com as necessidades e potencialidades dos alunos surdos, possibilitando a inclusão plena em um sistema educacional mais equitativo e respeitoso com a diversidade linguística.

Contudo, embora a educação bilíngue para Surdos seja reconhecida e promovida, o

decreto também reflete algumas limitações no que diz respeito à educação inclusiva para outros grupos de alunos com deficiência. A ênfase na criação de modalidades específicas para alunos surdos, enquanto reconhece as especificidades linguísticas e culturais, acaba não favorecendo tanto a inclusão de outros alunos com deficiência nas mesmas condições. Ainda assim, no contexto da educação de surdos, o decreto pode ser visto como um avanço importante, pois assegura o reconhecimento oficial da educação bilíngue para Surdos, oferecendo um modelo de ensino que atende melhor às necessidades dos surdos e promovendo a valorização de sua identidade e cultura.

No final de 2020, o presidente à época, Jair Bolsonaro, editou o Decreto 10.502/2020, que tratava da educação especial no âmbito da educação básica. Contudo, o decreto gerou polêmica por restringir o acesso à educação inclusiva, reduzindo as garantias dos estudantes com deficiência previstas na legislação brasileira (Brasil, 2020).

Além disso, diversas entidades e movimentos sociais se manifestaram contra o decreto, alegando que ele violava a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência/2008, da qual o Brasil é signatário. Além disso, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública pedindo a anulação do decreto.

Em abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a vigência do Decreto 10.502, atendendo a um pedido da Procuradoria-Geral da República. A decisão do STF teve efeito imediato e reestabeleceu as regras previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que prevê o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência na rede regular de ensino.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o Decreto 10.502/2020, que restringia o acesso à educação inclusiva e gerava controvérsias quanto às garantias dos direitos dos estudantes com deficiência. A revogação foi uma medida para restabelecer a aplicação dos princípios da educação inclusiva previstos na Constituição e em outras normativas, assegurando que as políticas educacionais respeitassem a diversidade e garantissem o direito de acesso e permanência nas escolas para todos os alunos, conforme os parâmetros estabelecidos pela legislação brasileira.

Mantoan (2020) ressalta que a educação especial no Brasil é regulamentada por diversas leis e normas, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008. No entanto, segundo ela, as políticas implementadas pelo governo federal em 2020 estavam em desacordo com essas

normas.

Assim, a política adotada pelo governo federal em 2020 foi baseada na lógica do ensino remoto, sem levar em conta as necessidades específicas dos alunos com deficiência, que muitas vezes precisam de recursos e equipamentos adaptados para terem acesso ao conteúdo. Além disso, a falta de investimentos e a desvalorização dos profissionais da área de educação especial, prejudica ainda mais a qualidade do atendimento aos alunos com deficiência. (Mantoan, 2020).

Desse modo, é preciso garantir uma política de educação especial inclusiva e de qualidade, que atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência e respeite seus direitos e dignidade como cidadãos. Mantoan (2020) argumenta que a inclusão deve ser entendida como um processo dinâmico e complexo, que exige investimentos em formação de professores e em recursos adaptados, além de uma mudança de mentalidade e valores em relação às pessoas com deficiência.

Nesse cenário, a Lei 14.191/2021 foi promulgada, a qual altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, para incluir a educação bilíngue de Surdos como modalidade de educação básica. A nova lei estabelece que a oferta da educação bilíngue de Surdos deve considerar a língua brasileira de sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa escrita como segunda língua. (Brasil, 2021).

A Lei 14.191/2021 também determina que o currículo da educação bilíngue de Surdos deve ser adaptado às necessidades e características dos estudantes Surdos, valorizando sua cultura e identidade. Além disso, a nova legislação prevê a formação de professores especializados em educação bilíngue de Surdos, bem como a criação de materiais didáticos e recursos pedagógicos específicos para essa modalidade de ensino. (Brasil, 2021).

A inclusão da educação bilíngue de Surdos na LDB/1996 representa um avanço na garantia do direito à educação inclusiva e de qualidade para os estudantes Surdos no Brasil. A nova lei reconhece a importância da Libras como língua natural e primeira língua dos Surdos, e estabelece a necessidade de uma abordagem pedagógica diferenciada e adaptada às especificidades dos estudantes Surdos.

Com o restabelecimento das regras previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, a inclusão da Educação Bilíngue para Surdos como modalidade da educação e o fim do governo Jair Bolsonaro, a educação de Surdos pode voltar a sonhar e a lutar por inclusão. Durante os anos deste governo a política de educação especial sofreu graves retrocessos, com ações que desrespeitaram a legislação

brasileira e as convenções internacionais.

A falta de investimentos e a desvalorização dos profissionais da área foram apenas algumas das consequências dessa política. Porém, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, que já demonstrou, em gestão anterior (2003 a 2011) o compromisso com a inclusão social e a valorização da educação, podemos ter a esperança de que a educação de Surdos seja tratada com a seriedade e o respeito que merece.

É importante ressaltar que a inclusão não é um processo fácil e que demanda esforço e dedicação por parte de toda a sociedade. Mas é preciso lembrar que a inclusão é um direito e não um favor, e que é dever do Estado garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Com a retomada da política de educação inclusiva e o compromisso com a valorização da educação, podemos ter a certeza de que a educação de Surdos terá uma nova oportunidade de se desenvolver e alcançar seus objetivos.

3. EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO

A trajetória educacional das pessoas surdas faz parte da história da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, tanto no Brasil quanto no mundo. Como abordamos a trajetória da educação de Surdos e suas políticas em âmbito nacional, agora nos concentraremos em como tais políticas se refletem/tem efeitos no estado de Pernambuco. É importante entender como essas políticas influenciaram a educação de pessoas surdas em Pernambuco ao longo do tempo e como elas têm sido (e se têm sido) implementadas no contexto local.

A história da Educação Especial em Pernambuco é marcada por uma série de avanços e retrocessos, com políticas que se alternam entre o modelo de segregação e o modelo de inclusão. Em meio a essa dinâmica, a educação de pessoas surdas tem passado por diversas transformações, com momentos de progresso e momentos de estagnação. Compreender essas mudanças e os desafios enfrentados pelos Surdos e educadores na busca por uma educação inclusiva em Pernambuco é fundamental para uma análise mais completa e precisa da situação atual.

Dessa forma, buscamos compreender as políticas nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão e como elas se manifestam em Pernambuco, considerando a realidade local e as condições específicas da educação de pessoas surdas. Será importante analisar as ações e estratégias implementadas pelas autoridades educacionais para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos Surdos no ambiente escolar, além de identificar os desafios e dificuldades enfrentados pelos educadores e pelos próprios Surdos nesse processo.

Conforme apontado por Medeiros (1992), a história da Educação Especial em Pernambuco tem em Ulisses Pernambucano um importante pioneiro. Em 1918, ele publicou a primeira monografia brasileira sobre deficiência mental, intitulada "Classificação das Crianças Anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas; a instabilidade e a Astenia Mental". Com base nessa obra, Ulisses Pernambucano teve a oportunidade de concorrer ao cargo de professor na Escola Normal Oficial de Pernambuco, instituição de destaque no cenário educacional estadual.

Ulisses Pernambucano foi diretor da Escola Normal no início dos anos 20 e, em 1925, fundou duas instituições pioneiras que representaram importantes avanços para a Educação Especial no Brasil. A primeira delas foi a Escola para Excepcionais, que teve Anita Paes Barreto como diretora. A segunda foi o Instituto de Psicologia, que consolidou-se como um

espaço de pesquisa e formação de profissionais na área da Educação Especial. Desse modo, as contribuições de Ulisses Pernambucano para a Educação Especial no Brasil foram marcantes. Suas iniciativas representaram importantes passos para a inclusão e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

É importante salientar que as informações referentes à educação de Surdos no estado de Pernambuco são escassas e com registros raros. Diante disso, para o desenvolvimento desta dissertação, será necessária a utilização dos achados e pesquisas realizados pela professora Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos, apresentados em sua dissertação intitulada "Inclusão e Realidade: um olhar sobre a pessoa surda", defendida em 2006, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Este trabalho constitui-se fonte valiosa para entendermos a trajetória histórica dos Surdos no estado e as políticas educacionais que foram criadas para atender a este grupo.

Os registros sobre a educação de Surdos em Pernambuco são raros, mas através da produção de Norma Abreu e Lima Maciel de Lemos Vasconcelos, pode-se perceber como a educação desses indivíduos foi negligenciada ao longo da história. A dissertação apresenta uma análise das políticas educacionais voltadas para a inclusão dos Surdos, mostrando como o modelo educacional para essa minoria se baseou na educação dos ouvintes e não na experiência viso-espacial dos Surdos. Compreender a trajetória dos Surdos no estado de Pernambuco e os desdobramentos da educação desses indivíduos é essencial para a construção de políticas públicas que visem à inclusão e ao desenvolvimento educacional da comunidade surda. Sendo assim, é válido apresentar o posicionamento da autora, ao apontar que:

É importante destacar que a educação para surdos, nas políticas públicas, está condicionada a uma obrigação, tendo aproveitado várias formas de enunciá-la. Nesse sentido, há uma necessidade muito grande de que sejam promovidas reflexões sobre as várias faces da inclusão, principalmente para cada grupo de pessoas diferentes. [...] Há, no entanto, um conjunto de políticas para a surdez de significados dominantes sobre a normalidade, que exercem pressões sobre a língua, as identidades e os corpos dos surdos, podendo, essas políticas serem traduzidas como práticas ouvintistas porque partem de narrativas ouvintes para se enunciar. (Vasconcelos, 2006, p. 40).

O trecho acima chama a atenção para a complexidade da inclusão dos Surdos nas políticas públicas de educação, evidenciando a obrigação das mesmas em promover a inclusão, mas ressaltando que essa inclusão deve ser feita de forma consciente e cuidadosa, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada grupo de pessoas. Nesse sentido, é fundamental que sejam promovidas reflexões e discussões aprofundadas sobre as diferentes

faces da inclusão, especialmente para aqueles que são diferentes da maioria ouvinte.

Vasconcelos (2006) aponta para o fato de que as políticas para a surdez tendem a ser dominadas por significados normativos, que pressionam a língua, as identidades e os corpos dos Surdos. Essas políticas podem ser caracterizadas como práticas ouvintistas, que partem de narrativas ouvintes para se enunciar, ignorando as particularidades e demandas dos Surdos. Dessa forma, é importante questionar a hegemonia da cultura ouvinte na educação de Surdos e na sociedade como um todo, reconhecendo e valorizando a diversidade linguística e cultural presente em nosso país.

Para Dias (2007), o Estado pratica hoje uma política que dialoga com os interesses econômicos das elites empresariais e permissiva quanto aos mecanismos de exclusão e exploração do trabalho que o capitalismo global utiliza. Assim, não podemos compreender que o papel do Estado na garantia dos direitos e da inclusão dos Surdos na sociedade pode estar condicionado aos interesses econômicos e políticos das elites empresariais, o que pode refletir na consecução e implementação de políticas educacionais para Surdos.

Nesse contexto, a área de educação de Surdos pode ser vista como uma arena de disputas políticas que envolvem diferentes interesses e concepções de sociedade. O papel do Estado e sua ação na garantia dos direitos e da inclusão dos Surdos na sociedade precisam ser pensados de maneira crítica e reflexiva, levando em consideração as complexidades das discussões que circulam sobre o tema. É necessário entender como a configuração do Estado reverbera na educação de Surdos, tanto a nível nacional quanto regional, como é o caso de Pernambuco.

É importante destacar que a educação de Surdos é um direito previsto em legislação específica, e cabe ao Estado garantir o acesso a essa educação e promover a inclusão dessas pessoas na sociedade. No entanto, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação de Surdos muitas vezes esbarra em questões políticas e econômicas que permeiam a atuação do Estado. É necessário, portanto, promover reflexões críticas sobre as políticas públicas voltadas para a educação de Surdos, a fim de entender como elas são implementadas e quais são seus efeitos práticos na vida dessas pessoas. Somente dessa forma será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Vasconcelos (2006) traz informações relevantes sobre a história da educação de pessoas com deficiência em Pernambuco. Ela destaca a criação de instituições como a Escola Aires Gama e o Externato Primário para Anormais Educáveis, que foram criadas na década de 1940 com o objetivo de atender crianças com necessidades educacionais especiais. Além

disso, ela também relata a importância da Escola Especial Ulisses Pernambucano, que surgiu a partir da iniciativa do empreendedor Ulisses Pernambucano em 1941.

Ainda nessa seara, Vasconcelos (2006) volta seu olhar para a educação de pessoas surdas, buscando dados significativos sobre o assunto na rede de ensino público de Pernambuco. Para isso, ela utiliza outras fontes de informação, como os próprios Surdos representantes das associações, os professores que já atuavam na área há diversos anos e a sua própria experiência pedagógica em palestras e conferências. Nesse sentido, pretendemos nos apoiar nas informações e reflexões apresentadas pela autora para contextualizar a história da educação de pessoas com deficiência em Pernambuco e destacar a importância da inclusão dessas pessoas na sociedade.

Ao longo do século XX, diversas iniciativas foram tomadas no estado de Pernambuco para a educação de pessoas com deficiência. Em 1952, foi fundado o Instituto Domingos Sávio, primeira escola para Surdos no estado. Infelizmente, em 2005 a instituição teve que ser fechada devido a dificuldades financeiras. Em 1961, foi criada a Associação de Pais e Amigos de Expcionais (APAE), localizada em Casa Amarela, que, por meio de campanhas caritativas, atende até hoje pessoas com deficiência, incluindo Surdos, cegos e com deficiência intelectual (*Ibidem*).

Em 1963, a Secretaria de Educação do Estado criou Comissão para estudar o problema do "excepcional". Essa iniciativa resultou, no ano seguinte, na criação da Equipe de Educação de Expcionais, que funcionava na Divisão de Currículo e Supervisão do Departamento de Educação Primária no Estado. Em 1966, ocorreu a expansão das Classes Anexas, que hoje são conhecidas como Classes Especiais do Estado (*Ibidem*).

Essas iniciativas foram fundamentais para a garantia do direito à educação de pessoas com deficiência em Pernambuco. De acordo com Norma Vasconcelos esses registros oficiais são escassos e, portanto, é importante valorizar e reconhecer o esforço das instituições e das pessoas envolvidas em proporcionar oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para essa população.

No texto de Vasconcelos (2006), são apresentadas informações sobre a trajetória dos Surdos em Pernambuco durante as décadas de 70 e 80. Em 1970, foi criado o Centro de Educação Especial do Estado de Pernambuco, com o objetivo de diagnosticar e tratar pessoas "expcionais". Apesar de ser o único centro disponível para atender toda a demanda do estado, enfrentou dificuldades financeiras e de pessoal habilitado, o que resultou em uma extensa lista de espera para atendimento e deixou outros casos sem atendimento,

principalmente no interior.

Em 1974, ocorreu a reestruturação administrativa da Secretaria de Educação de Pernambuco, descentralizando a execução em educação especial e criando o Centro de Educação Especial e Equipe de Supervisão dos DERES (Departamentos Regionais de Educação). Em 1977, aconteceram os primeiros encontros dos Surdos que foram fundamentais para o movimento surdo e abertura de portas para várias conquistas, em uma época ainda de negação da língua de sinais no estado.

Na década de 80, foram criadas a Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE) e a Escola Sylvio Rabello - Instituto de Educação de Pernambuco (IEP). A ASSPE foi fundada, em 1985, com o objetivo de representar e atuar em defesa dos direitos dos Surdos. Em 1989, foi fundada a Escola Sylvio Rabello, que constituiu a primeira Sala para Atendimento Itinerante a alunos do Ensino Médio e supletivo.

Além disso, em 1980, iniciaram-se as reuniões que levaram à Fundação da Pastoral de Surdos, e em 1987, foi promovido o primeiro curso de LIBRAS pela ASSPE. A criação dos Comitês Integrados de Educação Especial em 1988, por reivindicação das próprias pessoas com deficiência, também foi um marco importante para a discussão e solução dos problemas enfrentados por elas. Em resumo, compreender a trajetória dos Surdos em Pernambuco é fundamental para entender as conquistas e desafios enfrentados por essa comunidade ao longo das décadas. (Vasconcelos, 2006)

Durante as décadas de 90 e início dos anos 2000, houve avanços significativos na inclusão e educação de Surdos no estado de Pernambuco. Em 1990, a Escola Sylvio Rabello iniciou o curso de Magistério com a primeira aluna surda, graças aos esforços de Wanda Pinheiro, e em seguida, foram criados os mini-centros de Educação Especial em várias cidades do estado, com o objetivo de descentralizar o diagnóstico e fornecer uma equipe multidisciplinar para atendimento. Além disso, foi introduzida a disciplina de Educação Especial no currículo das escolas estaduais.

Em 1992, ocorreu a fundação do primeiro Grêmio Estudantil de Surdos do Brasil, liderado por Wanda e Climério Brayner Júnior, com o objetivo de tratar de questões relacionadas ao movimento surdo. Em 1996, foi fundada a Escola Especial para Surdos na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO), que oferecia aulas de Educação Infantil e primeiras séries do ensino fundamental, além de ser campo de estágio para o Curso de Pedagogia, na Habilitação de Educação de Excepcionais da Áudio-comunicação (Vasconcelos, 2006).

Em 1999, se dá uma conquista relevante para os Surdos, pois a legislação passa a dar direito ao transporte gratuito nos ônibus da região metropolitana do Recife/PE, facilitando o deslocamento para as escolas. Em 2002, foi inaugurado o Escritório Regional da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) em Recife/PE, com a participação de Norma Vasconcelos como responsável pelo setor de intérpretes e posteriormente como diretora administrativa da instituição (*Ibidem*).

Em 2003, ocorreu o ingresso do primeiro grupo de alunos Surdos no curso de Pedagogia da FACHO, e no ano seguinte, mais doze pessoas surdas passaram no vestibular e ingressaram na educação superior. Em 2005, foi aprovado por unanimidade o Projeto de Lei Nº 812/04, que instituiu as funções de professores intérpretes e instrutores da Língua Brasileira de Sinais.

Por fim, em 2006, houve a abertura de inscrições para o concurso público da Secretaria de Educação e Cultura para o preenchimento de 50 vagas na área de educação especial, com excelentes resultados para os intérpretes e braillistas, mas poucas vagas preenchidas para a categoria de instrutor, sendo a maioria dos Surdos reprovados na prova objetiva que avaliava conhecimentos teóricos da Língua Portuguesa e da Língua de Sinais.

O contexto acima expõe a trajetória dos Surdos em Pernambuco e as lutas pela inclusão e educação.

Nesse cenário, Vasconcelos (2006), argumenta que:

... ainda é muito forte o ranço de uma educação com base numa política de integração de alunos surdos que fracassaram no seu processo educativo com proposta pedagógica que tinha por objetivo proporcionar aos surdos uma acessibilidade à escolarização, cujo modelo baseava-se na educação dos ouvintes, ou seja, o foco principal estava na oralidade e não na experiência viso-espacial dessa minoria linguística. (p. 61).

Nota-se a existência de uma política de integração de alunos Surdos que, historicamente, fracassou em proporcionar acessibilidade à escolarização. Tal política, que tinha como modelo a educação dos ouvintes, ignorava a necessidade da comunidade surda de uma proposta pedagógica que considerasse sua diferença linguística, social e cultural para o desenvolvimento cognitivo no processo de aprendizagem. O foco da política era a oralidade, não a experiência viso-espacial da minoria linguística.

A educação baseada na oralidade e na integração dos Surdos na educação dos ouvintes ignora completamente as diferenças linguísticas, sociais e culturais necessárias para o desenvolvimento cognitivo dessa comunidade. É preciso questionar a manutenção desse modelo pedagógico ultrapassado e pensar em alternativas que valorizem a língua de sinais

como meio de comunicação e aprendizagem, e que garantam uma educação de qualidade e inclusiva para os Surdos.

Diante disso, Mazzotta (2005) nos oferece um panorama geral sobre as políticas públicas de educação especial no Brasil, incluindo o atendimento aos alunos Surdos. O autor ressalta a trajetória histórica de exclusão e marginalização dessas pessoas na sociedade brasileira, o que se reflete também na educação. As políticas públicas de educação especial, em sua maioria, foram marcadas por uma perspectiva assistencialista, caritativa e excludente, que ignorava as necessidades educacionais específicas dos alunos Surdos.

Ao relacionar a obra de Mazzotta (2005) com a realidade da educação de Surdos em Pernambuco, podemos perceber como a falta de registros e informações sobre a educação dessas pessoas é um reflexo de um contexto mais amplo de invisibilidade e marginalização social. As políticas públicas de educação especial no estado, ao longo do tempo, não foram capazes de garantir de forma efetiva a inclusão e a acessibilidade dos alunos Surdos, o que evidencia a necessidade de ampliar as políticas educacionais voltadas para este público. Mazzotta (*Ibidem*) nos alerta para a urgência de políticas públicas inclusivas e voltadas para a diversidade, que reconheçam a diferença linguística, social e cultural dos alunos Surdos e garantam uma educação de qualidade para todos.

Em 2007, foi eleito para governar Pernambuco o candidato Eduardo Henrique Accioly Campos. O governo em seu discurso defendia a educação para a cidadania, que almejava reconhecer a educação como um direito humano (Vasconcelos, 2018).

A Gerência de Políticas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (GEDH), coordenada pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação, foi criada de acordo com a política nacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC), com o intuito de garantir a implementação de diretrizes, programas e projetos voltados à promoção dos direitos humanos, da diversidade e da cidadania no âmbito educacional. Em âmbito local, a Gerência de Políticas de Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania (GEDH), foi criada no estado de Pernambuco, no início de 2007, por meio do Decreto nº 30.362, datado de 17 de abril do mesmo ano (PERNAMBUCO, 2007).

Mantoan (2016), afirma que:

Em 2008, foi aprovada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que representou um grande avanço para o país. A Política Nacional de Educação Especial defendeu a inclusão escolar e a participação de todos os alunos nos espaços comuns de aprendizagem, seja qual for a sua condição física, intelectual ou sensorial, permitindo que a escola se

transforme em um espaço educacional inclusivo (p. 25).

O trecho citado ressalta a importância da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008, que trouxe avanços significativos para o país. A política defendeu a inclusão escolar e a participação de todos os alunos nos espaços comuns de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. É interessante destacar que essa abordagem valoriza a adaptação da escola para receber todos os alunos, o que representa uma grande conquista para a educação inclusiva. Nesse sentido, a educação de Surdos pode ser beneficiada, já que a política busca garantir o acesso de todos os estudantes à educação de qualidade. É fundamental lembrar que, para a inclusão efetiva dos Surdos na escola, é necessário o uso de recursos e estratégias específicas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o apoio de profissionais especializados em educação bilíngue de Surdos. Portanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pode ser vista de forma positiva para a inclusão dos Surdos na escola, desde que haja o reconhecimento da especificidade dessa população e a implementação de medidas que atendam às suas necessidades educacionais.

Certamente, um marco significativo para a inclusão de pessoas surdas no sistema educacional brasileiro foi a promulgação do Decreto nº 6.949 em 2009. Este decreto teve como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, que reconhece o direito das pessoas com deficiência à educação. Consequentemente, o Decreto estabelece que é necessário garantir o direito à educação sem qualquer tipo de discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Para isso, é essencial assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como possibilitar o aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2009, p. 13). É notável que esse documento reforça o compromisso do Estado com a promoção da inclusão educacional e garante o acesso de pessoas com deficiência à educação em igualdade de condições com os demais estudantes.

Cabe destacar que durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), foram implementadas ações em consonância com a perspectiva da educação inclusiva para a Educação Especial. Nesse período, foram promulgados decretos e leis que visaram articular programas já existentes e criar outros, a fim de estabelecer uma estrutura de sustentação para as ações já em curso e garantir a continuidade legal da política iniciada em 2003. Essa política governamental foi importante para consolidar os avanços alcançados e ampliar as ações em prol da inclusão escolar dos estudantes com deficiência. (Kassar;

Rebelo, 2018).

A esse respeito, as autoras Kassar e Rebelo (*ibidem*) reiteram que:

O governo Dilma (2011-2014) dá continuidade à estrutura organizada na gestão anterior, mas a Educação Especial passa a ser reforçada na perspectiva do respeito à diversidade, inclusive com o encerramento das atividades da Secretaria de Educação Especial. (p.13).

Para as autoras o governo da presidente Dilma Rousseff deu continuidade à estrutura organizada na gestão anterior, mas a Educação Especial passou a ser reforçada na perspectiva do respeito à diversidade. Nessa perspectiva, a ideia de que outra forma de atenção que não ocorresse em salas comuns seria vista como segregação e de desrespeito aos Direitos Humanos. É possível perceber que o governo de Dilma Rousseff endossou a importância da inclusão escolar e da valorização da diversidade, consolidando uma perspectiva mais inclusiva e menos segregacionista na Educação Especial.

Souza, Lins e Nascimento (2018) autoras do livro "Plano Nacional de Educação e as políticas locais para implantação da educação bilíngue para Surdos ", destacam que o PNE (2014-2024) apontou impactos na educação de Surdos no Brasil. No entanto, ressaltam que ainda existem dificuldades na implementação de políticas efetivas para garantir a inclusão e a acessibilidade dos Surdos no ambiente educacional, como a falta de capacitação adequada para professores e a ausência de recursos pedagógicos específicos para atender às necessidades educacionais desses estudantes.

De acordo com Vasconcelos (2018), o estado de Pernambuco passou por uma mudança significativa na sua estrutura educacional em 2015, com a fusão da Gerência de Educação Especial (GEDE) com a GEDH, criando assim a Gerência de Políticas Educacionais em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH). A nova gerência adota como paradigma a inclusão por meio do diálogo da diversidade, compreendendo a diversidade como o fundamento da inclusão de pessoas com deficiência. A GEIDH busca promover e defender os direitos humanos, desenvolvendo ações que contemplam também as pessoas com deficiências, com programas e projetos para apoio à escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial. Em relação às ações de inclusão desenvolvidas nas escolas, a GEIDH estabelece que os estudantes com deficiência devem ser matriculados na classe comum do Ensino Regular, frequentando também as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no contraturno, para ter acesso ao Atendimento Educacional Especializado.

Os avanços apresentados por Pernambuco na área de educação inclusiva foram

extremamente relevantes, uma vez que promoveram uma mudança significativa na estrutura educacional do estado em 2015, com a criação de uma nova gerência que adotou como paradigma a inclusão por meio do diálogo da diversidade. Essa mudança não apenas buscou promover e defender os direitos humanos, mas também contemplou a inclusão de pessoas com deficiências por meio de programas e projetos para apoio à escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial.

A nível nacional, em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b). Essa legislação, resultado de amplas discussões e reflexões, tem como objetivo garantir e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com vistas à sua inclusão social e cidadania plena. A aprovação dessa lei representa um marco histórico no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ainda em 2015, em fevereiro, a Prefeitura da cidade do Recife/PE instituiu as salas regulares bilíngues para Surdos na rede municipal, com o objetivo de atender às etapas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental regular e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Essa iniciativa teve um impacto significativo na educação inclusiva no estado de Pernambuco, pois possibilitou a inclusão de estudantes Surdos em turmas regulares, com a presença de intérpretes de língua brasileira de sinais e braillistas. (RECIFE, 2015).

Ao longo do tempo, foram alcançadas conquistas legais, políticas e sociais importantes para o avanço da inclusão das pessoas com deficiência. No entanto, é importante destacar que tais progressos ocorreram como resultado dos inúmeros movimentos de luta, mobilizações, passeatas, reuniões, assembleias, debates e outras ações empreendidas pela comunidade surda. Nesse sentido, é fundamental reconhecer o papel das lideranças que emergiram das associações e movimentos sociais, cada uma com sua história de vida singular e contribuição significativa para a construção de uma nova narrativa inclusiva na sociedade.

De acordo com Dourado e Siqueiro (2022), desde o golpe de 2016, que levou ao afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff e à ascensão do governo Michel Temer, as políticas de ajuste fiscal foram adotadas em detrimento das políticas sociais e educacionais. No âmbito educacional, houve inúmeros retrocessos nas políticas, na gestão, na organização e no financiamento da educação no país, incluindo ações unilaterais do Ministério da Educação contra a composição do Fórum Nacional de Educação (FNE), redução e

contingenciamento de recursos e ataques à autonomia universitária, dentre outros fatores que afetaram a comunidade surda.

Assim, ao longo das últimas décadas, foram conquistados novos caminhos e territórios, apesar de inúmeros retrocessos, na busca por uma educação bilíngue para pessoas surdas no estado de Pernambuco e em todo o país. Entretanto, é crucial que permaneçamos atentos, pois há muitos desafios a serem enfrentados, muitas medidas que precisam ser revistas e aprimoradas, e ainda há muito trabalho a ser feito.

3.2 A SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM PERNAMBUCO

Após apresentarmos o contexto histórico da educação de Surdos em Pernambuco, é importante compreendermos a situação atual dessa área. Neste momento, discutiremos os desafios e perspectivas que envolvem a educação de Surdos no estado, considerando aspectos como a política educacional, a formação de professores, a infraestrutura das escolas e a inclusão dos alunos Surdos na sociedade. A partir das informações expostas refletiremos sobre as medidas necessárias para garantir uma educação bilíngue para Surdos e inclusiva para essa população em Pernambuco.

Em Pernambuco, o esforço do movimento surdo e de especialistas da área desempenhou um papel importante. Como resultado o governo estadual publicou a Instrução Normativa SEE 007/2017 que estabeleceu os procedimentos e normas para a realização do Cadastro Escolar e Matrícula de 2018 para estudantes da Educação Básica na rede de ensino. O Art. 69 estabeleceu a inclusão obrigatória da Disciplina de Libras no currículo do Ensino Fundamental e Médio, sendo facultativa para os estudantes (Pernambuco, 2018, p. 12).

No início do segundo mandato do governador Paulo Câmara, em 2019, foram implementadas importantes medidas para a educação de Surdos em Pernambuco, visando promover uma inclusão mais efetiva desses alunos nas escolas regulares.

Um dos marcos importantes foi a ampliação da oferta de professores especializados em Libras (Língua Brasileira de Sinais), promovendo a presença de intérpretes qualificados nas salas de aula. Isso proporcionou uma maior acessibilidade linguística e a possibilidade de comunicação efetiva entre os alunos Surdos e os demais colegas e professores. Além disso, foram promovidos programas de formação continuada para os educadores, visando o desenvolvimento de competências específicas no ensino e na inclusão de estudantes Surdos. (PERNAMBUCO, 2019).

Outro aspecto relevante em 2019 foi o fortalecimento da parceria entre as escolas regulares e as instituições especializadas em educação de Surdos. Essa colaboração permitiu o compartilhamento de conhecimentos e recursos, bem como a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas que atendessem às necessidades individuais de cada aluno surdo. Essa abordagem colaborativa buscou proporcionar um ambiente educacional mais acolhedor e propício ao desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes Surdos. (PERNAMBUCO, 2019).

Uma das fontes de informações para as medidas implementadas em 2019 é o Relatório Anual da Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDUC-PE) referente a esse período. O relatório apresenta detalhes sobre as ações realizadas, como a ampliação da oferta de professores especializados em Libras, a promoção de programas de formação continuada para educadores e o fortalecimento da parceria entre as escolas regulares e as instituições especializadas em educação de Surdos.

Apesar das ações implementadas representarem avanços significativos, é importante ressaltar que elas ainda são insuficientes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para os estudantes Surdos em Pernambuco. Como já mencionado no texto a implementação de uma educação bilíngue para Surdos requer um conjunto de medidas mais abrangentes e estruturais.

Fundamentado em leis e diretrizes nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008), é essencial que as políticas educacionais se voltem para a garantia da educação bilíngue para Surdos. Isso implica no reconhecimento e valorização da língua de sinais, juntamente com o aprendizado da língua portuguesa, como direito linguístico dos estudantes Surdos.

A implementação da educação bilíngue para Surdos requer investimentos na formação de professores especializados, na disponibilização de materiais didáticos adequados, na adaptação dos currículos escolares e na oferta de suporte e recursos pedagógicos necessários. Além disso, é fundamental assegurar a participação efetiva das comunidades surdas e de suas organizações representativas na definição e implementação das políticas educacionais, garantindo uma abordagem inclusiva e respeitando a cultura e identidade surda. A esse respeito, Mourão e Miranda (2008) ponderam que:

Assim, destaca-se que a educação das pessoas surdas, atualmente, ainda requer investimentos científicos, tecnológicos e humanos para que esta possa assumir de fato o que se propõem: a escolarização deste grupo de pessoas para que elas

possam exercitar seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros. Nessa perspectiva, não há preocupação em negar as diferenças, mas fazer com que o surdo assuma o seu papel enquanto cidadão, com condições de participar ativamente da sociedade. (p.6).

O trecho citado de Mourão e Miranda (2008) ressalta a necessidade de investimentos científicos, tecnológicos e humanos na educação de pessoas surdas, a fim de garantir sua efetiva escolarização e o exercício pleno de seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros. Essa reflexão crítica é fundamental para uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela educação de Surdos e da importância de superar as barreiras existentes.

Para complementar a discussão sobre a insuficiência das ações implementadas em 2019, é relevante considerar as contribuições do pensamento de Helleni Priscille de Souza Ferreira Oliveira, pesquisadora e defensora da educação bilíngue para Surdos. Segundo Oliveira (2021), a educação de Surdos deve se pautar no reconhecimento da língua de sinais como primeira língua e no aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, em um ambiente bilíngue e intercultural.

Com base nessa perspectiva, é necessário ir além da simples oferta da disciplina de Libras nas escolas regulares. A educação bilíngue para Surdos exige a criação de espaços e práticas pedagógicas que valorizem a língua de sinais como meio de comunicação, expressão e aprendizado, bem como o respeito à cultura e identidade surda. Isso implica em um currículo inclusivo, que considere as necessidades linguísticas e cognitivas dos estudantes Surdos, promovendo o acesso ao conhecimento de forma equitativa.

Além disso, a implementação da educação bilíngue para Surdos está embasada em instrumentos legais e diretrizes internacionais. A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008, reconhece o direito das pessoas surdas à educação inclusiva e à identidade cultural surda, enfatizando a importância do uso e promoção das línguas de sinais (ONU, 2006). Portanto, é fundamental que as políticas educacionais em Pernambuco estejam alinhadas com esses princípios e garantam a efetiva implementação da educação bilíngue para Surdos.

Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Covid-19 e muitos países, inclusive o Brasil, adotaram uma série de medidas para conter a propagação do vírus. O distanciamento social, a quarentena, o uso de máscaras faciais e a higienização das mãos com álcool em gel foram algumas das estratégias adotadas.

A pandemia da Covid-19 trouxe desafios sem precedentes, impactando

profundamente a educação em todo o mundo. Escolas foram fechadas, aulas presenciais foram suspensas e foi necessário adotar o ensino remoto como alternativa para garantir a continuidade do processo educacional. Esse novo cenário apresentou diversas dificuldades, como a falta de acesso adequado à internet e tecnologia, a necessidade de adaptação de práticas pedagógicas e a desigualdade no acesso ao ensino entre estudantes de diferentes condições socioeconômicas (Montagna et al., 2021).

Sobre o cenário educacional durante a pandemia, Lima, Novato e Carvalho (2022), destacam que:

Dentro dos âmbitos educacionais, o decreto do isolamento social fez com que as aulas presenciais, em sua maioria, fossem substituídas pelo ensino remoto emergencial nas instituições de ensino pública e privada, o que não foi diferente no Brasil (Lawrence et al., 2021). Essas mudanças no paradigma educacional por meio da adoção de ferramentas tecnológicas como quase totalidade das metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas no ano letivo de 2020 e 2021 trouxeram à tona uma ampliação nas diferenças socioeconômicas da comunidade escolar em todas as suas esferas, na nítida desigualdade ao acesso à informação e em fragilidades do sistema educacional, principalmente aos grupos menos favorecidos (p.2).

Ao analisarmos o trecho supracitado é possível perceber que as mudanças no campo educacional decorrentes do isolamento social causado pela pandemia da Covid-19 resultaram na substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto emergencial. No entanto, é importante destacar que essas transformações aprofundaram as diferenças socioeconômicas entre os estudantes, evidenciando a desigualdade no acesso à informação e revelando fragilidades no sistema educacional, especialmente para os grupos menos favorecidos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes Surdos durante esse período são ainda maiores. A educação de Surdos já apresentava desafios específicos antes da pandemia, como a falta de profissionais especializados e recursos adequados. Com a transição para o ensino remoto, essas dificuldades foram ampliadas, uma vez que a comunicação em língua de sinais, que é fundamental para a aprendizagem dos Surdos, muitas vezes não é contemplada nas plataformas e ferramentas utilizadas no ensino remoto convencional. (Lima; Novato; Carvalho, 2022).

Além disso, a falta de acessibilidade digital adequada para os estudantes Surdos também se torna um obstáculo significativo. A ausência de legendas, intérpretes de língua de sinais e materiais adaptados pode dificultar ainda mais o processo de aprendizagem e a participação plena desses estudantes nas atividades escolares.

Durante o ano de 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, a Secretaria de Educação de Pernambuco implementou o programa Educa-PE, buscando garantir a continuidade da oferta de aulas e oportunidades educacionais para os estudantes, mesmo diante do distanciamento social. Por meio de variados artefatos pedagógicos, como aulas no YouTube e TV aberta, podcasts e fascículos, o programa possibilitou a adoção de uma estratégia de ensino híbrido, mantendo o contato direto com os conteúdos educacionais e fortalecendo a motivação dos estudantes. (Pernambuco, 2020)

Apesar das contribuições proporcionadas pelo programa Educa-PE, é importante destacar que a presença de intérpretes em Libras nas aulas não foi mencionada como uma prática sistemática, o que poderia contribuir para o início da inclusão dos estudantes Surdos. A LBI estabelece que é dever do Estado garantir a oferta de serviços de comunicação, como a presença de intérpretes, para a promoção da acessibilidade e da participação dos Surdos na sociedade. (Brasil, 2015).

Além disso, é fundamental ressaltar que a implementação de uma educação bilíngue para Surdos, que valorize a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e promova a aquisição do português escrito como segunda língua, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), não foi mencionada como parte das ações do programa Educa-PE.

Durante o ano de 2021, a retomada gradual das atividades educacionais na rede estadual de Pernambuco trouxe desafios significativos, especialmente no que diz respeito à escolarização de alunos com deficiência, incluindo os estudantes Surdos. No entanto, é preocupante constatar a falta de documentos e informações que evidenciem como o governo estadual se organizou para lidar com essas questões específicas durante esse período.

A ausência de registros e diretrizes claras sobre a retomada dos alunos com deficiência levanta questionamentos sobre a efetiva inclusão desses estudantes na rede de ensino. Sem um plano estruturado e transparente, é difícil garantir que as necessidades e particularidades dos alunos Surdos foram adequadamente consideradas no retorno às aulas presenciais.

Além disso, a falta de informações documentadas dificulta a avaliação dos protocolos adotados para garantir a segurança e o bem-estar dos alunos, como medidas de distanciamento social e adaptações dos espaços físicos para atender às necessidades dos estudantes Surdos. Sem essas informações, torna-se desafiador compreender se as medidas implementadas foram suficientes para promover a inclusão e o acesso igualitário à educação.

Em 2022, nas eleições estaduais de Pernambuco, Raquel Lyra, filiada ao PSDB, foi eleita como governadora, encerrando um período de 16 anos de comando do PSB no estado. A chegada de uma liderança política vinculada a um partido de tendência mais conservadora levanta preocupações e incertezas em relação às políticas para a educação de Surdos.

A ideologia política do PSDB, que é conhecido por sua orientação mais liberal e alinhamento com agendas econômicas e sociais保守adoras, pode indicar um possível retrocesso nas políticas de inclusão e acessibilidade na educação de Surdos. Essa mudança de liderança política pode resultar na diminuição de investimentos e recursos direcionados para a promoção da educação bilíngue para Surdos, que é fundamental para a plena participação dos estudantes Surdos na sociedade. (SOUZA, 2021).

Além disso, a orientação política do PSDB pode influenciar a priorização de outras áreas em detrimento da educação inclusiva, afetando diretamente os estudantes Surdos e suas necessidades específicas. Medidas de austeridade e cortes orçamentários podem comprometer a qualidade da educação oferecida, prejudicando o acesso a recursos tecnológicos, materiais didáticos adaptados, capacitação de professores e a contratação de intérpretes de Libras. (*ibidem*).

Diante desse cenário, os desafios para a educação de Surdos em Pernambuco e no Brasil são enormes. É necessário buscar alternativas que garantam o acesso e a permanência dos alunos Surdos na escola, com qualidade social, respeitando sua língua e sua cultura, e promovendo a inclusão desses alunos na sociedade. Além disso, é preciso reforçar a importância da educação inclusiva e lutar contra as políticas exclucentes e conservadoras propostas pelo governo atual, que representam um grande obstáculo para a garantia do direito à educação para todos.

3.3 INCLUSÃO DE SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES DE PERNAMBUCO

Após apresentarmos o contexto histórico da educação de Surdos em Pernambuco, com sua trajetória, lutas e situação atual, é essencial compreender de que maneira ocorre a inclusão dos Surdos nas escolas regulares do estado, tanto em perspectiva histórica quanto atual. No passado, a inclusão de Surdos nas escolas regulares era marcada por um cenário de segregação e exclusão, com a predominância do ensino oralista, que buscava a "normalização" dos Surdos por meio da oralização da língua. Essa abordagem negligenciava a língua de sinais e a cultura surda, impactando negativamente o processo de aprendizagem

e desenvolvimento dos estudantes Surdos. (Vasconcelos, 2006)

Nas últimas décadas, tem havido uma mudança significativa nesse panorama. A partir do reconhecimento da Libras como língua oficial dos Surdos brasileiros, diversas leis e políticas foram promulgadas para promover a inclusão e garantir o acesso à educação de qualidade. O Decreto nº 5.626/2005, por exemplo, regulamenta a Lei Brasileira de Libras e estabelece a obrigatoriedade do ensino da Libras nos cursos de formação de professores e a disponibilização de intérpretes de Libras nas escolas. (Brasil, 2005)

Atualmente, a inclusão dos Surdos nas escolas regulares de Pernambuco é orientada pelo princípio da educação inclusiva, que busca garantir o acesso, a permanência e a participação dos estudantes Surdos em todos os aspectos da vida escolar. Essa inclusão se dá por meio de estratégias como a presença de intérpretes de Libras, o apoio pedagógico especializado, a adaptação de materiais didáticos, a disponibilização de recursos de acessibilidade e a promoção de uma cultura escolar inclusiva e respeitosa com a diversidade linguística e cultural dos Surdos. (Vasconcelos, 2018).

Sob esse viés, entendemos por inclusão conforme destacado por Sartoretto (2011, p. 77), o termo "incluir" possui um significado profundo, englobando a compreensão, a abrangência e a noção de fazer parte e pertencer. Nessa perspectiva, a inclusão implica em um processo que requer, primordialmente, o respeito às diferenças.

A inclusão educacional dos Surdos em Pernambuco, à luz desse entendimento, assume uma importância fundamental. A partir do reconhecimento da diversidade linguística e cultural desses indivíduos, faz-se necessário criar ambientes e práticas educacionais que respeitem suas singularidades e permitam sua plena participação no processo de aprendizagem.

A concretização de processo inclusivo ainda apresenta desafios. É imprescindível superar barreiras sociais, atitudinais e estruturais que limitam o acesso e a participação dos Surdos nas escolas regulares. É preciso quebrar paradigmas e promover uma mudança de mentalidade, para que a inclusão seja efetivamente vivenciada como um direito de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais especiais.

Nesse sentido, o respeito às diferenças se manifesta como uma condição fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para os Surdos em Pernambuco. Somente por meio desse olhar sensível e acolhedor é possível construir ambientes educacionais que valorizem a diversidade e ofereçam igualdade de oportunidades a todos os estudantes.

Desse modo, a compreensão do significado de inclusão como um processo que abrange respeito e pertencimento é essencial para a reflexão e o avanço da educação de Surdos em Pernambuco. Ao reconhecer as particularidades linguísticas e culturais desse grupo, é possível construir uma educação mais inclusiva, que valorize a diversidade e promova o pleno desenvolvimento de cada estudante, garantindo sua participação ativa e efetiva na sociedade.

Contribuindo com o pensamento de Sartoretto, Machado (2011) reforça a importância da inclusão escolar ao destacar que ela evidencia a necessidade de romper com práticas de ensino tradicionais e homogeneizadoras em sala de aula. A inclusão demanda uma reavaliação dos conteúdos e das estratégias pedagógicas, de modo a contemplar a diversidade de experiências, saberes e formas de aprendizagem dos estudantes Surdos.

Nesse contexto, é fundamental que os educadores estejam abertos a repensar seus métodos de ensino, buscando alternativas que considerem as especificidades linguísticas e culturais dos Surdos. Isso implica em proporcionar espaços de aprendizagem inclusivos, nos quais a Língua de Sinais Brasileira (Libras) seja reconhecida como língua legítima e de uso corrente pelos Surdos.

Ainda segundo Machado (2011), a inclusão escolar implica em promover uma verdadeira transformação na educação, superando a ideia de ensino-transferência, que reproduz uma única forma de aprender e ensinar. É preciso reconhecer e valorizar a diversidade de estilos de aprendizagem, adaptando as estratégias pedagógicas de forma individualizada, de modo a atender às necessidades de cada estudante surdo.

Essa perspectiva implica em um olhar sensível e flexível por parte dos educadores, que devem estar dispostos a acolher as experiências e conhecimentos trazidos pelos estudantes Surdos, valorizando sua identidade e promovendo uma educação que seja verdadeiramente inclusiva.

De acordo com Sassaki (2003), a inclusão é um ideal e um desafio para a comunidade escolar, uma vez que vai além da simples "educação para todos" e busca uma sociedade na qual as oportunidades políticas, econômicas e sociais estejam acessíveis a todos, independentemente das diferenças individuais que possam existir. No contexto da educação inclusiva em Pernambuco, observa-se que ainda há espaço para melhorias nas escolas regulares, a fim de garantir a efetiva inclusão dos estudantes Surdos.

Apesar dos avanços significativos na legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabelecem

direitos e garantias para a inclusão de pessoas com deficiência, é necessário reconhecer que a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios no contexto educacional pernambucano. A inclusão de alunos Surdos requer a criação de ambientes educacionais que valorizem a diversidade e adotem práticas pedagógicas inclusivas.

Após compreendermos o conceito de inclusão, é importante mergulhar e conhecer como ocorre, ou como deveria ocorrer, a inclusão dos estudantes Surdos. Ao longo da história, diferentes abordagens educacionais foram adotadas para o ensino de Surdos. Inicialmente, o método oral ganhou força no Brasil a partir de 1860, impulsionado pelos avanços tecnológicos que facilitaram o aprendizado da fala pelos Surdos. O oralismo dominou até a década de 1970, quando Stokoe publicou um artigo defendendo que as línguas de sinais possuem todas as características das línguas orais. Esse foi um marco importante para o surgimento, em 1980, da filosofia bilíngue (Quadros; Karnopp, 2004).

Historicamente, a atuação dos intérpretes de sinais se destacou no final da década de 1980 no Brasil. No entanto, compreender a lógica dos fatos nos leva a perceber que o processo inclusivo ainda não acontece conforme determina a Lei 10.436/2002, exigindo esforços tanto da comunidade surda quanto da sociedade em geral (Machado, 2011). Observa-se, portanto, que mesmo com leis que estabelecem a inclusão e valorização dos estudantes Surdos, bem como a garantia de intérpretes de Libras para a intervenção pedagógica, ainda existem critérios de avaliação diferenciados para a classe surda no ensino regular que não são adequados. Por exemplo, avaliações objetivas e subjetivas que não consideram a orientação da língua de sinais.

Apesar do Decreto 5.626/2005 afirmar que a pessoa surda deve interagir por meio de experiências visuais, os resultados das avaliações ainda são indiferentes. É fundamental realizar uma avaliação de aprendizagem que leve em conta as particularidades dos estudantes Surdos, uma vez que, muitas vezes, são avaliados como se fossem ouvintes com domínio do português (Machado, 2011).

Segundo a regulamentação da Lei nº 10.436/2002, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, o que respalda a educação bilíngue para Surdos. No entanto, as dinâmicas educacionais nas salas de aula e nas escolas ainda estão majoritariamente voltadas para a língua oral e sua escrita, deixando a língua de sinais em segundo plano. Dessa forma, a importância da aprendizagem nesse contexto, promovendo um encontro entre professor e estudante que visa alcançar o conhecimento e o domínio dos recursos necessários. No entanto, muitas vezes essa interação não ocorre na inclusão do

estudante surdo devido à falta de conhecimento da língua por parte da maioria dos docentes que trabalham com inclusão nas escolas regulares. Isso cria uma barreira na comunicação, mesmo quando mediada pelo intérprete, resultando em momentos de afastamento entre o docente e o estudante.

A inclusão do aluno surdo no ensino regular e a garantia do intérprete na sala de aula para o uso da língua de sinais como meio de comunicação para a aprendizagem são considerados avanços históricos que pressupõem o entendimento da escola inclusiva. No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem superados em relação à efetiva implementação dessas práticas inclusivas em Pernambuco e em outras regiões.

A realidade da inclusão dos educandos Surdos nas escolas regulares pernambucanas revela a necessidade de uma maior sensibilização e capacitação dos profissionais da educação para lidar com a diversidade linguística e cultural desses estudantes. Embora a Libras seja reconhecida como meio legal de comunicação, ainda é comum que as dinâmicas educacionais se concentrem majoritariamente na língua oral, deixando a língua de sinais em segundo plano. Isso pode resultar em uma exclusão linguística e pedagógica dos Surdos, dificultando seu pleno desenvolvimento acadêmico e social (Quadros; Karnopp, 2004).

Além disso, a avaliação dos estudantes Surdos ainda é pautada por critérios que não consideram suas particularidades linguísticas e culturais. A aplicação de avaliações objetivas e subjetivas sem a devida orientação da língua de sinais pode comprometer o processo de aprendizagem e a real compreensão dos conhecimentos pelos estudantes Surdos. É necessário que as avaliações sejam adequadas e reflitam o domínio da língua de sinais e das habilidades adquiridas nesse contexto (Dourado, 2015).

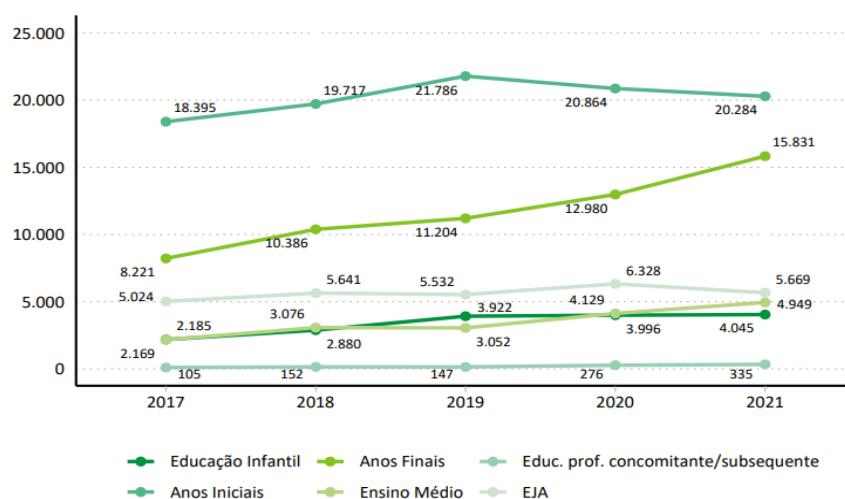
Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas e as práticas educacionais promovam uma educação inclusiva efetiva, que valorize a diversidade e garanta o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes Surdos nas escolas regulares de Pernambuco. Isso implica não apenas na garantia de intérpretes de Libras, mas também na formação continuada dos profissionais da educação, na disponibilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados, além do reconhecimento e valorização da língua de sinais como língua de instrução e de interação para os estudantes Surdos (MACHADO, 2011).

A inclusão dos educandos Surdos nas escolas regulares pernambucanas, de acordo com as diretrizes inclusivas e as demandas da comunidade surda, representa um desafio que requer o engajamento de todos os atores envolvidos. É preciso superar as barreiras linguísticas, culturais e pedagógicas para construir um ambiente educacional

verdadeiramente inclusivo, que reconheça e valorize a diversidade e promova o pleno desenvolvimento dos estudantes Surdos. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e equidade para todos (Sassaki, 2003).

Ao analisarmos o contexto histórico e as lutas da comunidade surda em busca da inclusão baseada em seus direitos linguísticos reconhecidos, é importante examinar a situação da inclusão em Pernambuco. De acordo com dados gerais do estado, o número de matrículas na educação especial alcançou 51.113 em 2021, representando um aumento significativo de 41,6% em relação a 2017. A maioria dessas matrículas está concentrada nos anos iniciais do ensino fundamental, correspondendo a 39,7% do total. Ao analisar a diferença no número de matrículas entre 2017 e 2021 por etapa de ensino, observa-se um crescimento expressivo de 128,2% no ensino médio. Esses dados indicam um avanço na inclusão de estudantes Surdos, demonstrando um maior acesso à educação formal em Pernambuco. (INEP, 2021). Observemos o gráfico 01:

Gráfico 01: Número de Matrículas de Alunos Com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades em Classes Comuns ou Especiais Exclusivas, segundo a Etapa de Ensino – Pernambuco – 2017-2021.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Verifica-se que, mesmo com o aumento progressivo do número de estudantes com deficiência no ensino médio, as matrículas ainda são significativamente inferiores em comparação ao ensino fundamental. É importante ressaltar que a inclusão escolar não se limita apenas à matrícula dessas pessoas nas escolas, pois isso por si só não garante sua plena participação em todo o processo educacional. Essa falta de participação efetiva pode levar a uma forma de inclusão marginalizada, na qual o acesso a oportunidades educacionais adequadas fica comprometido (Lucca, Bazon & Lozano, 2015). Essa questão reforça a

necessidade de medidas mais abrangentes e efetivas para garantir uma inclusão verdadeira e significativa dos estudantes com deficiência, não apenas no âmbito do acesso, mas também ao longo de sua jornada educacional.

É importante destacar que, dentro desses números gerais de matrículas na educação especial em Pernambuco, os estudantes Surdos estão incluídos. Embora não haja dados específicos sobre a proporção exata de estudantes Surdos em relação ao total de matrículas, é evidente que eles fazem parte desse cenário. A inclusão de Surdos no sistema educacional regular ainda apresenta desafios, que vão desde a falta de profissionais capacitados em língua de sinais até a necessidade de adaptações curriculares e recursos adequados para a comunicação e aprendizagem desses estudantes. É fundamental que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas estejam atentas às necessidades específicas dos estudantes Surdos, garantindo uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) desempenha um papel fundamental na promoção da educação inclusiva no Brasil. A Meta 4 do PNE estabelece a meta de proporcionar educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

Ao analisar o Gráfico 02, que apresenta o percentual de alunos dessa faixa etária incluídos em classes comuns, observa-se um crescimento ao longo dos anos. Além disso, o percentual de alunos que têm acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) também aumentou, passando de 33,6% em 2017 para 37,0% em 2021. Esses dados indicam um avanço na inclusão escolar desses estudantes, proporcionando-lhes maior acesso à educação regular e ao suporte necessário para seu desenvolvimento escolar.

Gráfico 02: Percentual de Matrículas de Alunos de 4 A 17 anos de Idade Com Deficiência em Pernambuco – 2017-2021.



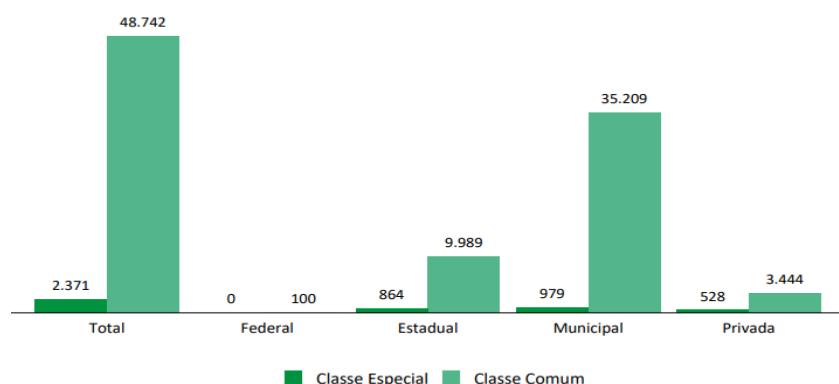
Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

O gráfico 02 apresenta dados que nos permitem observar uma tendência significativa.

Ele mostra que o percentual de alunos de 4 a 17 anos incluídos em classes comuns, tanto com quanto sem Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem aumentado ao longo dos anos. Em contrapartida, o número de classes especiais vem diminuindo progressivamente. Essa mudança evidencia o esforço em promover a inclusão de estudantes com deficiência em ambientes educacionais regulares. No entanto, é importante ressaltar que, apesar desse avanço, a ausência de AEE pode representar uma lacuna na efetivação da inclusão. O acesso ao AEE é essencial para garantir suporte individualizado e estratégias pedagógicas adequadas às necessidades desses alunos. Portanto, é fundamental que sejam adotadas medidas para fortalecer a disponibilidade e a qualidade do AEE, a fim de assegurar uma inclusão plena e efetiva.

Ao analisarmos a educação inclusiva de acordo com a dependência administrativa, podemos observar que a rede federal se destaca com o maior percentual de alunos incluídos, alcançando 100,0%. Já na rede privada, dos 3.972 estudantes matriculados na educação especial, 3.444 deles, correspondendo a 86,7%, estão em classes comuns. Esses dados indicam uma maior inserção de alunos com deficiência em ambientes regulares de ensino, tanto em instituições públicas quanto privadas. No entanto, é importante considerar que a inclusão vai além da presença física nas salas de aula. É fundamental garantir que esses alunos tenham acesso a um ambiente inclusivo, com os recursos e o apoio necessários para seu pleno desenvolvimento acadêmico e social (INEP, 2021), conforme explicitado no gráfico 03:

Gráfico 03: Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades, por Dependência Administrativa em Classes Comuns e em Classes Especiais Exclusivas – Pernambuco – 2021.



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3, ainda é evidente a presença de estudantes em classes especiais na rede estadual de Pernambuco, o que vai de encontro às

leis nacionais que preconizam a inclusão plena dos alunos com deficiência. Para garantir uma inclusão escolar desses alunos, é imprescindível contar com um apoio pedagógico eficiente, envolvendo profissionais capacitados, como psicólogos, fisioterapeutas e agentes de apoio ao desenvolvimento escolar.

Ao abordar a inclusão do surdo na rede regular de ensino, é relevante destacar que o Plano Estadual de Educação (2015-2025) de Pernambuco enfatiza a necessidade de implantar, ampliar e garantir salas de recursos multifuncionais, bem como promover a formação continuada de professores e profissionais da educação para o atendimento educacional especializado em diversas modalidades de escolas. Isso inclui escolas urbanas, escolas do campo, escolas indígenas e escolas de comunidades quilombolas. No entanto, não há uma diretriz clara nem dados públicos que indiquem se o estado tem efetivamente provido essas salas de recursos, que são fundamentais para a inclusão adequada do surdo no sistema educacional. (Vasconcelos, 2018).

A falta de informações disponíveis sobre a existência e a qualidade das salas de recursos multifuncionais destinadas ao atendimento educacional especializado para Surdos levanta questões sobre a efetividade das políticas inclusivas no estado de Pernambuco. A ausência de dados públicos impede uma análise mais precisa sobre o cumprimento das metas propostas pelo plano estadual e dificulta a identificação de possíveis lacunas na oferta desses recursos essenciais.

Diante desse cenário, torna-se necessário um maior comprometimento das autoridades educacionais e gestores públicos em divulgar informações transparentes sobre a implementação das salas de recursos multifuncionais nas escolas, assim como em promover a formação adequada dos profissionais responsáveis pelo atendimento aos Surdos. Somente por meio de um monitoramento efetivo e da transparência na disponibilização de dados será possível avaliar a eficácia das ações voltadas para a inclusão dos Surdos e identificar possíveis desafios e necessidades a serem abordados. A inclusão do surdo no ambiente escolar depende dessas medidas estruturais e do compromisso contínuo com a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes. (*ibidem*).

É importante destacar que a acessibilidade não se limita apenas às pessoas com deficiência, uma vez que em determinadas situações todos podem enfrentar restrições. Esse termo abrange a impossibilidade de realizar determinadas atividades, seja de forma temporária ou permanente. Portanto, os ambientes devem ser pensados de maneira acessível, considerando não apenas as necessidades específicas das pessoas com deficiência, mas

também a diversidade de situações e pessoas que utilizarão o espaço. Os profissionais têm a responsabilidade de realizar análises criteriosas e desenvolver projetos adequados, visando promover a inclusão de todos os indivíduos. Dessa forma, toda a comunidade será beneficiada pela acessibilidade. (*ibidem*).

No contexto escolar, é fundamental garantir que os alunos com deficiência possam participar plenamente de todas as atividades, o que inclui a adaptação dos equipamentos e recursos necessários. No entanto, é importante ressaltar que a educação inclusiva vai além da remoção de barreiras físicas e do fornecimento de mobiliário adequado, como destacado por Kassar e Rebelo (2011). Para alcançar uma inclusão escolar efetiva, é necessário um apoio pedagógico eficiente, que envolva profissionais capacitados, como psicólogos, fisioterapeutas e agentes de apoio ao desenvolvimento escolar. Além disso, a colaboração dos gestores, funcionários da escola, professores e, acima de tudo, o envolvimento da família no ambiente escolar desempenham um papel fundamental.

Dessa forma, a plena inclusão escolar dos alunos com deficiência requer uma abordagem abrangente, que envolva não apenas as adaptações físicas e materiais, mas também o suporte pedagógico e a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo. O comprometimento de todos os profissionais e membros da comunidade escolar, aliado ao envolvimento familiar, é essencial para garantir que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e participar ativamente de todas as esferas educacionais.

Depois de entender a trajetória, situação atual e como ocorre a inclusão escolar em Pernambuco, compreendendo que as políticas públicas têm avançado no sentido de democratizar o acesso à educação e buscar a qualidade do ensino, especialmente na Educação Básica, a seguir expomos os fundamentos metodológicos da pesquisa.

4. ESTADO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL

4.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS

Ao longo dos anos, o movimento político de luta e resistência contra a oralização e em favor da difusão da língua de sinais tem desempenhado um papel significativo nas comunidades surdas. Essa perspectiva tem levantado discussões relevantes acerca do modelo educacional mais adequado para esse público.

Ao adotar a educação bilíngue para Surdos, a perspectiva é proporcionar aos Surdos um ambiente de aprendizagem no qual possam se expressar e compreender o conteúdo de forma efetiva, utilizando a língua de sinais como meio de comunicação e acesso ao conhecimento. Essa abordagem reconhece a importância da língua de sinais na construção do pensamento, da comunicação e do desenvolvimento cognitivo dos Surdos, permitindo que eles sejam participantes ativos no processo educacional. (Morais; Martins, 2020).

De início é importante destacar e situar que a educação bilíngue para Surdos, como já apresentada neste trabalho, está estabelecida na legislação nacional, seja na Lei de Libras 10.436/2002, pelo Decreto de regulamentação 5.626/2005, pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007,2011) e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024). Contudo, é fundamental compreender o conceito de bilinguismo na educação de pessoas surdas. A abordagem bilíngue reconhece a língua de sinais como língua natural e completa desses indivíduos, garantindo o seu desenvolvimento linguístico, cognitivo e cultural. (Quadros,1997).

E que, apesar da legislação, na prática ainda existem desafios e obstáculos a serem superados para a efetiva implementação da educação bilíngue para pessoas surdas. Percebe-se falta de recursos destinados ao campo e formação adequada para os profissionais da educação lidarem com as necessidades específicas desses estudantes. Além disso, ainda persistem preconceitos e estigmas relacionados à surdez, o que pode afetar a inclusão adequada e a valorização da língua de sinais.

De acordo com Moura (2015), o conceito de Bilinguismo pode ser compreendido de variadas formas. Assim, é necessário discutir a especificidade desse conceito ao se tratar da educação de Surdos. Para tanto, o Dicionário Aurélio (2000), esclarece que o Bilinguismo envolve “a utilização regular de duas línguas por um indivíduo ou uma realidade, como resultado de um contato linguístico”.

Ainda de acordo com Moura (2015), existem três formas de se aprender uma segunda língua, as quais são:

Existe a aquisição simultânea da primeira e da segunda língua, observada, por

exemplo, em lares de crianças expostas a duas línguas ao mesmo tempo; a aquisição da segunda língua por imersão, mas de forma não-simultânea, por pessoas que por exemplo, se mudam para outro país; e ainda a aprendizagem por meio da instrução, ensinada em escolas específicas para esse fim (p.30).

Para as crianças Surdas, de acordo com a autora em virtude do impedimento auditivo, a aprendizagem por meio da instrução tende a ser a mais adequada, já que as outras dificilmente podem ser vivenciadas. Isso porque, já se observa um consenso, inclusive nas diferentes abordagens de exposição à língua, de que a criança Surda não adquire a língua oral da mesma maneira que as crianças ouvintes. Logo, esse processo só pode se dar por meio de um ensino sistemático, visto que se trata de uma língua que não é escutada. (*ibidem*).

Nesse sentido, a Língua de Sinais é a língua que desempenha, para as crianças Surdas, as mesmas funções que as línguas orais para as crianças ouvintes. É por meio dela que os Surdos expandem, de maneira relevante, o conhecimento do universo e, portanto, deve ser empregada para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois essa habilidade possibilita aos Surdos compreenderem e atribuírem sentido ao que leem. (Pereira e Karnopp, 2003). O Bilinguismo é crucial, dentre outros aspectos, por se preocupar em assegurar às crianças Surdas a aquisição de um primeiro idioma. (Moura, 2015).

Nessa perspectiva, Quadros (1997) sugere a educação bilíngue para Surdos com base em uma abordagem social, cultural e linguística, também respaldada pelos dispositivos legais que estabelecem a implementação de políticas públicas para a educação bilíngue para Surdos. Contudo, é imprescindível debater como se configura essa modalidade de educação bilíngue.

Ao referir-se a essa modalidade de educação bilíngue para Surdos, Quadros (2019), apresenta um conceito, e é com ele que dialogamos:

A educação bilíngue reconhece as diferenças entre as línguas, as diferenças entre as línguis, as diferenças textuais, linguísticas e políticas implicadas pelas comunidades envolvidas: as comunidades Surdas e as comunidades ouvintes locais reconhecem suas culturas, identidades e línguas. (p.150).

De fato, esse conceito abraça a diversidade linguística e cultural, promovendo a valorização e o respeito mútuo entre as comunidades Surdas e ouvintes, destacando a importância de reconhecer e preservar as línguas e identidades específicas de cada grupo. A educação bilíngue para Surdos se fundamenta na ideia de proporcionar um ambiente inclusivo e enriquecedor, no qual o conhecimento e a aprendizagem são construídos a partir do diálogo intercultural, promovendo uma educação mais justa e igualitária para todos.

Na perspectiva bilíngue há a necessidade de mudanças na concepção sobre o sujeito Surdo. Para Moura (2015), essas mudanças estão atreladas ao afastamento de ideias reabilitadoras, médicas ou clínicas sobre a Surdez que razem em seu bojo o ideal da normalização. Ainda para a autora, ao se tratar da educação bilíngue para Surdos:

A língua oral deve ser ensinada na modalidade escrita, como segunda língua, por meio de uma metodologia que contemple o ensino da língua oral auditiva sem recorrer ao som. Esse tipo de Bilinguismo considera que a Língua de Sinais deve ser utilizada de modo central, em todos os momentos, espaços pedagógicos e de preferência fora dele também, e o trabalho com a segunda língua deve ocorrer na modalidade escrita, de forma visual (p.31).

A autora apresenta a abordagem necessária ao propor que a língua oral seja ensinada como segunda língua, na modalidade escrita, por meio de uma metodologia que não dependa do som. Isso reflete a preocupação em garantir o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, reconhecendo a importância da língua de sinais como elemento central no processo educacional.

Nesse cenário, a educação bilíngue para Surdos valida a surdez como uma vivência visual e reconhece a língua de sinais como o primeiro idioma da criança surda. Além disso, no contexto da educação bilíngue para Surdos, resgata-se a importância da participação da família e da própria criança surda. Essa abordagem adota uma perspectiva aditiva, na qual as línguas se complementam e contribuem para o desenvolvimento de forma que fortalece o empoderamento do indivíduo. (QUADROS, 2019).

A esse respeito, Svartholm (1998), ao compartilhar experiências bem-sucedidas de educação bilíngue para Surdos na Suécia, enfatiza que, para os indivíduos Surdos, a língua escrita é plenamente percebida e internalizada por meio da visão, não sendo simplesmente um código escrito a ser decifrado. A compreensão da língua escrita por parte dos Surdos não se dá através do sentido auditivo, mas sim por meio da mediação entre a Língua de Sinais e a Língua escrita.

Conforme Quadros (2019), a situação da educação bilíngue para Surdos já está posta. No entanto, é necessário estabelecer espaços de negociação. As políticas linguísticas ainda mantêm uma hierarquia vertical entre o português e as outras línguas no Brasil, apesar de algumas iniciativas para reconhecer a diversidade linguística do país. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa, no contexto educacional em que os Surdos estão inseridos, são reconhecidas. No entanto, os espaços políticos ocupados por cada língua para diferentes grupos não são os mesmos. (*ibidem*).

Para as pessoas Surdas, a educação bilíngue pode representar uma oportunidade de

formação holística, direcionada à cidadania e ao pleno exercício de seus direitos de aprendizado visual. A inclusão bilíngue, de fato, pode proporcionar uma educação que prepare indivíduos capazes de atuar como agentes em sua própria história, por meio de escolhas responsáveis e comprometidas com o desenvolvimento coletivo em geral.

Por fim, reiteramos o pensamento de Brayner (2019) “os esforços pela implantação de uma educação bilingue em nível nacional e conhecer os diferentes modelos e experiências de tal proposta se faz necessário para a formulação de um plano consistente para o nosso País”, uma vez que tal implantação implica em modificações na arquitetura, nos espaços de convivência, nas formas de interação, nas formações de professores bilíngues, de professores Surdos e de intérpretes de língua de sinais.

Nesta pesquisa, adotamos o conceito apresentado por Quadros (1997), que ressalta a relevância da educação bilíngue para Surdos ao considerar as diferenças linguísticas entre as comunidades surdas e ouvintes. A escolha desse conceito baseia-se na sua abordagem inclusiva, que valoriza a diversidade linguística e cultural, promovendo o respeito mútuo entre as comunidades envolvidas. Quadros (1997) destaca a importância da língua de sinais como elemento central no processo educacional, adotando uma perspectiva aditiva que considera a língua portuguesa como segunda língua, ensinada na modalidade escrita. Esta escolha fundamenta-se na busca por uma compreensão holística da surdez, proporcionando uma educação que capacita os indivíduos Surdos, preparando-os para atuarem como agentes em sua própria história, com escolhas responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento coletivo.

4.2 ESTADO, EDUCAÇÃO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: COMO ESSES ELEMENTOS SE INTERCONECTAM?

Faz-se pertinente iniciarmos a construção dessa seção com uma discussão sobre a concepção de Estado, entendendo que este é um agente fundamental no processo de elaboração e implementação de políticas educacionais, incluindo as voltadas à educação bilíngue para Surdos. Nesse sentido, é essencial diferenciar Estado e Governo. Conforme Eloísa Höfling (2001), o Estado pode ser compreendido como um conjunto de instituições, tais como órgãos legislativos, tribunais e outras entidades que possibilitam ações de governo, enquanto o Governo consiste no conjunto de programas e projetos que determinados atores sociais propõem para a sociedade como um todo, orientados por uma perspectiva política e

temporal.

Ainda nessa perspectiva, o Estado é historicamente constituído e associado a uma sociedade e território específicos. Díaz (2007) enfatiza que o Estado assume concepções e formas diversas, enquanto Bobbio (1987) demarca que sua existência depende de um poder capaz de tomar decisões e emanar comandos vinculantes em um determinado território. Segundo o autor:

Para existência do Estado se faz necessário que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condição de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território (BOBBIO, 1987, p. 95).

A citação de Bobbio (1987) ressalta os pilares fundamentais do Estado: território, poder decisório e autoridade vinculante. Esses elementos indicam que o Estado constrói um “ideal” de sociedade, estabelecendo relações de poder que atravessam diversas dimensões, inclusive a educação.

No contexto da educação bilíngue para surdos, essa dinâmica é evidente na forma como o Estado formula e implementa políticas educacionais. Sob a influência de princípios neoliberais, como eficiência, competitividade e descentralização, as decisões estatais impactam o acesso à educação e o reconhecimento da cultura surda. A concepção de território, nesse caso, transcende o espaço físico, abrangendo também o espaço simbólico onde identidades e culturas se afirmam. As políticas educacionais estabelecidas pelo Estado refletem essas relações de poder, influenciando diretamente a valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o fortalecimento da identidade surda.

Esse cenário revela uma tensão entre as demandas da comunidade surda e a lógica mercadológica frequentemente adotada em contextos neoliberais. Quando o Estado prioriza aspectos econômicos em detrimento de uma educação bilíngue para Surdos que respeite as especificidades linguísticas e culturais dos surdos, compromete-se o ideal de inclusão. Assim, a educação torna-se um espaço de disputa, onde as relações de poder moldam não apenas as condições de acesso, mas também a qualidade e a finalidade das práticas pedagógicas.

A análise dessa relação evidencia que a educação bilíngue para surdos transcende o âmbito das políticas educacionais, configurando-se como um campo de luta pela afirmação de direitos e pelo reconhecimento da diversidade. Ainda nessa perspectiva, Andrade (2012) reforça que o Estado é um espaço de disputa entre sujeitos que compartilham diferentes relações de poder em campos variados. Como salienta o autor:

A concepção de Estado como espaço de luta entre os diferentes sujeitos que ocupam diversas posições e que compartilham relações de poder em diversos campos constituídos, com regras do jogo e desafios específicos que não reduzem as regras do jogo ou aos desafios dos outros campos em que as políticas públicas se desenvolvem (ANDRADE, 2012, p. 71).

A citação de Andrade (2012) evidencia o Estado como um espaço dinâmico de disputas, onde diferentes sujeitos, ocupando posições de poder variadas, se relacionam e se confrontam em campos específicos com regras e desafios próprios. Essa perspectiva destaca que as políticas públicas, longe de serem homogêneas ou unilaterais, emergem dessas interações complexas e refletem as especificidades de cada campo. No caso da educação bilíngue para surdos, o Estado assume o papel de mediador entre as demandas da comunidade surda e as diretrizes mais amplas que orientam suas políticas educacionais.

Sob a influência do neoliberalismo, o campo educacional se torna ainda mais desafiador, uma vez que as "regras do jogo" passam a priorizar eficiência e resultados, frequentemente desconsiderando as particularidades de grupos específicos. No contexto da educação bilíngue para Surdos, isso pode levar a uma marginalização das necessidades da comunidade surda, como a valorização da Libras e o reconhecimento da identidade surda. As tensões entre as demandas dessa comunidade e as prioridades neoliberais do Estado revelam que as políticas públicas nesse campo muitas vezes reproduzem desigualdades, em vez de combatê-las.

No entanto, é preciso reconhecer que essas disputas também abrem possibilidades de transformação. Desse modo, a concepção de Estado apresentada por Andrade (2012) sugere que, mesmo em um contexto neoliberal, o campo da educação pode ser um espaço estratégico para tensionar as relações de poder e reivindicar políticas mais inclusivas. A luta por uma educação bilíngue para surdos, que respeite a diversidade linguística e cultural, não apenas desafia as regras do jogo estabelecidas, mas também aponta para um modelo de educação que valorize a equidade e promova justiça social, reafirmando o papel do Estado como mediador e agente de transformação.

O modelo neoliberal, ao priorizar a competitividade e a eficiência econômica, redefine o papel do Estado, limitando sua atuação à regulação e avaliação de resultados. Essa abordagem molda as políticas educacionais sob a lógica do mercado, enfatizando a competitividade e o desempenho padronizado, como destacado por Ball (2001). Essa ênfase em resultados globais e uniformes prejudica a formulação de políticas que atendam às necessidades de grupos específicos, como a comunidade surda, deixando de lado suas particularidades culturais e linguísticas.

A visão neoliberal, ao focar no mercado e na eficiência, submete a educação a uma lógica que nem sempre contempla as especificidades dos alunos surdos. O impacto desse modelo é visível na implementação de políticas públicas que não conseguem abranger as demandas complexas dessa comunidade, prejudicando a construção de uma educação inclusiva e adaptada. Essa limitação reforça a ideia de que as políticas educacionais precisam ser mais do que uma resposta a um modelo econômico global, devendo considerar as diversidades e as especificidades de cada grupo.

Em contraste, Casassus (1995) defende que o Estado deve ser um agente de transformação social, priorizando a democracia e o diálogo com as demandas sociais. Ele argumenta que as políticas públicas devem ser pautadas pela constante interação e adaptação às necessidades da sociedade. No contexto brasileiro, a influência do neoliberalismo tem dificultado a implementação de políticas educacionais bilíngues para surdos, que necessitam de um Estado mais atento às especificidades culturais, sociais e linguísticas dessa comunidade para garantir um processo educacional verdadeiramente inclusivo.

Desse modo, a globalização tem alterado profundamente as dinâmicas políticas e educacionais ao redor do mundo, promovendo uma interconexão entre as esferas locais e globais que não elimina as expressões culturais e sociais locais, mas as transforma. Conforme Ball (2001), esse fenômeno de recontextualização revela como as influências globais são adaptadas e moldadas pelas realidades locais, criando novas formas de identidade. No campo educacional, esse processo de adaptação se reflete nas políticas públicas que, ao mesmo tempo em que buscam responder a uma agenda global, também tentam lidar com as especificidades culturais e sociais de diferentes grupos. Para a educação bilíngue para surdos, essa recontextualização implica a dificuldade de implementar políticas que respeitem as particularidades dessa comunidade, já que as políticas educacionais frequentemente têm que lidar com as lógicas globais de eficiência e competitividade, o que pode colocar em risco a valorização das línguas de sinais e das culturas surdas.

A luta por uma educação de qualidade para todos, incluindo a comunidade surda, é um reflexo das disputas de poder presentes na sociedade. Como afirmam Azevedo (2004) e Ball (2001), as políticas educacionais não são neutras; elas são formuladas a partir de um contexto de lutas de classe e de interesses conflitantes. As forças sociais com maior poder de voz e decisão são aquelas que influenciam as políticas públicas e moldam as direções que elas tomam. Nesse sentido, o Estado se configura como um mediador entre os diferentes interesses, mas, no caso da educação bilíngue para surdos, ele muitas vezes acaba

negligenciando as demandas específicas dessa comunidade em favor de uma abordagem que prioriza a eficiência administrativa e os resultados mensuráveis, típicos do modelo neoliberal.

Essa relação de poder reflete-se na maneira como as políticas educacionais são formuladas e implementadas. O modelo neoliberal, com sua ênfase na competitividade, no desempenho e na padronização, redefine o papel do Estado, reduzindo-o a um mero regulador e avaliador de resultados. Isso implica que as políticas educacionais devem ser orientadas por uma lógica de mercado, onde a eficiência e a produtividade são mais valorizadas do que a inclusão e a equidade. No caso da educação bilíngue para surdos, isso pode resultar em uma imposição de modelos educacionais que não levam em consideração as necessidades linguísticas e culturais dos surdos, promovendo uma educação que não é verdadeiramente inclusiva (AZEVEDO, 2004).

Por outro lado, a concepção de Hofling (2001), que vê a política educacional como um meio de democratizar a estrutura ocupacional e formar cidadãos críticos, apresenta um contraponto importante à lógica neoliberal. A educação não pode ser reduzida à preparação de indivíduos para competir no mercado global; ela deve ser um processo formativo mais amplo, que considere as desigualdades sociais e busque a emancipação de todos os grupos, inclusive aqueles que historicamente foram marginalizados, como a comunidade surda. A educação deve, assim, cumprir um papel transformador, proporcionando o acesso ao conhecimento e à formação cidadã, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto brasileiro, essas tensões entre as demandas globais e locais, bem como as disputas por poder no campo educacional, são ainda mais evidentes. A educação bilíngue para surdos, por exemplo, precisa enfrentar os desafios impostos pelo modelo neoliberal, que busca padronizar o ensino, e ao mesmo tempo, lidar com as especificidades da língua e cultura surda, que exigem políticas públicas inclusivas e adaptadas. A implementação de uma educação verdadeiramente bilíngue não pode ser limitada por critérios de eficiência ou resultados econômicos, mas deve ser uma prática que respeite a diversidade linguística e cultural dos surdos, permitindo-lhes acessar o conhecimento de maneira plena.

Dessa forma, é essencial que o Estado, enquanto mediador e responsável pela formulação das políticas públicas, tenha a função de garantir o atendimento das demandas de todos os grupos sociais, respeitando as particularidades e necessidades de cada um. Como sugere Azevedo (2004), o Estado deve ser capaz de ouvir e considerar as vozes dos diferentes

grupos sociais, garantindo que suas demandas sejam atendidas de forma justa e equitativa. No caso da educação bilíngue para surdos, isso significa criar políticas que integrem as línguas de sinais e que promovam a inclusão social e educacional dos surdos, sem ceder às pressões da lógica neoliberal que tende a marginalizar esses direitos.

Portanto, a interconexão entre Estado, educação neoliberal e educação bilíngue para surdos se dá em um contexto de disputa de poder e de lutas por direitos. As políticas educacionais, especialmente no campo da educação bilíngue para Surdos, não podem ser vistas como um reflexo único das influências globais ou como uma resposta mecânica às demandas do mercado. Elas devem ser construídas com base em um diálogo constante entre as necessidades locais e as pressões globais, de forma que possam atender às especificidades de grupos como a comunidade surda.

4.3 DO IDEAL AO REAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ALÉM DO ACESSO À EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL

A educação bilíngue para surdos no Brasil representa um marco significativo na construção de uma política educacional mais inclusiva, mas também revela desafios complexos que precisam ser enfrentados para que o acesso se traduza em permanência e qualidade. Apesar de avanços legais, como a Lei nº 14.191/2021, que inclui a educação bilíngue para Surdos como modalidade independente na LDB/1996, a implementação dessas políticas ainda enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas e culturais.

A consolidação da educação bilíngue para surdos no Brasil enfrenta diversos desafios, sendo a infraestrutura um dos principais obstáculos. A presença de escolas bilíngues, que deveriam ser um direito garantido, ainda é extremamente limitada em todo o país. Essa limitação é ainda mais evidente em áreas periféricas e rurais, onde o acesso a serviços educacionais especializados é frequentemente comprometido. Segundo Quadros (2015), essa escassez de unidades escolares adequadas compromete diretamente o direito dos surdos a uma educação equitativa e de qualidade. Em muitas regiões, a ausência de escolas bilíngues obriga os estudantes surdos a frequentarem escolas regulares que, por sua vez, não possuem recursos suficientes para atender às suas necessidades específicas. Essa carência cria um cenário de desigualdade, onde o acesso à educação bilíngue para Surdos se torna um privilégio restrito a poucos, ao invés de um direito universal.

Nas escolas regulares, a situação é igualmente preocupante. Muitas instituições não

estão preparadas para receber estudantes surdos de forma acessível e inclusiva. A falta de espaços adaptados, como salas de aula com acústica adequada e iluminação favorável à comunicação visual, compromete significativamente o processo de ensino-aprendizagem em Libras. Além disso, os materiais pedagógicos disponíveis raramente contemplam a especificidade da educação bilíngue para Surdos. Recursos como livros adaptados, vídeos com tradução em Libras e tecnologias assistivas, que poderiam facilitar a aprendizagem, são escassos ou inexistentes em muitas escolas. Essa realidade contraria o que é preconizado pelo Decreto nº 5.626/2005, que estabelece diretrizes para a promoção da Libras e a inclusão dos surdos no sistema educacional. A ausência de tais recursos coloca os estudantes surdos em uma posição de desvantagem em relação aos seus colegas ouvintes, reforçando barreiras que deveriam ser eliminadas.

Outro desafio significativo na implementação da educação bilíngue para surdos é a insuficiência de professores qualificados para atuar nessa modalidade de ensino. Como aponta Moraes (2015), a formação de educadores bilíngues é indispensável para que as propostas pedagógicas voltadas para estudantes surdos sejam efetivadas. No entanto, muitos cursos de formação inicial e continuada ainda não integram a Libras como componente curricular obrigatório. Essa lacuna resulta em profissionais despreparados para lidar com a diversidade linguística das salas de aula, comprometendo tanto a qualidade do ensino quanto a inclusão desses estudantes. A ausência de uma formação específica em Libras faz com que muitos professores enfrentem dificuldades em interagir com seus alunos surdos, o que prejudica a criação de um ambiente de aprendizado verdadeiramente bilíngue.

Além da ausência da Libras nos currículos de formação, existe também uma deficiência no que se refere ao treinamento contínuo dos docentes. Muitos professores que já estão na rede de ensino não têm acesso a programas de capacitação que lhes permitam desenvolver competências específicas para atuar em contextos bilíngues. Isso se agrava em regiões mais afastadas, onde as oportunidades de qualificação são ainda mais escassas. Assim, a falta de professores especializados não apenas limita o alcance da educação bilíngue para Surdos, mas também perpetua um sistema educacional que não consegue atender de maneira adequada às necessidades dos surdos. Para superar essa barreira, é fundamental que as políticas públicas priorizem a formação e valorização dos profissionais que atuam na educação bilíngue para Surdos, garantindo que esses estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade.

Paralelamente, a implementação de uma educação bilíngue para Surdos de qualidade

para surdos exige uma mudança paradigmática significativa, que vá além da inclusão da Libras como um simples meio de comunicação. É necessário reconhecê-la como a língua de instrução, essencial para o pleno desenvolvimento acadêmico e cultural dos estudantes surdos. Para tanto, as propostas curriculares devem refletir as especificidades da comunidade surda, contemplando materiais pedagógicos bilíngues e práticas que incentivem a autonomia e o protagonismo desses alunos. O uso da Libras como língua primária (L1) e do português escrito como segunda língua (L2) não apenas fortalece a identidade surda, mas também cria uma base sólida para a aquisição de conhecimentos em diferentes áreas do saber, sem que haja a imposição de métodos que negligenciem suas particularidades linguísticas e culturais.

Historicamente, o ensino voltado para a comunidade surda no Brasil foi marcado pela predominância do oralismo, uma abordagem centrada na utilização da língua oral como única forma de comunicação. Essa perspectiva buscava integrar os surdos à sociedade ouvinte por meio do uso da voz e da leitura labial, frequentemente ignorando a importância e a riqueza da língua de sinais. Como aponta Skliar (2016), essa prática não apenas falhou em proporcionar um aprendizado significativo, mas também contribuiu para a exclusão e marginalização dos estudantes surdos. Apesar de algumas interações gestuais e visuais ocorrerem nas escolas, elas não eram suficientes para garantir um desenvolvimento educacional pleno, pois estavam fundamentadas em uma lógica que desconsiderava as especificidades linguísticas dos surdos e reforçava a normalização das diferenças.

A superação dessa herança oralista foi impulsionada pelo avanço nas teorias sobre bilinguismo, que passaram a reconhecer a necessidade de abordagens mais inclusivas e adaptadas à realidade dos surdos. De acordo com Skliar (2016), essas abordagens podem ser classificadas em bilinguismo tradicional, humanista, progressivo e crítico. Entre essas, o bilinguismo crítico destaca-se por sua capacidade de reconhecer a língua de sinais como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). Essa perspectiva vai além da mera inclusão, pois valoriza as diferenças linguísticas e culturais da comunidade surda, promovendo uma educação mais equitativa e respeitosa. O bilinguismo crítico, ao priorizar a língua de sinais como base para a aprendizagem, estabelece um modelo educacional que respeita as identidades surdas e proporciona um ambiente que favorece o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

Esse modelo de bilinguismo crítico apresenta implicações pedagógicas e culturais profundas. Ao priorizar a Libras como língua de instrução, cria-se um espaço onde as especificidades da comunidade surda são reconhecidas e celebradas. Além disso, práticas

pedagógicas baseadas nessa abordagem têm o potencial de fomentar uma visão de educação que não apenas respeita as diferenças, mas também as utiliza como ferramentas para o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a consolidação dessa perspectiva exige investimentos em formação de professores, desenvolvimento de materiais bilíngues e uma transformação nas políticas educacionais. Somente assim será possível garantir que a educação bilíngue para Surdos deixe de ser uma proposta marginal e passe a ocupar um lugar central no sistema educacional brasileiro.

Isso porque, como já discutido nesta pesquisa, a inclusão plena dos surdos no ambiente escolar não pode ser alcançada sem uma compreensão abrangente da cultura surda, que transcende o contexto educacional para englobar a valorização da diversidade linguística e cultural. Quadros e Karnopp (2004) defendem que a educação bilíngue para Surdos deve ser um espaço de fortalecimento da identidade surda, promovendo o desenvolvimento da autonomia e autoestima dos estudantes. Esse reconhecimento é essencial para criar um ambiente educacional que respeite e valorize as especificidades da comunidade surda, permitindo que os estudantes se sintam pertencentes e empoderados no processo educativo. Assim, a educação bilíngue para Surdos não deve ser apenas um modelo pedagógico, mas também um meio de promover a inclusão social e cultural (QUADROS; KARNOOPP, 2004).

Para garantir uma educação bilíngue para Surdos de qualidade, é necessário considerar o surdo como sujeito de experiência visual, conforme destacam Perlin e Rezende (2011). Essa perspectiva reforça a necessidade de adotar a língua de sinais como língua de instrução, ao mesmo tempo que o português escrito deve ser ensinado como segunda língua (L2). Além disso, conteúdos que valorizem a história, cultura e identidades surdas devem ser parte integrante do currículo escolar. A presença de professores surdos e ouvintes bilíngues é igualmente crucial, pois além de proporcionar modelos linguísticos para os alunos, esses educadores também atuam como referências culturais, contribuindo para um processo educacional mais inclusivo e significativo.

Entretanto, a implementação de políticas inclusivas voltadas à educação bilíngue para surdos ainda enfrenta barreiras significativas, muitas delas enraizadas em preconceitos culturais e resistências históricas. A visão da surdez como uma deficiência a ser corrigida, ainda predominante em alguns contextos, vai de encontro aos princípios do bilinguismo e da inclusão, como aponta Mantoan (2003). Essa perspectiva patologizante marginaliza os surdos, ignorando suas especificidades linguísticas e culturais, e perpetua práticas que desvalorizam a língua de sinais e a identidade surda. Para superar essas barreiras, é essencial

promover uma mudança de mentalidade, tanto na sociedade em geral quanto nos ambientes escolares, por meio de ações que fomentem a sensibilização e o respeito às diferenças.

Essa transformação requer, sobretudo, um compromisso com a formação continuada de educadores, que deve ser orientada para o entendimento das peculiaridades da comunidade surda. Essa formação deve incluir não apenas o aprendizado da Libras, mas também o aprofundamento em aspectos culturais e históricos relacionados à surdez. Além disso, políticas públicas que assegurem a inclusão da língua de sinais no sistema educacional como uma língua oficial são fundamentais para garantir que os direitos linguísticos e culturais dos surdos sejam plenamente respeitados. Somente assim será possível construir uma educação bilíngue para Surdos que promova a equidade e a inclusão, assegurando aos surdos um lugar de protagonismo em suas trajetórias educacionais e sociais.

Por fim, é mister destacar que os avanços legislativos das últimas décadas, como a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002), a Lei nº 14.191/2021 e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), representam passos significativos rumo à garantia de direitos linguísticos e educacionais para a comunidade surda. Essas medidas reforçam o compromisso estatal com a inclusão, sinalizando a importância de reconhecer a língua de sinais como elemento fundamental no processo educacional dos surdos. Contudo, a materialização desses direitos ainda demanda esforços articulados entre o Estado, a sociedade e os setores educacionais, de modo a superar os desafios estruturais e culturais que dificultam a implementação efetiva de uma educação bilíngue para Surdos.

Sendo assim, uma estratégia essencial para avançar nesse cenário é a ampliação de parcerias entre instituições de ensino superior e redes de ensino básico, com foco na formação de professores especializados e na produção de materiais didáticos em Libras. A criação de escolas bilíngues e o fortalecimento de programas de formação para tradutores e intérpretes de Libras são medidas imprescindíveis para promover uma educação acessível e inclusiva. No entanto, a efetividade dessas ações depende de uma abordagem que articule as políticas públicas às necessidades da comunidade surda, garantindo que os profissionais formados possuam competências específicas para atender às demandas bilíngues.

Entre os desafios mais críticos está a carência de cursos de Licenciatura em Letras: Libras, que limita a formação de profissionais qualificados. De acordo com o Censo da Educação Superior (2013), apenas 12% das universidades federais oferecem essa licenciatura, revelando um significativo descompasso entre as exigências legais e a atuação estatal. Esse dado, embora não recente, ainda reflete uma realidade preocupante e ilustra a

lacuna existente na formação de educadores e tradutores especializados. O Decreto nº 5.626/2005 preconiza a expansão da formação bilíngue, mas a baixa oferta de cursos nessa área evidencia a distância entre as diretrizes legislativas e as ações concretas do Estado.

Diante desses desafios, é crucial repensar a educação bilíngue para surdos no Brasil a partir de um olhar mais atento e comprometido com as demandas da comunidade surda. Como ressalta Sasaki (2009), uma sociedade verdadeiramente inclusiva só será possível quando as diferenças forem encaradas como potencialidades, e não como limitações. O caminho para essa inclusão requer não apenas políticas públicas eficazes, mas também mudanças culturais profundas que valorizem a diversidade linguística e promovam a equidade. Somente assim será possível consolidar uma educação que não apenas respeite, mas também potencialize as especificidades da comunidade surda, garantindo a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

5. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A partir dos objetivos apontados nesta proposta de pesquisa, faz-se necessário a utilização de uma abordagem de cunho qualitativa, por entender que nesses estudos, o percurso traçado (trajetória), sem dúvidas é muito mais pertinente do que aquilo que se atinge no término (resultados), conforme sinaliza Ludke (2013), em razão do vínculo que se estabelece entre o sujeito e objeto, na procura dos episódios pelo pesquisador, a fim de que satisfaçam as necessidades do estudo e respondam os questionamentos da pesquisa.

Ainda em consonância com a escolha desse tipo de abordagem, autores como Bogdan e Bilken (1994) destacam que a pesquisa qualitativa proporciona obter achados que se situam na subjetividade do corpo social, desse modo, identificamos que a abrangência das pesquisas qualitativas, especialmente nesta, em específico, se fundamenta em virtude da complexidade que se pretende atingir por meio dos próprios dados a serem coletados, além das repercussões consistentes que delas podem ser construídas.

Sob esse viés, observando a educação como um símbolo de combate às desigualdades e resistência na vivência dos indivíduos com deficiência presentes ou distantes do processo de ensino-aprendizagem que poderá ser testemunhado nos municípios a serem investigados, a pesquisa toma uma perspectiva dialética, norteando-se nos estudos de Sánchez Gamboa (1998) no momento em que declara que a dialética vista como teoria do conhecimento é crítica, haja vista que discute na esfera da realidade não apenas a produção do conhecimento humano, mas, os feitos dos homens na procura recorrente pela transformação desse citado panorama social.

Nessa perspectiva ao se observar o ideário que todos os estudos científicos são dinâmicos, estão sujeitos à modificações e recorrentemente reformulação devido ao seu caráter de provisoriação, e ponderando a importância que o cumprimento das políticas públicas educacionais possui na comunidade surda, notou-se no método Dialético uma série de elementos que melhor contemplaria a amplitude dessa pesquisa.

Em concordância com Sánchez Gamboa (2008, p. 104), fazendo uso da concepção Dialética, a educação “[...] resulta na reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais”. Frigotto (In: FAZENDA, 2004) reafirma essas reflexões quando aponta que é na análise dos resultados alcançados que se constituem as relações entre o fragmento e a totalidade, entre a teoria e a prática, entre o

observado nos documentos oficiais e o vivenciado pelos sujeitos que colaborarão para a realização desta pesquisa.

Destacando tais diferenças Gramsci (2006b, p. 206) salienta ainda que:

O trabalho educativo-formativo [...] não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios claros de método. [...] O trabalho necessárioé complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas, não de modo abstrato, e sim concreto, com base no real e na experiência efetiva.

Nesse viés, de acordo com os autores, o método Dialético configura-se oportuno ao passo que, investigando as ocorrências, é possível destacar as divergências estabelecidas entre a teoria e o tangível na prática a fim de fomentar o homem na intervenção, superação e transformação social dessa dada realidade.

Nesse sentido, no decorrer deste capítulo, serão expostos o campo onde a pesquisa foi desenvolvida, bem como demonstrar os sujeitos que participaram da investigação em tela. Em seguida, apresentar os instrumentos escolhidos para possibilitar a coleta de dados, e por fim discutir a forma de análise dos dados obtidos.

5.2 CAMPO E SUJEITOS DE PESQUISA

Desse modo, com base no objetivo de analisar a política voltada à educação bilíngue para Surdos no município de Recife/PE, a partir dos textos legais e da documentação pertinente, com foco nas estratégias adotadas, a seção de campos e sujeitos da pesquisa foi estruturada para identificar e caracterizar o campo de estudo e os sujeitos envolvidos. O intuito é proporcionar uma compreensão detalhada das políticas educacionais voltadas aos Surdos na cidade, considerando os contextos legais, políticos e sociais.

A pesquisa inicial consistiu em uma triagem dentro da Região Metropolitana do Recife/PE, composta por 15 municípios. De acordo com o IBGE (Censo 2010), a região possui uma população de 3,69 milhões de pessoas e abrange os seguintes municípios: Araçoiaba, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Abreu e Lima, Paulista, Olinda, Camaragibe, Recife, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Moreno, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. A área apresenta um perfil predominantemente urbano, com atividades rurais pouco expressivas.

A Região Metropolitana do Recife/PE é a região com a maior concentração de renda do Estado, gerando, em conjunto, metade de toda a riqueza produzida em Pernambuco. É um centro de influência não apenas para o Estado, mas também para o Nordeste brasileiro,

possuindo o terceiro maior polo médico do Brasil e o segundo maior polo de informática do País. Mais de 50% dos centros de pesquisa do Nordeste estão localizados nesta região.

A escolha do campo de pesquisa foi baseada em critérios como o número de estudantes matriculados na educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva, conforme os dados do censo escolar. Os municípios com os maiores quantitativos de estudantes matriculados são: Cabo de Santo Agostinho (1.288), Jaboatão dos Guararapes (2.498), Olinda (1.509), Paulista (1.285) e Recife (6.972).

Diante desses dados, optou-se pela cidade do Recife/PE como campo de pesquisa, devido aos avanços recentes nas políticas educacionais voltadas para a educação bilíngue de Surdos e ao alto número de estudantes matriculados na educação especial. Em decretos municipais recentes, observam-se esforços significativos do município para garantir um sistema educacional bilíngue para Surdos, como a contratação de profissionais especializados, a adequação das estruturas físicas das escolas e a implementação de programas de formação continuada para os professores, pontos essenciais para o sucesso da educação bilíngue de Surdos.

Em face dos objetivos traçados na pesquisa, fez-se necessário adentrar no espaço, nos conhecimentos e nas concepções de diversos sujeitos, pois o intuito da pesquisa é analisar a necessidade de envolver um universo de diferentes participantes para a consolidação de resultados consistentes. A pesquisa buscou ouvir e compreender as perspectivas de pessoas chave que, direta ou indiretamente, influenciam ou são impactadas pela política de educação bilíngue para Surdos no município de Recife/PE.

Assim, foram selecionados os seguintes sujeitos: o/a ex-secretário/a de Educação (2015), período em que a política de educação bilíngue para Surdos foi formulada e implementada no município, um/a professor/a de sala regular bilíngue para Surdos atuante desde 2015, a/ao ex-secretário/a de Educação do município de Recife/PE (2015), período em que a política de educação bilíngue para Surdos foi formulada e implementada no município, ao/a presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE), ao/a Secretário/a Executiva de Gestão Pedagógica da rede municipal e um/a Técnico/a da Gerência de Educação Especial da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife/PE. A escolha desses sujeitos foi motivada pela relevância de suas experiências e posições no processo de elaboração, implementação e monitoramento da política pública em questão.

A seleção dos sujeitos foi fundamentada na compreensão de que esses atores desempenham papéis centrais na construção e execução das estratégias de educação bilíngue

voltadas para Surdos em Recife/PE. Dessa forma, a pesquisa buscou analisar o papel desses segmentos na elaboração da política de educação bilíngue para Surdos e identificar as estratégias adotadas pelo município para garantir a inclusão educacional dos Surdos, permitindo um aprofundamento significativo sobre os aspectos essenciais do tema.

A partir disso, os sujeitos chaves para esta pesquisa foram:

- a) **Professor(a) bilíngue**: Opta-se por este representante por estar diretamente associado ao cumprimento de políticas públicas educacionais relacionadas à educação bilíngue para Surdos, sendo essencial para o êxito desse sistema educacional. Sua experiência prática nas salas de aula bilíngues permite uma compreensão aprofundada das estratégias pedagógicas adotadas e dos desafios enfrentados no processo de inclusão educacional dos Surdos.
- b) **Presidente da ASSPE**: A escolha do/a presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE) visa a compreensão das necessidades e demandas da comunidade surda, além de possibilitar uma visão crítica sobre as políticas educacionais voltadas para os Surdos no município. A atuação da ASSPE, enquanto representante dos interesses dos Surdos, torna este sujeito essencial para a análise das estratégias de educação bilíngue para Surdos implementadas em Recife/PE.
- c) **Ex-secretário/a de Educação do município de Recife/PE (2015)**: Opta-se por ouvir o/a ex-secretário/a de Educação devido ao papel central que teve na formulação e implementação da política de educação bilíngue para Surdos no município. O período de sua gestão é crucial para compreender as diretrizes iniciais e as dificuldades enfrentadas na implementação dessa política educacional, além de possibilitar uma reflexão sobre os avanços e os ajustes necessários ao longo dos anos.
- d) **Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica da rede municipal**: A escolha deste sujeito é importante por ser responsável pela coordenação das ações pedagógicas na rede municipal de ensino. Seu olhar sobre a aplicação das políticas educacionais permite uma análise sobre as estratégias de ensino bilíngue e os desafios enfrentados na gestão do processo educacional para Surdos.
- e) **Técnica da Gerência de Educação Especial**: Optou-se por essa representante por sua experiência prática na gestão da Educação Especial, atuando

diretamente na implementação de políticas públicas voltadas à inclusão dos surdos, além de seu conhecimento técnico e vivência dentro da estrutura da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife/PE. Sua atuação na área contribui para um melhor entendimento das estratégias adotadas no município, oferecendo uma visão aprofundada sobre as práticas de inclusão e acessibilidade educacional.

Na sequência, apresentamos os sujeitos entrevistados, cujas informações detalhadas podem ser consultadas no Quadro 1 abaixo, a fim de proporcionar uma visão mais clara e completa sobre os participantes envolvidos na pesquisa.

Quadro 1 – Sujeitos entrevistados.

SUJEITO	PERFIL
Professor(a) bilíngue	Formada em Pedagogia, Letras/Libras, pós-graduada em Psicopedagogia, especialista em Educação Especial. Atua em sala bilíngue desde 2015, é professora efetiva da rede municipal do Recife/PE e fluente em Libras.
Ex-secretário/a de Educação (2015)	Administrador de empresas formado pela Universidade de Pernambuco (UPE), com mestrado na Cranfield School of Management, na Inglaterra. É auditor concursado do Tribunal de Contas do Estado. Atuou como Secretário de Educação e Secretário de Planejamento e Gestão (2013-2020).
Presidente da ASSPE	Graduada em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina e pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), com especialização em Gestão e Docência em Educação Especial pela FEPAM (2014). Atua como professora de Libras e é presidente da ASSPE.
Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica	Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), com mestrado (1993) e doutorado (2003) em Psicologia Cognitiva pela mesma instituição. Professora do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica da UFPE.
Técnica da Gerência de Educação Especial	Formada em Pedagogia, mestre em Educação Básica, especialista em Libras, Educação Infantil e Educação Especial Inclusiva. Atua no Núcleo de Educação de Estudos desde 2019, com experiência na gestão e implementação de políticas educacionais voltadas para a inclusão de surdos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A partir das entrevistas realizadas com os sujeitos mencionados, foi possível realizar uma análise aprofundada do contexto de produção da política de educação bilíngue para surdos no município de Recife/PE.

Além disso, as entrevistas possibilitaram uma análise crítica do papel dos diversos

segmentos envolvidos na elaboração e implementação da política de educação bilíngue para Surdos. Através das diferentes perspectivas dos participantes, foi possível identificar as estratégias adotadas para promover a inclusão dos surdos no sistema educacional de Recife/PE, destacando as práticas voltadas para garantir o sucesso dessa política e os desafios enfrentados durante sua implementação.

É válido mencionar também que, durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa, foi considerado realizar entrevistas com o Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife (SIMPERE) e com o atual Secretário de Educação do Recife/PE. Contudo, devido ao ano eleitoral, tanto no Executivo Municipal quanto no Sindicato, a realização dessas entrevistas não foi possível. As tentativas de contato com o SIMPERE não obtiveram resposta, e, no caso do Secretário de Educação, a justificativa apresentada foi que o ano eleitoral, com suas inúmeras demandas e entregas, impossibilitaria sua participação na pesquisa. Esse cenário refletiu as dificuldades impostas pelo contexto político do período, dificultando o acesso a alguns dos principais atores que poderiam fornecer contribuições importantes para a análise da política de educação bilíngue para surdos no município de Recife/PE.

A postura adotada pelo Secretário de Educação e pelo SIMPERE, ao não disponibilizarem tempo ou abertura para participar da pesquisa, demonstra, por um lado, a sobrecarga de demandas e compromissos relacionados ao período eleitoral. No entanto, também reflete uma limitação no acesso aos principais envolvidos na gestão e na implementação da política pública em questão. Esse fato evidencia a dificuldade de engajamento de certos atores institucionais em momentos de grande pressão política, o que pode influenciar a transparência e a efetividade do processo de avaliação e monitoramento das políticas públicas educacionais. Tal contexto, portanto, limita a profundidade da análise, embora não tenha comprometido os objetivos principais da pesquisa, uma vez que a escolha de outros sujeitos entrevistados permitiu uma compreensão ampla e detalhada do tema.

5.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Buscando a escolha dos instrumentos de coleta de dados que melhor se adequa a objetivos propostos nesta pesquisa, optamos por análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, os dados a serem coletados com estes instrumentos subsidiarão o realce de nuances sobre o objeto de estudo e o fenômeno que se busca investigar. Assim, neste tópico será possível perceber a relevância dos materiais que

constituirão o corpus de análise.

A abordagem ao campo de pesquisa se dará, inicialmente, a partir de um aporte documental que possibilita uma profundidade quanto ao objeto de pesquisa, bem como perceber de que forma este se articula com outras ações relacionadas ao campo educacional. Nesse sentido o quadro abaixo, possibilita uma visão melhor dos documentos a serem analisados:

Quadro 2 - *Corpus Documental para Análise Metodológica das Legislações Pertinentes à Educação Bilíngue para Surdos.*

DOCUMENTO	ASSUNTO	VIGÊNCIA
Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.	Institui a Língua Brasileira de Sinais (Libras)	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e dá outras providências.	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE).	Estabelece um período de vigência de 10 anos, logo, até 2024.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Decreto Municipal nº 28587, de 11 de fevereiro de 2015.	Institui Salas Regulares Bilíngues Para Surdos na Rede Municipal de Ensino do Recife.	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Instrução Normativa SEEDUC nº 2, de 12 de janeiro de 2016.	Dispõe sobre a normatização das Salas Regulares Bilíngues no Município do Recife para Estudantes Surdos, e da outras providências.	Está em vigor desde a data de sua publicação.
Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.	Institui a Educação Bilíngue de Surdos na LDB - Lei 9.394, de 1996 - como uma modalidade de ensino independente.	Está em vigor desde a data de sua publicação.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

É relevante destacar, ainda, que fontes documentais precisam ser analisadas na grande parte das pesquisas, tendo em vista, principalmente, a possibilidade de viabilizar uma rica e sólida fonte de dados, nesse cenário, nos utilizaremos os registros cursivos, uma vez

que se constituem por documentos feitos por agências governamentais (GIL, 2010).

A esse respeito, concordamos com a perspectiva de Bardin (2011), que afirma que os documentos analisados podem orientar os objetivos de uma pesquisa. A análise documental, especialmente em estudos qualitativos, é uma abordagem fundamental, pois, segundo a autora,

[...] os procedimentos de exploração, aos quais podem corresponder técnicas ditas sistemáticas (e nomeadamente automáticas), permitem, a partir dos próprios textos, apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionam segundo o processo dedutivo e facilitam a construção de novas hipóteses" (Bardin, 1977, p. 125).

Essa abordagem facilita a identificação das conexões entre diferentes aspectos do tema estudado, além de apoiar a formulação de novas hipóteses a partir da interpretação dos documentos. A metodologia descrita por Bardin (1977) é essencial para a construção do conhecimento, permitindo ao pesquisador elaborar perguntas e explicações a partir de um exame aprofundado dos textos analisados.

Nesse âmbito, o tipo de entrevista a ser utilizada neste estudo é a semiestruturada, por compreender, baseado em Triviños (2010), que esta se salienta por partir de questionamentos básicos, com perguntas fundamentais pré-estabelecidas, ainda que no contato com o campo e na interlocução podem surgir outras perguntas que podem somar na busca de resultados consistentes, além de possibilitar um maior envolvimento com o entrevistado, este movimento oportuniza o surgimento de colocações que vão além do almejado. Em relação às entrevistas, estas foram direcionadas a um/a professor/a de sala regular bilíngue para Surdos atuante desde 2015, ao/a presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE), a/ao ex-secretário de Educação do município de Recife (2015), período em que a política de educação bilíngue para Surdos foi formulada e implementada no município, ao/a Secretário/a Executiva de Gestão Pedagógica da rede municipal e um/a Técnico/a da Gerência de Educação Especial da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife/PE com a finalidade de um aprofundamento quanto a aspectos do tema.⁴

A entrevista semiestruturada desempenhou um papel fundamental na coleta de dados, pois permitiu acessar as percepções dos envolvidos no processo de elaboração e implementação da política de educação bilíngue para surdos. Essa metodologia possibilitou uma abordagem mais profunda sobre a realidade vivenciada pelos sujeitos, o que é essencial para a compreensão dos desafios e avanços dessa política no município de Recife/PE. Ao adotar essa técnica, foi possível identificar as diferentes experiências e visões dos atores

envolvidos, contribuindo para a análise contextualizada do tema proposto.

Minayo (2007) destaca que a entrevista, enquanto instrumento de coleta de dados, pode fornecer tanto informações secundárias, como aquelas obtidas por meio de fontes externas (censos, registros, documentos), quanto informações primárias, que são geradas diretamente pelo entrevistado em diálogo com o pesquisador. Portanto, a entrevista foi uma ferramenta essencial para acessar essas informações, proporcionando uma rica base de dados que contribui significativamente para a análise dos resultados.

5.4 A ANÁLISE DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

A concepção de análise dos dados escolhida para este estudo é a análise de conteúdo, sobretudo pela forma que nos permite compreender que a mensagem é o ponto de partida analisar os dados coletados na pesquisa qualitativa, que seja de ordem verbal (oral ou escrita) e não verbal (gestos, sinais, imagens, figuras, documentos, áudios, filmagens) (BARDIN, 2016).

Nesta pesquisa, consideramos que a Análise de Conteúdo (AC) se mostra eficaz para explorar e interpretar dados, permitindo-nos examinar as falas e os materiais coletados. Entendemos que essa abordagem vai além da interpretação literal das mensagens (sejam elas orais ou escritas), comunicações não verbais, representações visuais e documentos.

Assim, fundamentamo-nos na ideia de que a Análise de Conteúdo (AC) representa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimento relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 44).

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que permite analisar discursos e que conduz à inferência do conhecimento do modo como é vivenciada determinada situação, podendo ou não, recorrer a indicadores quantitativos. Segundo a autora, durante a análise de conteúdo decidem-se categorias que são classes significativas, a partir das quais o conteúdo será classificado, segundo caracteres comuns.

Nessa lógica, julgamos que a análise de conteúdo seja capaz de nos revelar mecanismos no tratamento dos dados, que potencializem previamente coleta por meio das observações, entrevistas, documentos, imagens, entre outros instrumentos. Nessa linha de argumentação, os autores Bardin (2016); Gil (2011); Minayo (2016) atestam os conhecimentos de análise do conteúdo.

Ao aplicar esse método para analisar os dados coletados, torna-se possível interpretar as falas e documentos de forma a revelar informações que, muitas vezes, não estão explícitas nas mensagens orais ou escritas. Essa abordagem permite ir além do conteúdo superficial, investigando os propósitos e significados subjacentes, o que resulta na construção de uma nova perspectiva, capaz de reinterpretar a versão inicial apresentada.

Assim, comprehende-se que as manifestações verbais ou textuais frequentemente contêm mensagens implícitas, podendo estas estar alinhadas ou em oposição à pesquisa. Entretanto, grande parte do discurso reflete, de alguma forma, concepções dominantes ou alternativas, uma vez que o emissor tende a expressar aquilo que acredita ser verdadeiro e a sustentar as ideias nas quais deposita confiança.

Vale ressaltar que, para que as inferências sejam válidas, é imprescindível que o pesquisador disponha de uma base teórica consistente. Conforme aponta Franco (2005), a interpretação das mensagens extraídas de documentos ou discursos só se concretiza de maneira significativa quando há um diálogo com a produção acadêmica, contribuindo para o avanço e a compreensão do processo investigativo.

No que se refere à organização das etapas analíticas, delineamos um plano de pesquisa com o objetivo de complementar e examinar os dados, visando responder à questão central do estudo. A integração entre teoria, coleta, análise e interpretação foi assegurada durante o processo, ressaltando a relevância de manter essas dimensões conectadas. Tal articulação possibilita uma análise mais aprofundada, abrangendo os diversos níveis de sentido e os significados implícitos nas formas de comunicação, sejam elas orais, escritas ou simbólicas. Ao identificar as unidades de análise, passamos à etapa de sistematização e organização dos achados.

Desse modo, a técnica de análise de conteúdo deve reger-se pelas fases de pré-análise, que se configura como a fase organização, seguida da exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados alcançados, etapa que a inferência se faz presente e interpretação das informações se dá em um processo incessante de leitura e busca por respostas ao problema proposto. (BARDIN, 2008).

Conforme Bardin (2011), a fase pré-análise de materiais envolve a seleção dos documentos que serão examinados, a formulação de suposições e a definição de indicadores que sustentam a interpretação final, constituindo assim o *corpus* da pesquisa. Durante essa etapa preliminar, organizamos os materiais, escolhemos os mais significativos e estabelecemos hipóteses ou metas. Através de uma leitura inicial e abrangente dos

documentos, conseguimos captar as primeiras percepções que eles oferecem. Nesse processo, buscamos identificar elementos de relevância, questões pertinentes ao tema central da pesquisa e elaboramos hipóteses provisórias que nos orientam em direção a um objetivo mais amplo.

Após essa etapa, define-se o *corpus*, que corresponde ao conjunto de documentos selecionados durante a leitura preliminar. Para garantir a validade da pesquisa, Bardin (2011) destaca a importância de assegurar homogeneidade entre os elementos, permitindo representatividade, similaridades e alinhamento com os objetivos do estudo. A representatividade está diretamente relacionada à homogeneidade dos documentos, que devem ser escolhidos com base em critérios bem definidos, sem apresentar particularidades que destoem desses critérios.

Dessa forma, a representatividade exige que a amostragem reflita adequadamente o universo investigado. Assim, a seleção das amostras deve abranger o todo, de modo que, em contextos heterogêneos, é necessário contar com uma amostragem mais ampla do que em cenários homogêneos.

Com o *corpus* definido, avançamos para a fase de exploração do material, que consiste em processar os resultados e realizar a codificação, definindo as unidades de análise. Nessa etapa, são estabelecidos indicadores que podem ser classificados em categorias comuns. Posteriormente, ocorre a quantificação, com a definição de critérios de contagem e a análise da frequência ou ordem de ocorrência dos elementos dentro do material analisado.

Para a análise, os depoimentos foram organizados de acordo com temas específicos, seguidos das unidades de significado ou inferências extraídas tanto das entrevistas quanto da análise documental. Em seguida, agrupamos as unidades de significado em conjuntos, com base em critérios estabelecidos, para então organizar os dados em categorias. O processo de Análise de Conteúdo (AC) começou com a categorização, que envolveu a observação e comparação dos dados coletados durante as entrevistas, além da análise dos documentos, todos fundamentados no estudo semântico das informações.

A categorização foi estruturada com palavras-chave agrupadas em classes, sendo que, dentro de cada grupo, a organização seguiu o sentido, o significado e a função interpretativa de cada elemento. Essa fase é fundamental, pois, além de ser detalhada, contribui significativamente para fortalecer a análise categorial, fornecendo uma base sólida e confiável que confere maior consistência e credibilidade à pesquisa.

6. OS MARCOS LEGAIS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO RECIFENSE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: O QUE DIZEM OS TEXTOS?

Este capítulo tem por intuito responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa: analisar a concepção de educação bilíngue para surdos presentes nos textos legais e documentos norteadores na política municipal.

Essa fase da pesquisa foi iniciada com a sistematização dos documentos selecionados, visando facilitar a tessitura e articulação com o referencial teórico, com o intuito de realizar uma análise contextual (FRANCO, 2005). Os dados obtidos foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Bardin (2016, p. 37) destaca que:

(...) a análise de conteúdo é um conjunto de técnica de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

Dessa forma, as análises foram realizadas por meio da sistematização de dados, com o objetivo de fazer emergir inferências nas variantes da comunicação presentes nos documentos normativos, codificando informações, classificando conceitos e categorizando os procedimentos.

A análise de conteúdo possui duas funções: a heurística, que “[...] enriquece a tentativa exploratória, aumenta a proposta para a descoberta [...] ‘para ver o que dá’” (BARDIN, 2016, p. 35); e a de administração da prova, que “[...] apela ao método de análise sistemática para confirmar hipóteses ou afirmar provisões sob a forma de questões” (BARDIN, 2016, p. 36). Ambas as funções, segundo Bardin (2016), podem caminhar juntas ou separadas. Neste trabalho, optamos por utilizá-las em conjunto, para atender às necessidades do desenvolvimento da pesquisa.

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo divide-se em três etapas fundamentais. A primeira etapa consiste na escolha criteriosa de documentos que serão submetidos à análise, permitindo a construção de uma interpretação baseada em hipóteses e indicadores. A segunda etapa compreende o estudo detalhado dos documentos, com codificação, categorização e classificação dos dados. Por fim, a terceira etapa é dedicada à sistematização dos resultados finais, relacionando o referencial teórico, as hipóteses e os documentos avaliados.

As etapas de codificação foram realizadas segundo Bardin (2016), permitindo a

sistematização dos dados brutos. Segundo a autora, a codificação “[...] permite obter uma matriz dos dados brutos [...]” (BARDIN, 2016, p. 261).

a) Gênero dos documentos analisados

- Lei nº 9.394/1996 (LDB) e suas alterações pela Lei nº 14.191/2021;
- Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005;
- Lei nº 13.005/2014 (PNE);
- Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Municipal nº 28.587/2015 e Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016;
- Decreto Municipal nº 36.309/2023.

b) Categorias de análise

- Educação Especial/Atendimento Educacional Especializado (AEE)/Formação de Professores
- Modalidade de Ensino/Língua Brasileira de Sinais/Inclusão Linguística
- Reconhecimento da Libras/Direito Linguístico/Responsabilidade Estatal
- Educação Bilíngue para Surdos/Intérpretes de Libras/Responsabilidade dos Sistemas de Educação Inclusiva
- Formação Continuada de Professores/Ampliação da Educação Bilíngue para Surdos
- Acessibilidade Linguística/Valorização da Libras
- Criação de Salas Bilíngues/Uso da Libras/Normatização das Salas Bilíngues
- Atendimento Personalizado/Avaliação e Monitoramento

As etapas de codificação foram realizadas segundo Bardin (2016), permitindo a sistematização dos dados brutos. Segundo a autora, a codificação “[...] permite obter uma matriz dos dados brutos [...]” (BARDIN, 2016, p. 261).

A Lei nº 9.394/1996 (LDB), marco regulatório da educação brasileira, estabelece diretrizes fundamentais para a organização do sistema educacional, promovendo a equidade e o acesso à educação. Dentro deste contexto, os artigos 58 a 60, que tratam da educação especial, apresentam bases significativas para o desenvolvimento de políticas voltadas aos surdos.

A análise documental da LDB segue as etapas propostas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e categorização. O corpus delimitado concentra-se nos

artigos que regulamentam a educação especial e suas relações com a política bilíngue para surdos.

Quadro 3 – Categorias temáticas e unidades de análise da LDB (1996).

Categoría	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Educação Especial	Art. 58 - Educação especial será oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino.	Garantir o acesso à educação para estudantes com necessidades específicas em ambientes inclusivos.	Orienta a criação de políticas que incluem estudantes surdos em salas regulares, com suporte bilíngue em Recife.
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Art. 59 - Sistemas de ensino devem assegurar recursos específicos, incluindo métodos e técnicas adaptadas.	Promover o acesso ao AEE (Atendimento Educacional Especializado) para complementar a educação regular, considerando as especificidades do público-alvo.	Fundamenta a implementação de salas bilíngues no Recife, assegurando recursos adaptados e formação docente.
Formação de Professores	Art. 59, III - Profissionais especializados para atender alunos com necessidades especiais.	Garantir a qualificação docente para atender as demandas de estudantes com deficiência, incluindo os surdos.	Orienta a formação de professores bilíngues e intérpretes para atuação em salas regulares bilíngues em Recife.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Com efeito, a LDB é essencial para o embasamento jurídico das práticas educacionais inclusivas. Contudo, a ausência de uma menção específica à educação bilíngue de surdos indica que a concepção dessa modalidade educacional foi consolidada apenas em regulamentações posteriores, como o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.

No contexto do Recife/PE, a LDB influencia diretamente a formulação de políticas locais, como a criação das salas bilíngues regulares em 2015, que buscam atender ao princípio de inclusão defendido no artigo 58. No entanto, ainda há lacunas práticas, como a falta de profissionais especializados em número suficiente e a adequação de currículos às necessidades dos estudantes surdos.

A Lei nº 9.394/1996 (LDB) consolidou o direito à educação especial, mas a inclusão da Lei nº 14.191/2021 representou um marco para a comunidade surda, ao reconhecer a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente, em conformidade com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como L1 e o português escrito

como L2.

Quadro 4 – Categorias temáticas e unidades de análise da LDB e Lei nº 14.191/2021.

Categoría	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Modalidade de Ensino	Art. 60-A - Reconhecimento da educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino independente.	Legitima a educação bilíngue de surdos como uma modalidade própria, com diretrizes específicas.	Fundamenta a criação e consolidação de salas bilíngues no Recife, reforçando sua autonomia como modalidade de ensino.
Língua Brasileira de Sinais	Art. 60-A, §1º - Definição da Libras como primeira língua (L1) da educação bilíngue para Surdos.	Garante a Libras como L1, essencial para a inclusão linguística e cultural dos estudantes surdos.	Direciona o uso da Libras como língua principal nas práticas pedagógicas bilíngues nas escolas municipais do Recife.
Inclusão Linguística	Art. 60-A, §2º - Atender às especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.	Promover a inclusão e equidade educacional para estudantes surdos, respeitando sua identidade cultural.	Sustenta a necessidade de currículos e práticas pedagógicas que valorizem a Libras como L1 e o português escrito como L2.
Formação de Professores	Art. 60-A, §3º - Formação de professores bilíngues e intérpretes de Libras.	Assegurar a capacitação docente específica para atender às demandas da educação bilíngue para Surdos.	Impulsiona programas de formação docente continuada em Libras para atender às salas bilíngues em Recife.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A alteração na LDB promovida pela Lei nº 14.191/2021 marcou um progresso significativo, pois definiu a educação bilíngue para surdos como um direito fundamental, além de estabelecer as bases para sua organização nos sistemas de ensino.

No contexto do Recife/PE, essa alteração reitera e fortalece iniciativas como as salas regulares bilíngues, institucionalizadas pelo Decreto Municipal nº 28587/2015. Contudo, persiste o desafio de garantir que essas salas operem plenamente de acordo com as diretrizes nacionais, especialmente em relação à formação docente e à estrutura pedagógica voltada à Libras como L1.

Quadro 5 – Reflexos da Lei nº 14.191/2021 no Contexto Recifense.

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Reconhecimento da Modalidade	A Lei reforça o caráter independente da modalidade bilíngue, legitimando políticas locais como as salas regulares bilíngues.
Formação de	Necessidade de ampliar cursos de formação continuada para docentes e

Professores	intérpretes de Libras na rede municipal.
Recursos Pedagógicos e Tecnológicos	Demanda por materiais adaptados e tecnologias assistivas para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.
Integração de Políticas	Necessidade de articulação entre políticas locais e diretrizes nacionais para garantir a implementação efetiva das normas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A inclusão da educação bilíngue para Surdos como modalidade de ensino autônoma representa um avanço em direção à equidade educacional para a comunidade surda. Essa alteração legal não apenas reafirma os direitos linguísticos dos surdos, mas também impõe desafios ao município de Recife/PE, como a ampliação de formações específicas e a disponibilização de recursos adequados para a implementação plena das salas bilíngues.

Por outro lado, os marcos legais da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 constituem pilares para a consolidação da educação bilíngue para surdos no Brasil. Esses dispositivos reconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio oficial de comunicação e definem diretrizes específicas para sua implementação nos sistemas de ensino, impactando diretamente as políticas locais.

Quadro 6 – Categorias temáticas e unidades de análise da Lei nº 10.436/2002.

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Reconhecimento da Libras	Art. 1º - Reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão.	Garantir à Libras o status de língua oficial da comunidade surda no Brasil.	Base para a institucionalização da Libras nas escolas municipais como L1 no ensino bilíngue.
Direito Linguístico	Art. 2º - Garantia do uso da Libras em serviços públicos e privados.	Assegurar a acessibilidade linguística em diversos contextos, incluindo o educacional.	Promove a inclusão da Libras em serviços educacionais e pedagógicos no Recife.
Responsabilidade Estatal	Art. 3º - Obrigação do poder público em apoiar a promoção da Libras.	Estabelecer a responsabilidade do Estado na difusão e valorização da Libras.	Incentiva ações municipais como a contratação de intérpretes e a formação de professores bilíngues.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 7 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto nº 5.626/2005.

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Formação de Professores	Art. 14 - Obrigatoriedade do	Capacitar professores para o ensino em	Sustenta a oferta de programas de formação

	ensino de Libras em cursos de formação docente.	contextos bilíngues.	continuada para professores bilíngues no Recife.
Educação Bilíngue para Surdos	Art. 22 - Garantia da Libras como L1 e o português como L2 para estudantes surdos.	Estabelecer o bilinguismo como princípio no ensino de surdos.	Direciona a prática pedagógica bilíngue em salas regulares bilíngues no Recife.
Intérpretes de Libras	Art. 17 - Regulamentação da formação e atuação de intérpretes em espaços educacionais.	Garantir a presença de intérpretes de Libras para a mediação linguística.	Impulsiona a contratação de intérpretes nas escolas municipais, ampliando o acesso à comunicação e ao aprendizado.
Responsabilidade dos Sistemas	Art. 16 - Determinação de adequação curricular e pedagógica ao público surdo.	Promover currículos e metodologias adaptadas às especificidades linguísticas dos surdos.	Orienta ajustes pedagógicos nas escolas bilíngues do Recife, priorizando a Libras como meio de instrução.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Assim, a influência da Lei nº 10.436/2002 foi imediata no Recife/PE, levando à aprovação da Lei Municipal nº 16.918/2003, que reconhece a Libras como sistema linguístico no município. Esta legislação marcou um avanço ao localmente legitimar a Libras como língua da comunidade surda, promovendo sua utilização em serviços públicos, como escolas e espaços de saúde.

Paralelamente, como já mencionado anteriormente, o Decreto nº 5.626/2005 complementou essas iniciativas ao regulamentar o uso da Libras no sistema educacional, estabelecendo o bilinguismo como princípio. Essa normatização teve impactos significativos nas políticas recifenses, orientando a criação das salas regulares bilíngues e a contratação de intérpretes de Libras, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 28587/2015.

Quadro 8 – Reflexos dos Marcos Legais no Contexto Local (Recife/PE);

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Reconhecimento da Libras	Adaptação normativa com a Lei Municipal nº 16.918/2003, reforçando a Libras como sistema linguístico em Recife.
Formação de Professores	Expansão de programas de formação continuada em Libras, mas ainda insuficientes para atender à demanda crescente.
Currículos e Recursos	Criação de currículos adaptados nas salas bilíngues, mas com limitações na produção de materiais didáticos específicos.
Intérpretes de Libras	Contratação de intérpretes para escolas públicas municipais, conforme previsto no Decreto nº 5.626/2005 e normas locais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os reflexos da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005 no Recife/PE

evidenciam o impacto das políticas nacionais na formulação de normas locais, com destaque para a aprovação da Lei Municipal nº 16.918/2003, que reconhece a Libras como sistema linguístico no âmbito do município, como já mencionado anteriormente. Esse marco normativo foi essencial para a adaptação das diretrizes nacionais às realidades locais, proporcionando um direcionamento inicial para o desenvolvimento de políticas bilíngues no Recife/PE.

O reconhecimento da Libras pela legislação nacional e municipal permitiu avanços significativos, como a criação das salas regulares bilíngues, ainda que muito tempo depois, regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 28.587/2015 e normatizadas pela Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016. Essas salas representam uma estratégia prática para atender às necessidades educacionais da comunidade surda, consolidando o uso da Libras como primeira língua e do português escrito como segunda língua.

Contudo, apesar dos avanços normativos, ainda persistem desafios para a implementação efetiva da educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. A formação de profissionais bilíngues, um dos pilares do Decreto nº 5.626/2005, é um dos principais gargalos. A insuficiência de professores capacitados em Libras e de intérpretes qualificados impacta diretamente a qualidade do ensino bilíngue nas escolas municipais. Essa lacuna exige investimentos mais robustos em programas de formação continuada e parcerias com instituições especializadas.

Outro desafio está relacionado à adaptação curricular. Embora o Decreto nº 5.626/2005 determine a adequação de currículos e metodologias às especificidades linguísticas dos estudantes surdos, essa prática ainda está em fase inicial no Recife/PE. A falta de materiais didáticos específicos em Libras e de tecnologias assistivas limita a eficácia das estratégias pedagógicas, comprometendo o pleno desenvolvimento dos estudantes.

Além disso, a regulamentação das práticas bilíngues em nível municipal aponta a necessidade de monitoramento constante das políticas implementadas. A Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016 estabelece diretrizes importantes, mas a avaliação da qualidade das salas bilíngues ainda é limitada. É fundamental que sejam criados mecanismos sistemáticos de supervisão e aprimoramento das práticas educacionais, alinhados às diretrizes nacionais e às demandas locais.

Outro reflexo relevante é o fortalecimento da valorização cultural e linguística da comunidade surda. A institucionalização da Libras como L1 nas escolas públicas reforça não apenas a acessibilidade educacional, mas também a construção de identidades culturais dos

estudantes surdos. Isso contribui para a ampliação do diálogo entre a comunidade surda e os contextos escolares, ainda que haja necessidade de maior engajamento dos gestores e das famílias para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Portanto, os marcos legais nacionais e locais têm papel fundamental na construção da política de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. No entanto, para alcançar uma implementação plena, é necessário superar desafios estruturais e operacionais, com maior integração entre as esferas federal, estadual e municipal, além de um planejamento estratégico voltado para a sustentabilidade das ações no longo prazo.

Ainda nos marcos legais, A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece metas e estratégias fundamentais para a inclusão educacional no Brasil. Dentre elas, destaca-se a Meta 4, que aborda o direito de pessoas com deficiência à educação inclusiva, em especial para estudantes surdos, reforçando o bilinguismo como diretriz prioritária para o atendimento educacional especializado.

Quadro 9 – Categorias temáticas e unidades de análise do PNE (Lei nº 13.005/2014).

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Educação Inclusiva	Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, o acesso à educação básica e ao AEE.	Garantir o acesso de estudantes com deficiência a uma educação inclusiva e especializada.	Sustenta uma possível ampliação das salas bilíngues no Recife, garantindo atendimento educacional especializado para estudantes surdos.
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Estratégia 4.3 - Fomentar a criação de salas de recursos multifuncionais.	Oferecer suporte adicional ao ensino regular por meio de recursos e práticas especializadas.	Base para a implementação de salas bilíngues que atendam às especificidades linguísticas e culturais dos surdos.
Formação Continuada de Professores	Estratégia 4.5 - Oferecer formação continuada a professores para atuação inclusiva.	Qualificar docentes para trabalhar com metodologias inclusivas, especialmente para surdos.	Promove programas de capacitação bilíngue na rede municipal, com foco na Libras e no ensino de português como L2.
Ampliação da Educação Bilíngue para Surdos	Estratégia 4.7 - Garantir atendimento escolar em Libras para estudantes surdos.	Consolidar a Libras como L1 e o português escrito como L2 no ensino de surdos.	Direciona a prática pedagógica nas salas regulares bilíngues, com valorização da identidade linguística surda.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A partir dessa análise, percebe-se que a Meta 4 do PNE e suas estratégias, aprovadas em 2014, tiveram um papel central no direcionamento das políticas educacionais inclusivas em todo o país, com impacto direto na formulação de ações no município do Recife/PE. A partir dessas diretrizes, tornou-se possível alinhar as demandas locais às metas nacionais, promovendo o desenvolvimento e a ampliação da educação bilíngue para Surdos na rede municipal.

Um dos principais reflexos da Meta 4 no Recife/PE foi a criação das Salas Regulares Bilíngues, formalizadas pelo Decreto Municipal nº 28.587/2015, apenas um ano após a aprovação do PNE. Essas salas foram estruturadas para atender à necessidade de inclusão dos estudantes surdos, garantindo o uso da Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). Contudo, ainda há desafios significativos em relação à insuficiência no número de salas, à distribuição desigual entre as regiões do município e à escassez de recursos pedagógicos específicos para essa modalidade de ensino.

Outro reflexo importante do PNE foi a Formação de Professores, orientada pela Estratégia 4.5, que enfatiza a oferta de capacitação continuada para professores que atuam na educação inclusiva. No Recife/PE, iniciativas de formação em Libras têm sido realizadas para ampliar a qualificação dos docentes e intérpretes de Libras, embora enfrentem desafios como o alcance restrito, que não atende plenamente à demanda crescente, e a necessidade de maior articulação com instituições de ensino superior para garantir cursos mais robustos e contínuos.

A Adequação Curricular também aparece como um reflexo direto da Meta 4, por meio da Estratégia 4.7, que estabelece a obrigatoriedade de práticas pedagógicas adaptadas às especificidades linguísticas e culturais dos surdos. No Recife/PE, ainda que alguns progressos tenham sido feitos na adaptação dos currículos, especialmente nas salas bilíngues, essas iniciativas permanecem limitadas. Falta a produção de materiais didáticos em Libras, bem como a integração mais efetiva de tecnologias assistivas que facilitem o aprendizado do português como L2.

Apesar de seu caráter normativo nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) demonstrou impacto significativo em âmbito local, ao servir como referência para o desenvolvimento de políticas educacionais voltadas para a inclusão de estudantes surdos. No entanto, para que as metas e estratégias do PNE sejam plenamente alcançadas no Recife/PE, é necessário um esforço contínuo e integrado, com maior investimento na expansão de salas bilíngues, formação de profissionais e adaptação curricular.

Quadro 10 – Reflexos do PNE no Contexto Local (Recife/PE).

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Universalização do Acesso	Ampliação do número de estudantes surdos matriculados em escolas regulares bilíngues, mas com desigualdades regionais.
Atendimento Especializado	Consolidação das salas bilíngues como parte do AEE, mas com limitações de infraestrutura e recursos didáticos.
Formação de Professores	Formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação de Recife, mas com cobertura insuficiente para atender à demanda.
Bilinguismo	Implementação prática do bilinguismo em escolas, mas com lacunas na integração de Libras e português escrito no currículo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Logo, a Meta 4 do PNE reforça o compromisso nacional com a inclusão educacional, estabelecendo o bilinguismo como uma estratégia central para atender às necessidades de estudantes surdos. No entanto, a implementação no Recife/PE ainda enfrenta desafios operacionais, como a carência de professores bilíngues, materiais pedagógicos adaptados e uma maior integração curricular.

Essas lacunas refletem a necessidade de articulação mais efetiva entre as diretrizes do PNE e as políticas locais, como as previstas pelo Decreto Municipal nº 28587/2015, para garantir que os avanços propostos se traduzam em práticas educacionais inclusivas e efetivas.

No ano seguinte, a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece princípios e normas voltados para a promoção de direitos e inclusão de pessoas com deficiência. No campo educacional, reforça o acesso à educação inclusiva, com especial atenção às especificidades linguísticas e culturais de estudantes surdos.

Quadro 11 – Categorias temáticas e unidades de análise do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Educação Inclusiva	Art. 28 - Garantia de acesso à educação inclusiva em todos os níveis, com adaptações necessárias.	Assegurar que pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação inclusiva de qualidade.	Fundamenta a ampliação das salas bilíngues no Recife, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dos surdos.
Acessibilidade Linguística	Art. 3º, IV - Uso de tecnologias assistivas e meios de comunicação alternativos.	Promover a comunicação e o aprendizado para pessoas com deficiência auditiva, utilizando Libras e recursos.	Direciona a inclusão de intérpretes de Libras e tecnologias assistivas nas salas bilíngues da rede municipal.

Formação de Professores	Art. 28, IX - Oferecer formação continuada para atuação inclusiva de professores e profissionais da educação.	Capacitar os profissionais para atender às necessidades educacionais das pessoas com deficiência.	Sustenta a formação continuada de professores bilíngues e intérpretes em Libras para as escolas de Recife.
Valorização da Libras	Art. 28, § 1º - Garantir o uso e ensino da Libras como meio de comunicação e instrução.	Reforçar o reconhecimento da Libras como L1 dos estudantes surdos.	Direciona a prática pedagógica nas salas bilíngues, garantindo o uso da Libras como língua principal de instrução.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) trouxe avanços significativos para a política de educação bilíngue para Surdos no Brasil, consolidando princípios voltados para a inclusão e acessibilidade educacional. No Recife/PE, embora o Decreto Municipal nº 28.587/2015, que instituiu as salas regulares bilíngues, tenha sido promulgado em fevereiro de 2015, antes da aprovação do Estatuto em julho do mesmo ano, a Lei fortaleceu as práticas educacionais bilíngues locais, ao reafirmar direitos e consolidar diretrizes para a educação de pessoas com deficiência.

A implementação das salas regulares bilíngues em Recife/PE, alinhada ao princípio da inclusão, buscou atender às demandas específicas da comunidade surda, garantindo o uso da Libras como primeira língua (L1) e do português escrito como segunda língua (L2). Essas salas, regulamentadas localmente, foram uma resposta inicial às necessidades de acessibilidade linguística, mas o Estatuto reforçou a obrigatoriedade de políticas inclusivas mais robustas. Apesar disso, a quantidade de salas ainda é insuficiente, resultando em desigualdades no acesso entre diferentes regiões do município.

Outro reflexo significativo foi a inserção de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas voltadas para a comunicação em Libras. Embora o Decreto já previsse ações nesse sentido, o Estatuto ampliou a obrigatoriedade de práticas que garantam acessibilidade linguística e tecnológica, tornando essa adaptação indispensável para a efetividade da educação bilíngue para Surdos. No entanto, essas iniciativas ainda enfrentam dificuldades práticas, como a falta de materiais adequados e de investimentos contínuos.

A formação de professores é outro aspecto que ganhou reforço com o Estatuto. Iniciativas de capacitação continuada têm sido realizadas para ampliar o alcance do ensino bilíngue, mas ainda são insuficientes para atender à crescente demanda da rede municipal. A Lei nº 13.146/2015 enfatiza a necessidade de formação especializada para professores e

intérpretes de Libras, o que permanece um dos desafios centrais no Recife/PE, especialmente em relação à cobertura e ao acesso a cursos mais abrangentes e regulares.

Apesar de ter sido promulgado após o decreto municipal, o Estatuto da Pessoa com Deficiência consolidou um arcabouço jurídico indispensável para o fortalecimento das políticas bilíngues em Recife/PE. Ele reafirma o direito à inclusão educacional e orienta para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da infraestrutura necessária, promovendo a integração entre as normas nacionais e as iniciativas locais. No entanto, superar os desafios relacionados à expansão de salas bilíngues, à formação de profissionais e à adaptação curricular continua sendo essencial para garantir uma educação bilíngue para Surdos efetiva e inclusiva no município.

Quadro 12 – Reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Contexto Local (Recife/PE).

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Educação Inclusiva	Consolidação de salas bilíngues como espaços inclusivos, mas com desigualdades na distribuição regional.
Formação de Professores	Cursos de formação continuada em Libras oferecidos pela Secretaria de Educação, mas com cobertura insuficiente.
Tecnologias Assistivas	Inserção limitada de recursos específicos para facilitar o aprendizado de estudantes surdos.
Integração Curricular	Adaptação dos currículos escolares para incluir Libras, mas ainda em estágio inicial em muitas unidades.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência reforça o direito de pessoas com deficiência, incluindo surdos, à educação em ambientes inclusivos, com recursos e adaptações necessárias. No Recife/PE, esses princípios têm servido de base para a implementação de políticas bilíngues, como a criação de salas regulares bilíngues e o uso de intérpretes de Libras.

Contudo, os avanços normativos contrastam com desafios práticos, como a escassez de professores bilíngues, a insuficiência de materiais didáticos adaptados e a falta de investimentos em tecnologias assistivas. Isso aponta para a necessidade de maior articulação entre as políticas nacionais e locais.

Ao transitar da análise das políticas nacionais para o contexto local, observa-se os marcos normativos municipais — Decreto Municipal nº 28.587/2015 e Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016 — representam a materialização local das políticas nacionais voltadas para a educação bilíngue para Surdos. Estes dispositivos estabelecem diretrizes para a criação e funcionamento das salas regulares bilíngues, promovendo a inclusão educacional

de estudantes surdos em Recife/PE.

Quadro 13 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 28.587/2015

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Criação de Salas Bilíngues	Art. 1º - Instituição das salas regulares bilíngues para atender aos estudantes surdos.	Garantir o direito dos estudantes surdos ao acesso à educação bilíngue para Surdos nas escolas regulares.	Estabelece a criação de salas bilíngues nas escolas municipais de Recife, com Libras como língua de instrução.
Uso da Libras	Art. 2º - Uso da Libras como primeira língua (L1) no processo de ensino-aprendizagem nas salas bilíngues.	Assegurar que a Libras seja utilizada como a língua principal de comunicação e instrução nos contextos bilíngues.	Direciona a utilização da Libras nas salas bilíngues, estabelecendo-a como língua de instrução nas escolas municipais.
Formação de Professores e Intérpretes	Art. 3º - Exigência de formação de professores bilíngues e intérpretes de Libras.	Promover a qualificação contínua dos professores e intérpretes para garantir uma educação bilíngue para Surdos de qualidade.	Incentiva a capacitação dos docentes e intérpretes de Libras para atuar nas salas bilíngues do Recife.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 14 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 28.587/2015.

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Normatização das Salas Bilíngues	Art. 1º - Estabelecimento das normas para funcionamento das salas regulares bilíngues no município de Recife.	Regularizar o funcionamento das salas bilíngues, garantindo que atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos.	Define a operação das salas bilíngues em Recife, regulamentando sua estrutura, metodologia e práticas pedagógicas.
Atendimento Personalizado	Art. 3º - Garantia de práticas pedagógicas que atendam às especificidades dos estudantes surdos.	Assegurar que os métodos de ensino sejam adaptados para as necessidades linguísticas e culturais dos surdos.	Orienta a personalização do atendimento nas salas bilíngues, com foco no uso de Libras e estratégias pedagógicas diferenciadas.

Avaliação e Monitoramento	Art. 5º - Definição de práticas de monitoramento e avaliação das salas bilíngues.	Garantir a qualidade da educação bilíngue para Surdos por meio da avaliação contínua das práticas pedagógicas.	Estabelece a necessidade de avaliações periódicas das salas bilíngues no Recife, visando a melhoria constante dos processos pedagógicos.
---------------------------	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Os dispositivos analisados, em especial o Decreto Municipal nº 28.587/2015 e a Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016, consolidaram o bilinguismo como uma política pública na rede municipal de ensino do Recife/PE. Esses marcos normativos promovem uma abordagem inclusiva, alinhada às normativas nacionais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que reafirmam o direito à educação de qualidade para pessoas com deficiência, com ênfase na educação bilíngue para surdos. A implementação das salas bilíngues no Recife/PE representa um avanço significativo para a educação inclusiva, pois reconhece e valoriza as especificidades linguísticas dos surdos, adotando a Libras como primeira língua (L1) e o português como segunda língua (L2), conforme estabelecido por essas normas nacionais. No entanto, os desafios estruturais e operacionais ainda são consideráveis, principalmente em relação à formação de profissionais qualificados e à adequação dos recursos pedagógicos, o que compromete a efetividade das políticas educacionais.

A Criação das Salas Bilíngues foi uma das primeiras medidas concretas para garantir o acesso dos estudantes surdos a um ensino adequado às suas necessidades linguísticas e culturais. Alinhada ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e ao PNE, essa política estabelece a educação bilíngue para Surdos como uma modalidade de ensino fundamental para a comunidade surda, promovendo não apenas a acessibilidade linguística, mas também a valorização da identidade cultural surda. A institucionalização das salas bilíngues no Recife/PE foi um reflexo direto da necessidade de promover uma educação que respeite e utilize a Libras como língua natural dos surdos. Contudo, apesar de os primeiros passos terem sido dados, ainda existem limitações na distribuição dessas salas pelas escolas da rede municipal, com algumas regiões ficando aquém na oferta desse atendimento especializado, além da escassez de recursos adequados para o pleno funcionamento dessas salas.

Em relação à Formação de Professores e Intérpretes, o Decreto Municipal nº 28.587/2015 e a Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016 destacam a importância da capacitação contínua dos profissionais da educação para que possam atender à demanda crescente por ensino bilíngue. A formação de professores bilíngues e intérpretes de Libras é

central para a implementação bem-sucedida das práticas pedagógicas nas salas bilíngues, mas ainda há desafios significativos em termos de quantidade e qualificação. Embora programas de formação continuada tenham sido implantados, eles não atendem completamente à necessidade de profissionais bilíngues qualificados para suprir a demanda nas escolas de Recife/PE. A escassez de cursos especializados e a necessidade de articulação mais eficiente com as universidades e centros de formação de professores tornam esse um ponto crítico para o fortalecimento da política educacional bilíngue. Para que a implementação da educação bilíngue para Surdos seja eficaz, é fundamental que o município invista em programas de formação de longo prazo, com foco na capacitação de professores, intérpretes e outros profissionais envolvidos no processo educativo.

O Monitoramento e Avaliação das práticas educacionais também têm sido uma parte fundamental do processo de implementação da educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. A avaliação contínua permite ajustes importantes nas práticas pedagógicas, assegurando que as necessidades dos alunos surdos sejam atendidas adequadamente. No entanto, os processos de monitoramento revelaram a necessidade de um maior investimento em infraestrutura e em materiais pedagógicos adaptados às especificidades do ensino bilíngue. O uso de tecnologias assistivas, a produção de materiais didáticos em Libras e a adaptação do currículo escolar são áreas que ainda exigem aprimoramento. A Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016 estabelece a avaliação periódica das salas bilíngues, mas o município ainda precisa melhorar as estratégias de acompanhamento e garantir que todos os ajustes necessários sejam feitos de maneira eficaz e em tempo hábil.

Essa análise busca responder à questão central da pesquisa: Como estão propostas as políticas de educação bilíngue para surdos no município do Recife/PE, no tocante às concepções e práticas adotadas? Ao comparar as políticas locais com as normativas nacionais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o PNE e outros marcos legais, fica evidente que Recife/PE tem avançado no sentido de garantir a inclusão de estudantes surdos, mas enfrenta desafios relacionados à formação docente, adequação curricular e expansão da infraestrutura necessária para atender a todos os alunos surdos de forma equitativa. Os teóricos que fundamentam este estudo, como Bardin (2016), e a aplicação da análise de conteúdo, reforçam que o sucesso das políticas educacionais depende de um constante processo de avaliação e reavaliação das práticas implementadas, considerando as especificidades culturais e linguísticas da comunidade surda.

Portanto, embora as políticas de educação bilíngue para surdos no Recife/PE estejam

alinhas às orientações legais e normativas nacionais, ainda é necessário um esforço contínuo para superar as limitações estruturais, melhorar a formação dos profissionais e garantir que os recursos pedagógicos e materiais sejam adequados à realidade das salas bilíngues. O avanço dessas políticas depende de uma articulação mais eficaz entre os diferentes níveis de governo e das ações de monitoramento e avaliação para garantir que todas as escolas de Recife/PE ofereçam uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue.

Quadro 15 – Reflexos dos Marcos Municipais na Prática Educacional.

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Salas Bilíngues	Ampliação do acesso de estudantes surdos a uma educação bilíngue para Surdos, mas com desigualdades na distribuição regional.
Formação de Professores e Intérpretes	Incremento de programas de capacitação, mas insuficiência de profissionais qualificados para atender à demanda local.
Metodologias Pedagógicas	Aplicação de práticas inclusivas adaptadas, mas com carência de materiais didáticos em Libras.
Monitoramento e Avaliação	Supervisão periódica das salas bilíngues, evidenciando avanços e lacunas na implementação da política.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A implementação das salas regulares bilíngues no Recife/PE reflete o compromisso do município com as políticas nacionais de inclusão e bilinguismo, alinhando-se aos marcos legais como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o PNE. Essas salas são um avanço importante, pois reconhecem as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda, proporcionando um ambiente de ensino que respeita o direito dos surdos à educação bilíngue para Surdos. Contudo, a consolidação dessas iniciativas ainda exige um investimento mais robusto em áreas fundamentais, como a formação de professores, que é um dos pilares para a qualidade da educação bilíngue para Surdos. A formação contínua dos docentes, juntamente com a ampliação de infraestrutura nas escolas e a produção de materiais pedagógicos adaptados, é essencial para garantir que todos os alunos surdos tenham acesso ao conteúdo de forma equitativa. A implementação de estratégias pedagógicas mais eficientes, aliadas a um ambiente educacional adequado, são condições necessárias para que as salas bilíngues cumpram efetivamente seu papel inclusivo e educativo.

A Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016, ao normatizar as salas bilíngues, estabeleceu diretrizes claras para sua operacionalização, garantindo que os princípios do bilinguismo fossem incorporados nas práticas educacionais das escolas do Recife/PE. No entanto, o monitoramento contínuo dessas práticas revela desafios persistentes que ainda precisam ser enfrentados, como a desigualdade no acesso regional e a insuficiência de profissionais bilíngues. Embora a normatização tenha dado um direcionamento importante, a implementação plena ainda carece de uma maior articulação entre os diversos níveis de

governo e da ampliação de programas de capacitação e recursos para que todos os estudantes surdos, independentemente da localização, possam usufruir de uma educação de qualidade. Além disso, a escassez de intérpretes de Libras e de professores bilíngues capacitados nas escolas ainda limita a abrangência e a eficácia do atendimento educacional.

Após a análise das políticas nacionais e locais que moldaram a educação inclusiva e bilíngue para surdos, é fundamental observar o contexto de avanços legislativos no Recife. O Decreto Municipal nº 28.587/2015 representou um marco ao regulamentar a criação de salas bilíngues regulares, consolidando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta pedagógica essencial. Complementando essa diretriz, a Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016 estabeleceu procedimentos claros para o funcionamento dessas salas e a formação continuada de professores, promovendo práticas inclusivas mais estruturadas.

Nesse cenário de avanços, o Decreto nº 36.309/2023 surge como uma evolução natural, ampliando o escopo das políticas educacionais inclusivas e institucionais. Este decreto não apenas reforça a inclusão de estudantes com deficiência, mas também expande a política de educação bilíngue de surdos, garantindo a implementação de Salas Regulares Bilíngues, a formação de professores fluentes em Libras e a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A seguir, o Quadro 16 apresenta as principais categorias temáticas e unidades de análise do decreto mais recente, delineando seu impacto nas práticas educacionais locais.

Quadro 16 – Categorias temáticas e unidades de análise do Decreto Municipal nº 36.309/2023.

Categoria	Unidade de Análise	Objetivo da Norma	Direcionamento para Implementação Local
Educação Especial Inclusiva	Art. 1º - Institui a Política Pública de Educação Especial Inclusiva	Garantir acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência ou transtornos.	Cria diretrizes para incluir estudantes com necessidades especiais.
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Art. 4º - AEE como modalidade transversal a todas as etapas do ensino.	Assegurar recursos e serviços para apoiar o processo educacional.	Implementa Salas de Recursos Multifuncionais e educação bilíngue.
Mediação Pedagógica	Art. 6º, I - Atendimento individual e coletivo.	Adaptar o ensino às necessidades individuais e fomentar interação social.	Organiza formação de professores e adaptação de materiais didáticos.

Formação de Professores	Art. 12 - Formação periódica para profissionais envolvidos na política.	Capacitar profissionais para atender estudantes com necessidades educacionais especiais.	Estabelece parcerias para cursos e formação continuada.
Avaliação e Monitoramento	Art. 9º - Criação do Núcleo de Avaliação e Inclusão Escolar (NAIE).	Realizar avaliação técnica e pedagógica dos estudantes.	Estabelece o NAIE para acompanhamento e classificação de suporte educacional.
Educação Bilíngue de Surdos	Art. 7º - Salas Regulares Bilíngues e atendimento educacional bilíngue para surdos	Assegurar o direito à educação em Libras como primeira língua (L1).	Implementa salas bilíngues e formação de professores fluentes em Libras.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O Decreto nº 36.309/2023 reflete avanços significativos na consolidação de uma educação inclusiva no Recife, reafirmando o compromisso municipal com a acessibilidade e a participação plena dos estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. A instituição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte integrante da educação regular representa não apenas um dispositivo legal, mas um marco conceitual que sinaliza o reconhecimento de que a inclusão educacional vai além da presença física dos alunos em sala de aula. A incorporação do AEE reflete a necessidade de uma educação responsável, capaz de identificar e remover barreiras educacionais de forma sistemática.

As Salas de Recursos Multifuncionais, associadas à formação contínua dos professores, são elementos estruturais essenciais na efetivação dessa política. No entanto, para que essas iniciativas se consolidem, é fundamental questionar até que ponto o treinamento ofertado aos docentes contempla, de fato, a especificidade da educação bilíngue de surdos. A formação de professores precisa ir além da perspectiva geral da inclusão e aprofundar-se nas práticas pedagógicas que valorizem a Libras como primeira língua, promovendo uma abordagem bilíngue efetiva que respeite as particularidades culturais e linguísticas da comunidade surda.

A educação bilíngue de surdos, prevista no Art. 7º, emerge como um desdobramento fundamental das diretrizes da Lei nº 14.191/2021, que consagra a educação bilíngue como uma modalidade de ensino autônoma. Esse reconhecimento rompe com uma visão homogeneizadora da educação inclusiva, destacando que o ensino de surdos requer uma

abordagem específica que respeite a Libras não como um acessório pedagógico, mas como o eixo estruturante do processo de ensino-aprendizagem. A interseção entre o Decreto nº 36.309/2023 e o Decreto Federal nº 5.626/2005 amplia essa perspectiva, consolidando um caminho para a plena implementação das salas regulares bilíngues. Ao oferecer uma estrutura que valoriza a identidade linguística dos estudantes surdos, o Recife reafirma o direito à educação em uma língua acessível, favorecendo o desenvolvimento de uma autoestima positiva e o fortalecimento de vínculos identitários.

A mediação pedagógica prevista no Art. 6º destaca a importância de atendimentos individualizados ou coletivos, proporcionando uma flexibilidade essencial para atender às demandas diversificadas dos estudantes. Essa flexibilidade é crucial no contexto da educação bilíngue de surdos, pois permite a adaptação não apenas dos conteúdos curriculares, mas também dos métodos de ensino e dos recursos didáticos. A interação entre alunos surdos e ouvintes, mediada por práticas pedagógicas inclusivas, cria um espaço propício para a trocas culturais e linguísticas, promovendo não apenas a inclusão social, mas também o reconhecimento da diversidade como um valor educativo.

A criação do Núcleo de Avaliação e Inclusão Escolar (NAIE) representa um avanço significativo na direção de um acompanhamento sistemático e multiprofissional dos estudantes com deficiência. No entanto, para que o NAIE alcance seu potencial pleno, é necessário garantir que esse acompanhamento seja realizado por profissionais capacitados na educação de surdos, com fluência em Libras e compreensão das dinâmicas culturais envolvidas. Esse núcleo deve funcionar não apenas como um espaço de avaliação, mas como um catalisador de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, contribuindo para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente acessível e equitativo.

Quadro 17 – Reflexos dos Marcos Municipais na Prática Educacional.

Aspecto	Reflexo no Contexto Recifense
Inclusão de Estudantes com Deficiência	Amplia a oferta de educação inclusiva, com adaptação curricular e formação de professores bilíngues para Surdos.
Atendimento Educacional Especializado	Cria Salas de Recursos Multifuncionais e amplia o suporte nas salas regulares bilíngues para Surdos.
Educação Bilíngue de Surdos	Reforça a criação das salas bilíngues para Surdos e reforça o uso da Libras como primeira língua nas salas regulares bilíngues municipais.
Avaliação e Acompanhamento	Implementa o NAIE para classificação e avaliação pedagógica.
Formação Contínua de Professores	Promove capacitação periódica de professores e equipe pedagógica.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O impacto do Decreto nº 36.309/2023 nos projetos político-pedagógicos (PPP) das

escolas municipais do Recife é multifacetado e reflete uma convergência com marcos legais nacionais que promovem a inclusão educacional. A ênfase na ampliação da oferta de educação inclusiva não apenas responde a uma demanda local, mas se insere em um contexto mais amplo de efetivação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A adaptação curricular e a capacitação de professores bilíngues, por exemplo, dialogam diretamente com a exigência de acessibilidade integral e de práticas pedagógicas que respeitam a diversidade linguística e cultural.

A institucionalização de Salas de Recursos Multifuncionais fortalece o Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo que estudantes com diferentes necessidades educacionais possam ter acesso a recursos adaptados. Tal abordagem reforça o caráter transversal do AEE, que perpassa todos os níveis de ensino, e está em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) que preveem o fortalecimento da educação inclusiva.

A educação bilíngue de surdos, um dos pilares do decreto, tem raízes na Lei nº 10.436/2002 e no Decreto nº 5.626/2005, que estabelecem a Libras como língua de instrução para surdos. Ao criar salas bilíngues e formar professores fluentes em Libras, o Recife adota uma política que busca eliminar as barreiras linguísticas, ampliando o acesso e a permanência de estudantes surdos na rede regular de ensino. Esse movimento é fundamental para a promoção da equidade educacional e da identidade cultural dos surdos, promovendo um ambiente de valorização da Libras como primeira língua (L1) e do português escrito como segunda língua (L2).

A formação contínua dos professores prevista no decreto evidencia o reconhecimento da necessidade de um corpo docente preparado para lidar com a diversidade nas salas de aula. A capacitação não se limita ao aspecto técnico, mas incorpora uma perspectiva crítica, capaz de revisar práticas pedagógicas e promover a inclusão de maneira efetiva.

Por fim, a implementação do NAIE (Núcleo de Avaliação e Inclusão Escolar) amplia a capacidade das escolas de realizar avaliações pedagógicas e técnicas, assegurando que o suporte necessário seja ajustado às especificidades de cada estudante. Esse modelo contribui para a personalização do ensino e reforça o compromisso do município com uma educação verdadeiramente inclusiva.

A análise realizada ao longo deste capítulo permite compreender como a legislação e os marcos normativos têm orientado a estruturação das políticas educacionais para surdos em Recife/PE. A partir dos dispositivos legais, foi possível observar que o município tem

buscado alinhar suas práticas educacionais às diretrizes nacionais, como a valorização da Libras e a promoção da educação bilíngue para Surdos. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos adequados, a escassez de profissionais bilíngues qualificados e a desigualdade no acesso, que dificultam a plena realização do modelo educacional proposto.

Embora tenha havido avanços importantes, como a criação das salas bilíngues e a realização de programas de formação para docentes e intérpretes, ainda existem lacunas na infraestrutura necessária para um atendimento pleno. As salas bilíngues, por exemplo, enfrentam dificuldades quanto à distribuição equitativa e à adequação dos materiais pedagógicos às necessidades específicas dos estudantes surdos. Além disso, a formação de profissionais bilíngues, apesar de estar em andamento, não tem acompanhado a demanda crescente, o que resulta em uma oferta limitada de ensino bilíngue de qualidade. Esses obstáculos indicam que, embora as políticas públicas estejam bem delineadas, a implementação completa e efetiva ainda exige esforços substanciais em várias áreas, como a formação docente, o planejamento curricular e a disponibilização de recursos adequados às práticas educacionais bilíngues.

7. VOZES E PERSPECTIVAS: DIFERENTES OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE

Este capítulo tem como objetivo responder ao segundo e terceiro objetivos específicos desta pesquisa: analisar o papel dos segmentos envolvidos na elaboração da política de educação bilíngue para Surdos no município de Recife/PE; e identificar as estratégias de educação bilíngue para Surdos voltadas para os surdos adotadas no município. A análise foi conduzida seguindo os passos propostos por Bardin (2016), permitindo uma sistematização rigorosa dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas. Esta análise tem como objetivo central examinar como as estratégias de educação bilíngue para Surdos foram adotadas no município e o papel dos diferentes segmentos na formulação e execução da política pública.

Além disso, o capítulo foi organizado de forma a apresentar as perspectivas de cinco diferentes segmentos, que desempenharam papéis cruciais na construção e no desenvolvimento da política de educação bilíngue para Surdos no município. Esses segmentos incluem:

- a) *Ex-Secretário/a de Educação (2015)*: responsável pela formulação e

implementação do decreto municipal de 2015 que instituiu as salas bilíngues.

- b) **Presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE):** representante dos interesses e demandas da comunidade surda.
- c) **Professor/a de sala regular bilíngue:** atuante desde 2015, compartilhando a experiência prática e os desafios cotidianos.
- d) **Secretário/a Executiva de Gestão Pedagógica:** com foco nas estratégias pedagógicas e no suporte à política bilíngue.
- e) **Técnico/a da Gerência de Educação Especial:** responsável pela implementação e monitoramento das políticas voltadas para a educação inclusiva.

A técnica de análise de conteúdo utilizada nesta pesquisa rege-se pelas fases descritas por Bardin (2008). A primeira etapa, denominada pré-análise, consiste na organização inicial do material, permitindo uma visão geral e a formulação de hipóteses. Em seguida, ocorre a exploração do material, que é o momento de codificação e categorização sistemática dos dados, destacando as informações relevantes. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados alcançados, são realizadas as inferências e interpretações, configurando um processo contínuo de leitura, reflexão e busca por respostas ao problema proposto. Esse método garante rigor na análise e contribui para a compreensão profunda dos dados coletados.

Com base nessa abordagem, os depoimentos foram organizados por categorias temáticas e analisados de forma a destacar as contribuições e os desafios apontados por cada entrevistado. Essa organização incluiu o gênero das entrevistas realizadas, representando segmentos fundamentais para a formulação e implementação da política de educação bilíngue para Surdos no Recife/PE. Para esclarecer essa proposta de análise, os dados foram sintetizados no Quadro 18, que apresenta as categorias analíticas que subsidiaram a avaliação dos dados desta pesquisa, permitindo uma leitura estruturada e reflexiva sobre o tema investigado.

a) Gênero dos documentos analisados

- Entrevista com o/a ex-Secretário/a de Educação (2015).
- Entrevista com o/a Presidente da ASSPE.
- Entrevista com o/a professor/a de sala regular bilíngue.
- Entrevista com o/a Secretário/a Executiva de Gestão Pedagógica.
- Entrevista com o/a Técnico/a da Gerência de Educação Especial.

Quadro 18 - Categorias analíticas.

CATTEGORIAS ANALÍTICAS		
PRÉ-ANÁLISE	HIPÓTESES	CATEGORIAS
<p>1. Formulação das hipóteses/objetivos;</p> <p>2. Escolha dos documentos;</p> <p>3. Definição das palavras-chave, ideias que se sobressaem e organização de ideias por temáticas e unidades de significados.</p>	<p>1. A legislação vigente sustenta a criação de salas bilíngues para fortalecer a inclusão dos surdos;</p> <p>2. A formação de professores e intérpretes é uma condição indispensável para a implementação da educação bilíngue para Surdos;</p> <p>3. A falta de profissionais capacitados e de recursos representa um desafio recorrente para a política educacional;</p> <p>4. A mobilização de associações e famílias é um fator determinante para avanços na inclusão.</p>	<p>1. Concepção de Educação Bilíngue para Surdos: A educação bilíngue para Surdos se estrutura no reconhecimento da Libras como L1 e do português como L2, fundamentada em legislações nacionais e municipais.</p> <p>2. Formação e Capacitação: A formação continuada de professores e intérpretes é essencial para consolidar práticas pedagógicas inclusivas e eficientes.</p> <p>3. Identidade Cultural e Linguística: A Libras, além de ferramenta pedagógica, é um elemento que fortalece a identidade e cultura dos estudantes surdos.</p> <p>4. Barreiras e Desafios na Implementação: A falta de estrutura, resistência de comunidades escolares e escassez de recursos dificultam a materialização da política de educação bilíngue para Surdos.</p> <p>5. Estratégias de Implementação: A criação de salas bilíngues e parcerias com associações e universidades são medidas que visam ampliar a oferta de educação bilíngue para Surdos.</p>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, adaptado de LINS (2024).

A entrevista com o ex-Secretário de Educação, atuante no período de lançamento do decreto municipal de criação das salas bilíngues, oferece informações detalhadas sobre o desenvolvimento e a implementação dessa política no Recife/PE. Utilizamos a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2016) para codificar, categorizar e interpretar os dados.

Quadro 19 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com o ex-Secretário de Educação.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	UNIDADE DE ANÁLISE
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - A criação das salas bilíngues foi essencial para garantir o direito linguístico dos surdos. - Inclusão significa garantir condições para o desenvolvimento integral do aluno.

	<ul style="list-style-type: none"> - As salas bilíngues respeitam a especificidade linguística e cultural dos surdos.
Processo Educacional e Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> - A formação continuada dos professores é um pilar fundamental da política bilíngue. - Adaptamos o currículo para valorizar a Libras como L1 e o português como L2. - A integração da comunidade surda no planejamento pedagógico foi um diferencial.
Libras e Identidade Cultural Surda	<ul style="list-style-type: none"> - A Libras é mais que um recurso pedagógico; é a base da identidade e cultura dos estudantes surdos. - O reconhecimento da Libras trouxe respeito e visibilidade à comunidade surda. - Proporcionar contato com a cultura surda fortalece a autoestima dos estudantes.
Desafios e Avanços na Implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Houve resistência inicial por parte de algumas famílias e professores. - A escassez de profissionais fluentes em Libras foi uma barreira inicial. - Apesar dos desafios, conseguimos ampliar as salas bilíngues em várias regiões do Recife.
Estratégias Adotadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de matrícula para todos os alunos surdos. - Alinhamento e conversa com as famílias para conscientização sobre a educação de surdos. - Formação continuada de professores atuantes nas salas bilíngues. - Localização estratégica de polos bilíngues para facilitar o acesso. - Parcerias com universidades e associações de surdos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 20 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com o ex-Secretário de Educação.

Categoria	Número de ocorrência(s)	Recorte literal
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	2	<ul style="list-style-type: none"> - "Inclusão significa garantir condições para o desenvolvimento integral do aluno." - "As salas bilíngues respeitam a especificidade linguística e cultural dos surdos."
Processo Educacional e Metodológico	2	<ul style="list-style-type: none"> - "A formação continuada dos professores é um pilar fundamental da política bilíngue." - "Adaptamos o currículo para valorizar a Libras como L1 e o português como L2."
Libras e Identidade Cultural Surda	2	<ul style="list-style-type: none"> - "A Libras é mais que um recurso pedagógico; é a base da identidade e cultura dos estudantes surdos." - "O reconhecimento da Libras trouxe respeito e visibilidade à comunidade surda."
Desafios e Avanços na Implementação	2	<ul style="list-style-type: none"> - "Houve resistência inicial por parte de algumas famílias e professores." - "Apesar dos desafios, conseguimos ampliar as salas bilíngues em várias regiões do Recife."
Estratégias Adotadas no Município	2	<ul style="list-style-type: none"> - "Garantimos a matrícula e a formação de professores bilíngues em parceria com universidades." - "Localizamos polos próximos às áreas com maior demanda."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O ex-Secretário destacou que a criação das salas bilíngues foi um marco na inclusão

educacional no Recife/PE:

(...) "As salas bilíngues não apenas garantem o direito linguístico, mas também promovem um ambiente de aprendizado que valoriza a cultura surda. Essa abordagem permite que os estudantes desenvolvam suas potencialidades em um ambiente que respeita suas especificidades linguísticas e culturais." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Essa visão está alinhada ao que Quadros (2015) define como "transformação estrutural na educação de surdos", que transcende a mera adaptação curricular para um reconhecimento efetivo dos direitos linguísticos e culturais dos estudantes surdos. A política bilíngue permitiu a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, respeitando a Libras como L1, conforme previsto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta o uso da língua de sinais na educação brasileira. Essa integração reflete um avanço significativo na superação do histórico de exclusão dos surdos no Brasil. Ainda, o ex-Secretário acrescentou:

(...) "A inclusão deve ser vista como uma garantia de desenvolvimento integral, e não apenas como uma adequação à estrutura escolar. Nossa objetivo era assegurar que todos os estudantes, especialmente os surdos, se sentissem pertencentes ao espaço educacional." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Essa perspectiva amplia o conceito de inclusão ao conectar as práticas educacionais com os princípios de equidade e valorização cultural.

No que tange ao processo educacional e metodológico, a entrevista evidenciou a importância da formação continuada dos professores como um dos pilares da política. O ex-Secretário enfatizou:

(...) "Sem professores qualificados, não há como sustentar uma política bilíngue de qualidade. Investimos na formação docente para assegurar que a Libras fosse ensinada como L1 e que os professores compreendessem as especificidades do ensino bilíngue." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

De acordo com Moraes (2015), a capacitação docente é essencial para garantir práticas bilíngues de qualidade, evitando que a Libras seja tratada apenas como um recurso complementar. Essa preocupação também dialoga com Karnopp (2013), que reforça a necessidade de incluir a formação bilíngue nos currículos de pedagogia e licenciatura.

Outro ponto destacado pelo ex-Secretário foi a adaptação curricular. Ele declarou:

(...) "Revisamos o currículo para integrar metodologias que valorizassem a identidade surda, garantindo que a Libras fosse o eixo central do aprendizado. Essa integração trouxe resultados expressivos em termos de engajamento dos alunos surdos." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Essa abordagem reflete a relevância de alinhar práticas pedagógicas às

especificidades culturais e linguísticas dos estudantes surdos, promovendo um ambiente de aprendizado significativo. Por outro lado, o ex-Secretário reforçou que:

(...) "A Libras é mais do que uma língua; é o alicerce da identidade cultural surda. Quando reconhecemos isso, fortalecemos a autoestima e o sentimento de pertencimento dos alunos." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Essa perspectiva dialoga com Lacerda (1998), que afirma que o bilinguismo deve ser visto como uma prática pedagógica que promove a autoestima e o pertencimento cultural dos surdos. Além disso, ele acrescentou:

(...) "Oferecer contato com a cultura surda dentro das escolas é um ato de respeito e valorização da diversidade. Isso possibilita que os alunos se conectem com sua identidade em um espaço que os acolhe plenamente." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Sob outro viés, entre os desafios destacados, a escassez de professores fluentes em Libras foi um obstáculo significativo. A esse respeito, o entrevistado afirmou que:

(...) "Encontrar profissionais qualificados foi um dos maiores desafios iniciais. Tivemos que investir muito na formação de docentes e no incentivo para que mais professores aprendessem a Libras." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Esse problema é amplamente documentado na literatura, como apontado por Skliar (2015), que identifica a formação docente como um dos gargalos na educação bilíngue para Surdos. Apesar disso, ele destacou avanços:

(...) "Conseguimos superar as resistências iniciais e ampliar o número de salas bilíngues, alcançando regiões antes não atendidas. Hoje, temos uma rede mais preparada para incluir os estudantes surdos." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Os resultados da implementação incluem a ampliação do número de salas bilíngues e o fortalecimento da inclusão dos surdos na rede pública de ensino. Segundo o ex-Secretário:

(...) "O decreto de 2015 transformou a política bilíngue em uma ação contínua, garantindo que mesmo após mudanças de gestão, a estrutura das salas bilíngues fosse preservada. Isso é essencial para assegurar o direito dos estudantes surdos à educação de qualidade." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Essa institucionalização da política reflete o que Quadros (2015) descreve como a "perenidade de ações inclusivas", que precisam transcender a lógica de projetos temporários para se tornarem políticas de Estado. Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei

nº 13.146/2015) reforça que ações de inclusão educacional, como as descritas pelo ex-Secretário, não são apenas iniciativas desejáveis, mas obrigações legais dos municípios.

Outro impacto significativo relatado pelo ex-Secretário foi a maior visibilidade da educação bilíngue para Surdos nas discussões públicas. Ele afirmou:

(...) "A criação das salas bilíngues trouxe uma nova perspectiva sobre o potencial dos estudantes surdos. Hoje, há um reconhecimento muito maior das contribuições dessa comunidade para a sociedade em geral." (ENTREVISTA DO EX-SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024).

Esse reconhecimento dialoga com a ideia de "empoderamento linguístico" descrita por Karnopp (2013), que destaca como a promoção da Libras como L1 eleva a percepção social sobre os surdos, contribuindo para a redução do preconceito e do capacitismo.

A entrevista com o ex-Secretário de Educação revelou importantes avanços na política de educação bilíngue para surdos em Recife/PE, destacando a criação das salas bilíngues como uma iniciativa essencial para garantir os direitos linguísticos dessa comunidade. Essas salas se tornaram um marco ao promover um espaço de ensino que respeita as especificidades culturais e linguísticas dos estudantes surdos, utilizando a Libras como língua principal (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). No entanto, ainda há desafios relacionados à expansão dessas salas para regiões menos atendidas do município, evidenciando a necessidade de uma maior equidade no acesso.

A formação continuada de professores foi apontada como um dos pilares da política bilíngue. Apesar das iniciativas para capacitar profissionais em Libras, a demanda por professores bilíngues ainda supera a oferta disponível. O ex-Secretário destacou o esforço em ampliar a qualificação docente, mas reconheceu que os cursos existentes precisam ser mais abrangentes e acessíveis. Sem profissionais capacitados, a educação bilíngue para Surdos enfrenta limitações no atendimento às necessidades dos estudantes, sendo urgente o fortalecimento de parcerias com instituições de ensino superior e a criação de programas formativos de longo prazo.

Outro ponto fundamental foi a adaptação curricular para integrar metodologias que valorizassem a Libras e a identidade cultural surda. Essa abordagem permitiu avanços no engajamento dos alunos e no reconhecimento de sua cultura dentro das escolas. Contudo, a falta de materiais pedagógicos específicos, como livros em Libras e tecnologias assistivas, ainda representa um obstáculo significativo. Investir na produção e distribuição desses recursos é essencial para potencializar o aprendizado dos estudantes e garantir a efetividade das práticas bilíngues.

A valorização da cultura surda dentro do ambiente escolar foi outro destaque da análise. Proporcionar contato com a cultura surda fortalece a autoestima dos alunos e contribui para que se sintam parte integrante da comunidade escolar. Além disso, a presença da Libras como língua de instrução nas salas bilíngues promove uma mudança de perspectiva, evidenciando o papel dessa língua não apenas como um recurso pedagógico, mas como um elemento central da identidade dos estudantes surdos.

A institucionalização das salas bilíngues no Recife/PE também foi reconhecida como um avanço significativo. Essa medida garantiu a continuidade das ações inclusivas, mesmo com mudanças nas gestões municipais. No entanto, o monitoramento e a avaliação das práticas educacionais ainda precisam ser aprimorados para que sejam feitos ajustes e melhorias de forma mais ágil e eficiente. Além disso, a ampliação de infraestrutura e a distribuição mais equilibrada das salas bilíngues continuam sendo desafios que demandam atenção.

Por fim, a análise mostrou que, apesar dos avanços na educação bilíngue para surdos, ainda há um longo caminho a percorrer. A formação de profissionais, a produção de recursos pedagógicos e a adaptação curricular são áreas que precisam de investimentos consistentes para garantir que as políticas educacionais alcancem seu potencial máximo. A educação bilíngue para Surdos em Recife/PE, embora bem estruturada em termos legais, só será efetiva quando todas as barreiras forem superadas, permitindo que os estudantes surdos tenham acesso pleno a uma educação de qualidade, inclusiva e que valorize sua identidade.

Dando sequência às análises realizadas neste capítulo, a próxima etapa traz a perspectiva da presidente da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE), uma liderança fundamental para compreender os impactos e desafios das políticas de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. Sua experiência e atuação direta na defesa dos direitos da comunidade surda oferecem uma visão complementar à apresentada pelo ex-Secretário de Educação, ampliando o debate sobre a inclusão e o acesso à educação bilíngue para Surdos. Essa entrevista é mais uma voz que representa as vivências, demandas e expectativas da comunidade surda, sendo indispensável para avaliar como essas políticas se refletem na prática e quais lacunas ainda precisam ser enfrentadas.

A continuidade desta análise busca aprofundar os avanços e desafios relacionados à educação bilíngue de surdos no Recife/PE, agora a partir da perspectiva da Associação de Surdos de Pernambuco (ASSPE). Na entrevista anterior, com o ex-secretário de Educação do Recife/PE, abordamos a implementação do decreto de 2015 e a criação das salas

bilíngues, essenciais para garantir direitos linguísticos e culturais. Neste novo olhar, investigamos as contribuições da ASSPE, destacando sua atuação estratégica e representatividade para a comunidade surda.

Quadro 21 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Presidente da ASSPE.

Categorias de análise	Unidade de análise
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - As escolas bilíngues representam um avanço histórico, mas a inclusão depende de maior clareza nas políticas. - A presidente destacou que a educação bilíngue é indispensável para garantir a autonomia e inclusão dos surdos. - As escolas bilíngues foram descritas como resultado de um longo processo de luta por direitos linguísticos. - Não houve um posicionamento detalhado sobre o conceito de inclusão no contexto educacional.
Processo Educacional e Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> - Há uma necessidade urgente de formação continuada para garantir a qualidade do ensino bilíngue. - Foram mencionados esforços da ASSPE para assegurar intérpretes nas escolas, mas há falta de detalhamento sobre práticas pedagógicas. - Reconhece-se a necessidade de maior formação para professores e intérpretes bilíngues. - Não houve um posicionamento direto sobre adaptações curriculares específicas.
Libras e Identidade Cultural Surda	<ul style="list-style-type: none"> - A presidente enfatizou que a Libras deve ser tratada como língua principal e não apenas como ferramenta de ensino. - Houve destaque para a valorização da cultura surda por meio de eventos promovidos pela ASSPE. - O fortalecimento da identidade surda nas escolas foi citado como uma das principais contribuições da educação bilíngue.
Desafios e Avanços na Implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Ressaltou-se o longo período de resistência até o reconhecimento das salas bilíngues pela gestão pública. - Há menção à dificuldade de ampliar o número de professores bilíngues e intérpretes qualificados. - Apesar dos avanços, a falta de diálogo mais efetivo com a prefeitura é apontada como um desafio constante.
Estratégias Adotadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentos como passeatas e envio de ofícios à secretaria de educação foram citados como ações recorrentes. - A associação busca parcerias para fortalecer o ensino bilíngue, mas há limitações financeiras e estruturais. - Estratégias como reuniões com famílias e conscientização sobre direitos linguísticos foram mencionadas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 22 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Presidente da ASSPE.

Categoria	Número de ocorrência(s)	Recorte literal
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	2	<ul style="list-style-type: none"> - "As escolas bilíngues são frutos de uma luta de mais de 30 anos." - "A educação bilíngue não é uma escolha, é uma necessidade para a comunidade surda."
Processo Educacional e Metodológico	2	<ul style="list-style-type: none"> - "Lutamos pela formação de mais intérpretes e professores bilíngues, mas ainda temos muito a avançar." - "Sem intérpretes qualificados, o ensino bilíngue não se sustenta."
Libras e Identidade Cultural Surda	3	<ul style="list-style-type: none"> - "A Libras é a nossa língua materna e deve ser tratada como tal." - "Eventos culturais são fundamentais para fortalecer a identidade surda." - "Educar em Libras é educar para o empoderamento."
Desafios e Avanços na Implementação	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Ainda enfrentamos resistência, mas as salas bilíngues são um marco." - "A escassez de profissionais qualificados dificulta a expansão das salas bilíngues." - "O diálogo com a prefeitura precisa melhorar para avançarmos mais."
Estratégias Adotadas no Município	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Passeatas e ofícios são nossas ferramentas de luta." - "Reuniões com famílias ajudam a fortalecer o entendimento sobre direitos." - "A parceria com órgãos públicos é essencial, mas ainda limitada."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A presidente da ASSPE enfatizou que o trabalho pela educação bilíngue para Surdos é contínuo e cheio de desafios, mas também de vitórias:

(...)"A educação bilíngue é o nosso maior legado. Sem ela, a inclusão fica só no papel. Ainda temos muito a conquistar, mas cada avanço é um passo para a verdadeira igualdade." (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa fala ecoa os estudos de Quadros (2015), que enfatizam que a inclusão plena só é possível quando as especificidades linguísticas e culturais dos surdos são respeitadas. Moura (2000) também destaca a importância do diálogo entre associações e o poder público para consolidar políticas efetivas. Conforme a análise realizada, percebe-se que a atuação da ASSPE é um exemplo de resistência e inovação, destacando-se como um agente fundamental na luta pela educação bilíngue para Surdos no Recife/PE.

Ao refletir sobre os desafios enfrentados pela ASSPE, Quadros (2015) aponta que a efetivação de políticas públicas para surdos requer mobilizações constantes. Esse movimento

é visível na atuação da ASSPE, que, por meio de passeatas, reuniões e diálogos com a secretaria de educação, tem buscado garantir que as salas bilíngues sejam espaços de real inclusão e aprendizado.

Além disso, Moura (2000) destaca que associações como a ASSPE desempenham um papel crucial na articulação entre a comunidade surda e os gestores públicos. Essa mediação é essencial para superar resistências culturais e políticas, como observado nas falas da presidente. Segundo ela:

(...)"Mesmo após o decreto, precisamos continuar lutando para que as políticas se tornem reais no dia a dia das escolas." (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Esse posicionamento reflete a análise de Karnopp (2013), que sugere que a implementação de políticas bilíngues só é efetiva quando há diálogo constante entre educadores, gestores e a comunidade surda. Por outro lado, Skliar (1998) alerta para os riscos de políticas que, apesar de bem intencionadas, não levam em conta as demandas específicas dos surdos, algo que a ASSPE tenta combaterativamente.

Ademais, as observações da presidente reforçam a análise de Lacerda (2010), que discute a importância de investimentos em formação docente para evitar que a educação bilíngue para Surdos se torne apenas uma adaptação superficial. Nesse contexto, o relato sobre a necessidade de mais intérpretes e professores bilíngues capacitados demonstra como o desafio de estruturar um sistema educacional eficiente está longe de ser superado. A presidente declarou:

(...) "A formação precisa ser contínua e voltada para as realidades da sala de aula. Não adianta formar intérpretes se eles não entendem o contexto educacional." (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa preocupação também é abordada por Karnopp (2013), que destaca que a formação de professores e intérpretes deve incluir práticas que integrem a Libras como uma ferramenta pedagógica e cultural, permitindo que os estudantes surdos vejam nela uma extensão de sua identidade.

(...) "É essencial que a Libras seja ensinada não apenas como um meio de comunicação, mas como a base de toda a construção identitária dos estudantes surdos." (QUADROS, 2015).

Outro aspecto levantado pela ASSPE foi a falta de continuidade nas políticas educacionais bilíngues, que muitas vezes são interrompidas devido a mudanças

administrativas. Essa questão é ressaltada por Moura (2000):

(...) "A interrupção de políticas públicas voltadas para a educação de surdos prejudica a construção de uma identidade educacional sólida, gerando retrocessos para a comunidade." (MOURA, 2000).

A atuação da ASSPE como mediadora entre a comunidade surda e os órgãos públicos evidencia-se no relato da presidente ao falar sobre a persistência necessária para conquistar avanços, mesmo após décadas de luta. Ela pontua:

(...)"A gente tem esse direito de dar esses ofícios, é uma responsabilidade nossa. O problema é na conversação, nos ofícios que são mandados para a secretaria, nas reuniões que são feitas, e a gente sempre tem que lutar para que eles escutem o que precisamos. É um pouco difícil, mas a gente não desiste" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa fala reflete a análise de Moura (2000) sobre os desafios do reconhecimento efetivo da comunidade surda, destacando que políticas públicas inclusivas só são possíveis por meio de ações contínuas de mobilização e diálogo estruturado.

Ao abordar a resistência cultural e política enfrentada na implementação de políticas bilíngues, a entrevistada compartilha um relato direto sobre as dificuldades de aceitação:

(...)"Teve alguns votos que não aceitaram essa inclusão bilíngue, foi um problema. Mas a gente continua lutando para que as salas bilíngues funcionem, porque é um direito nosso e das crianças surdas também" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Esse posicionamento dialoga com Skliar (1998), que critica o modelo educacional majoritário, onde os direitos das minorias linguísticas frequentemente são negligenciados em prol de práticas centralizadas na língua oral. A resistência mencionada reforça a urgência de políticas que considerem as demandas específicas da comunidade surda.

A luta da ASSPE por acessibilidade em outros contextos além da educação, como a área da saúde, reforça a complexidade das demandas da comunidade surda. A presidente expõe uma situação emblemática:

(...)"Por causa de comunicação, muitos surdos morreram, chegaram a falecer nos hospitais. Isso porque não tinha intérprete para traduzir o que eles estavam sentindo, o que precisavam. Agora, depois de 30 anos, a gente conseguiu um pouco mais de apoio, mas ainda não é o suficiente" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa realidade evidencia o que Fernandes (2003) chama de “barreiras sistêmicas”, que vão além da educação e alcançam todos os aspectos da vida dos surdos. A inclusão, nesse

sentido, deve ser compreendida de forma holística, promovendo a acessibilidade linguística em todas as esferas sociais. Paralelamente, a presidente da ASSPE destacou o papel das políticas municipais na transformação das escolas, mas denuncia a ausência de infraestrutura adequada:

(...)"As salas bilíngues começaram, mas o problema é a falta de material, de formação para os professores e de recursos próprios para atender as crianças. A inclusão precisa de mais do que só uma sala, precisa de estrutura e preparo" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa crítica alinha-se com a análise de Karnopp (2013), que enfatiza que a implementação de políticas bilíngues deve vir acompanhada de investimentos concretos. A infraestrutura física e pedagógica é indispensável para que o direito à educação bilíngue para Surdos se efetive de maneira significativa e não se torne uma medida superficial.

A necessidade de mobilização contínua e a resistência da ASSPE frente aos desafios emergem na fala da presidente, que conclui com um apelo claro:

(...)"É preciso que a gente permaneça firme, porque sem a nossa voz, os surdos continuam esquecidos. A luta é grande, mas só com ela é que conseguimos avançar, mesmo que aos poucos" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa declaração se conecta com Quadros (2015), que aponta a mobilização social como um elemento indispensável para o avanço das políticas públicas educacionais. Além disso, Sassaki (1997) complementa ao afirmar que a resistência das associações e da comunidade é o que garante que as demandas específicas dos surdos sejam reconhecidas e transformadas em ações concretas.

A análise das estratégias mencionadas pela presidente da ASSPE revela uma convergência com a perspectiva de Skliar (1998), que defende o bilinguismo como um ato político. Essa visão amplia o entendimento de que a educação bilíngue para Surdos transcende o âmbito pedagógico, alcançando uma dimensão cultural e social. Nesse sentido, as ações contínuas da ASSPE reforçam a luta pelo reconhecimento da identidade surda.

Em suas palavras, a presidente destacou que "a resistência ao bilinguismo não é só institucional, mas cultural. Precisamos mostrar que Libras é tão essencial quanto o português" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Essa perspectiva corrobora a visão de que o bilinguismo não pode ser dissociado da luta pelos direitos linguísticos e culturais da comunidade surda.

Outro aspecto enfatizado na entrevista foi a necessidade de ampliar a presença de

professores surdos nas salas bilíngues. Segundo Quadros (2015), a presença de professores surdos é fundamental não apenas para o fortalecimento do ensino da Libras, mas também para a valorização da identidade surda. Para a presidente, "ter professores surdos em sala é essencial. Eles não apenas ensinam, mas inspiram" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa declaração enfatiza a importância de considerar o professor surdo como um modelo linguístico e cultural para os estudantes, promovendo uma conexão mais significativa com os alunos surdos. Além disso, evidencia o potencial transformador dessa prática no ambiente educacional.

A formação continuada também foi apontada como um elemento central para o fortalecimento do bilinguismo. Sasaki (2005) argumenta que a formação deve ser dinâmica e constante, integrando práticas pedagógicas que respeitem as especificidades linguísticas dos surdos. Em consonância, a presidente afirmou que "a formação é um processo contínuo. Não podemos parar de aprender e de adaptar nossas práticas" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024).

Essa colocação reforça a necessidade de criar políticas que garantam a capacitação permanente de educadores, assegurando que estejam preparados para lidar com os desafios específicos da educação bilíngue para Surdos. A ASSPE, nesse contexto, atua como um agente articulador, promovendo iniciativas que priorizam a qualificação dos profissionais da área.

Outro ponto relevante abordado na entrevista foi o papel da associação em combater a resistência cultural ao bilinguismo. Para Skliar (1998), essa resistência está profundamente enraizada em práticas históricas que negligenciam o valor das línguas de sinais. As ações da ASSPE buscam reverter esse quadro, demonstrando a relevância da Libras como parte essencial da educação bilíngue para Surdos.

Além disso, as ações da ASSPE também visam influenciar a formulação de políticas públicas que atendam às demandas da comunidade surda. Essa atuação multifacetada envolve tanto a luta por condições estruturais adequadas quanto a sensibilização cultural para o respeito à diversidade linguística.

A entrevista também evidencia os avanços obtidos pela ASSPE no âmbito educacional e social: "Na saúde e na educação, agora temos intérpretes em algumas áreas, mas o problema é a quantidade insuficiente" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Essa fala reflete a análise de

Quadros (2011), que considera a institucionalização da Libras como uma medida fundamental para ampliar a acessibilidade linguística e garantir os direitos básicos da comunidade surda. Contudo, como destaca Karnopp (2013), políticas efetivas devem ir além do papel e serem acompanhadas por recursos suficientes.

Ao relatar as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda, a presidente destaca: "Por causa de comunicação, muitos sofreram, até mesmo em hospitais. A gente luta para que isso mude" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Essa afirmação dialoga com Fernandes (2003), que discute como a falta de acessibilidade linguística em serviços públicos gera exclusão e viola direitos fundamentais. Nesse cenário, a luta da ASSPE se configura como um exemplo de resistência em busca de inclusão plena.

A entrevistada também ressalta o impacto positivo das salas bilíngues no Recife/PE, apesar das limitações: "Aqui em Recife já temos um ponto positivo, porque conseguimos criar salas bilíngues, mesmo que ainda faltam recursos" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Essa afirmação reforça a análise de Sasaki (1997), que vê o bilinguismo como um marco para a inclusão educacional, desde que acompanhado de investimentos estruturais e formação especializada.

O relato da presidente acerca das parcerias com a prefeitura aponta avanços significativos, mas também desafios contínuos: "A prefeitura ajuda com algumas verbas, mas ainda é pouco para o que precisamos" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Esse posicionamento reflete a análise crítica de Moura (2000), que enfatiza a necessidade de políticas públicas intersetoriais, capazes de garantir não apenas recursos financeiros, mas também ações planejadas e de longo prazo.

Por fim, a entrevista revela a importância de iniciativas que promovam a valorização da Libras como primeira língua: "A Libras precisa ser respeitada, é a nossa língua natural. Só assim podemos ter uma educação de qualidade" (ENTREVISTA DA PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DE PERNAMBUCO, 2024). Esse ponto dialoga com Quadros (2011), que destaca a centralidade da Língua Brasileira de Sinais na construção de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas. Para Skliar (1998), a valorização da Libras é um ato político que reconhece a identidade e a cultura da comunidade surda.

Esses esforços apontam para a necessidade de uma maior articulação entre sociedade civil, poder público e instituições educacionais, com vistas ao fortalecimento de uma

educação que respeite as especificidades e direitos da comunidade surda. Assim, a atuação da ASSPE se destaca como um exemplo de resistência e construção coletiva na busca por uma educação inclusiva. Desse modo, as análises realizadas demonstram que o trabalho da ASSPE é essencial para a promoção do bilinguismo em Recife/PE. Ao abordar questões estruturais e culturais, a associação tem fortalecido a luta pela educação bilíngue para Surdos, promovendo mudanças que impactam diretamente a vida dos surdos.

Dando continuidade à análise dos impactos das políticas de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE, o próximo passo é explorar a perspectiva da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica, órgão essencial para a implementação das diretrizes pedagógicas na rede de ensino. A função dessa secretaria é coordenar as ações que visam garantir a qualidade e equidade no ensino, supervisionando as gerências vinculadas e propondo estratégias pedagógicas para alcançar as metas estabelecidas. Essa visão institucional agrega uma nova dimensão ao entendimento das políticas educacionais, complementando as experiências vividas pela comunidade surda, representada pela presidente da ASSPE.

Agora, a análise irá aprofundar os avanços e desafios da educação bilíngue para Surdos no Recife/PE, a partir da perspectiva de um setor chave na Secretaria de Educação. Enquanto a entrevista com a presidente da ASSPE destacou a atuação da comunidade surda e a importância da luta contínua por direitos, a entrevista com a Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica foca nas estratégias e metas do governo para assegurar a implementação dessas políticas na rede pública de ensino. A conexão entre essas duas perspectivas permite uma compreensão mais ampla sobre como as ações institucionais se alinham e interagem com as demandas da comunidade surda, ampliando o debate sobre inclusão e acessibilidade educacional.

Quadro 23 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica.

Categorias de análise	Unidade de análise
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão como responsabilidade coletiva da sociedade e não apenas do setor educacional; compromisso com uma escola inclusiva. - Desafios estruturais para garantir salas bilíngues e formação de professores capacitados em Libras. - Importância da acessibilidade através de intérpretes em diferentes espaços, incluindo os anos finais do ensino fundamental. - Papel das leis municipais e diretrizes nacionais no suporte à educação bilíngue como modalidade inclusiva independente.
Processo Educacional e Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de formação inicial robusta que

	<p>capacite professores para ensinar diretamente em Libras.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de parcerias com universidades para promover cursos de alfabetização bilíngue focados na prática pedagógica. - Utilização de eletivas como estratégia para disseminar o aprendizado de Libras entre estudantes ouvintes. - Investimento em capacitação continuada de educadores para lidar com as especificidades de alunos surdos em diferentes áreas.
Libras e Identidade Cultural Surda	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da Libras como parte essencial da identidade e cultura surda, além de ferramenta pedagógica. - Promover eventos culturais para valorizar e integrar a comunidade surda à cultura escolar. - Inclusão de profissionais que dominem Libras em diversas funções na escola para ampliar o diálogo com alunos surdos. - Importância da integração entre alunos surdos e ouvintes como elemento central da verdadeira inclusão escolar.
Desafios e Avanços na Implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Formação insuficiente de professores bilíngues para atender às demandas das salas bilíngues nos anos finais. - Manutenção de salas bilíngues como espaços estruturados apesar das adversidades logísticas e financeiras. - Legislação nacional como base, mas necessidade de adaptações locais para atender à realidade do Recife. - Uso de intérpretes como solução temporária, mas que reforça a urgência de formação de profissionais bilíngues completos.
Estratégias Adotadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de cursos de Libras para professores e estudantes como parte das atividades regulares da rede. - Colaborações com instituições especializadas e universidades para formação e suporte pedagógico. - Organização de atividades esportivas e culturais voltadas à inclusão de alunos surdos em toda a comunidade escolar. - Expansão da consciência sobre direitos linguísticos através de eventos e oficinas na rede de ensino municipal.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 24 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica.

Categoria	Número de ocorrência(s)	Recorte literal
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	3	<ul style="list-style-type: none"> - "A inclusão é uma questão social, não é de um setor ou de outro; é para todos." - "Recife assumiu as salas bilíngues, mas os desafios são enormes." - "Temos grandes lacunas na formação de profissionais bilíngues."

Processo Educacional e Metodológico	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Fizemos parcerias com universidades para formar profissionais na alfabetização de surdos." - "Eletivas de Libras promovem o diálogo entre estudantes surdos e seus pares." - "Formar professores que ensinem em Libras é essencial, mais do que apenas tradutores."
Libras e Identidade Cultural Surda	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Libras não é uma ferramenta; é central para a integração e o empoderamento da comunidade surda." - "Atividades culturais fortalecem o pertencimento e a identidade dos estudantes surdos." - "A valorização de Libras vai além das salas bilíngues; é parte do ambiente escolar."
Desafios e Avanços na Implementação	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Nos anos finais, tivemos que recorrer a intérpretes devido à falta de professores que dominem Libras." - "Estamos iniciando um curso de alfabetização em Libras com apoio universitário." - "Precisamos de mais apoio legal para estruturar melhor o ensino bilíngue."
Estratégias Adotadas no Município	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Levamos o ensino de Libras para toda a comunidade escolar, não só para os surdos." - "Iniciativas culturais e esportivas têm ampliado a inclusão na rede de ensino." - "A colaboração com organizações e instituições foi crucial para avançar."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Tratar a inclusão educacional como uma questão ampla e social é fundamental. Como afirmado pela gestora, “a inclusão é uma questão social, não é uma questão pontual de um setor ou de outro”(ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024). Essa perspectiva encontra respaldo em Moura (2000), que defende que a inclusão só será alcançada com a participação ativa de toda a sociedade, em especial das redes educacionais.

No entanto, há desafios significativos. A dificuldade de formar professores bilíngues para os anos finais do ensino fundamental exemplifica a fragilidade estrutural. Segundo a gestora:

(...)“Nos anos finais, eu tive que botar intérprete porque não tinha mais ninguém que dominasse Libras. Fizemos seleção, mas não tivemos candidatos. Resultado: tive que adaptar a estrutura com intérpretes.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Esse quadro reflete um problema apontado por Quadros (2015), que destaca a necessidade de políticas consistentes de formação e valorização de profissionais bilíngues para garantir a qualidade educacional. É essencial que o planejamento estratégico inclua incentivos financeiros e acadêmicos para atrair profissionais com expertise em Libras, criando condições favoráveis para sua atuação.

Ademais, o decreto municipal nº 2857, que institui as salas bilíngues na rede municipal, embora represente um marco, ainda encontra desafios de implementação. Conforme Moura (2000), “a interrupção de políticas públicas voltadas para a educação de surdos prejudica a construção de uma identidade educacional sólida” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Uma abordagem mais articulada entre diferentes setores, como saúde e cultura, poderia ampliar a abrangência das iniciativas bilíngues e fortalecer os direitos dos estudantes surdos. Somado a isso, a formação de professores surge como uma prioridade para assegurar o sucesso das salas bilíngues. A entrevistada ressalta:

(...)“A formação inicial não prepara suficientemente os professores para o trabalho bilíngue. Precisamos de parcerias mais consistentes com as universidades para atender às demandas da rede.”(ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa carência reforça a necessidade de colaborações interinstitucionais. Segundo Karnopp (2013), a formação docente deve incluir práticas que integram a Libras não apenas como ferramenta comunicativa, mas como base do processo pedagógico. A proposta de incluir formações específicas para o ensino bilíngue em currículos universitários é um caminho promissor que exige maior articulação entre o poder público e as instituições de ensino superior.

Iniciativas como eletivas de Libras e cursos de alfabetização bilíngue têm se mostrado eficazes para promover a interação inclusiva. A gestora exemplifica:

(...)“Hoje, em algumas escolas, os alunos ouvintes conseguem se comunicar em Libras. Esse diálogo amplia a inclusão e cria um ambiente mais acolhedor.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

No entanto, a falta de continuidade nas políticas educacionais ainda compromete a expansão dessas iniciativas, um ponto também levantado por Skliar (1998). Essa questão requer não apenas recursos financeiros, mas também um compromisso político de longo prazo que assegure a sustentabilidade das ações implementadas. Ainda nessa linha de raciocínio, a gestora afirma que:

(...)“É essencial que a Libras seja ensinada não apenas como um meio de comunicação, mas como a base de toda a construção identitária dos estudantes surdos.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa visão encontra eco em Quadros (2015), que defende a valorização da Libras como pilar cultural e pedagógico. Eventos culturais e esportivos que integram alunos surdos

e ouvintes também foram destacados como mecanismos eficazes para fortalecer o pertencimento e a inclusão. Contudo, a integração entre comunidades surdas e ouvintes ainda enfrenta barreiras, como a escassez de profissionais habilitados e a resistência cultural em alguns contextos escolares.

Embora avanços tenham sido alcançados, como a ampliação das salas bilíngues e a formação de coordenadores bilíngues, os desafios ainda são expressivos. A gestora explica:

(...)“Fizemos um curso em parceria com a Universidade Federal, mas ainda não é suficiente. Precisamos de mais apoio para ampliar as formações e atingir um número maior de profissionais capacitados.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Esse ponto também é ressaltado por Lacerda (2010), que destaca a formação docente como um dos pilares para a consolidação de uma educação bilíngue para Surdos eficiente. A criação de um banco de dados sobre a demanda por professores bilíngues e a oferta de cursos de especialização são caminhos apontados como fundamentais para superar essas dificuldades.

Sendo assim, nota-se que o município tem investido em estratégias que visam expandir o acesso à educação bilíngue para Surdos. Entre as iniciativas, destacam-se os cursos de Libras para professores e estudantes, bem como as eletivas que promovem o diálogo entre alunos surdos e ouvintes.

(...)“Os estudantes surdos não deixam de participar de nada na rede. Levamos intérpretes e garantimos que estejam presentes em todas as atividades”, afirma a gestora.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Embora a presença de intérpretes seja um avanço significativo no processo de inclusão, é importante ressaltar que a inclusão plena vai além da simples disponibilização desse recurso. Como destaca Quadros (2015), o conceito de educação bilíngue para Surdos pressupõe não apenas a tradução de informações, mas também a construção de um ambiente educacional onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa sejam tratadas de forma equitativa e complementares, valorizando as especificidades culturais e linguísticas da comunidade surda.

Nesse sentido, é fundamental que a escola implemente práticas pedagógicas que promovam o protagonismo dos estudantes surdos, considerando suas necessidades em todas as etapas do planejamento e execução das atividades. A articulação com outras secretarias, como a de Esportes, pode potencializar as iniciativas, mas é imprescindível garantir que esses

projetos sejam pensados de forma a contemplar a acessibilidade e a inclusão em sentido amplo, permitindo que alunos surdos não apenas “participem”, mas se sintam efetivamente integrados e respeitados em suas singularidades. Afinal, a verdadeira inclusão não se limita à presença física ou ao suporte de intérpretes, mas exige uma transformação estrutural e cultural que envolva todos os agentes da comunidade escolar.

Sob essa ótica, é importante destacar que a análise das políticas públicas de inclusão destaca a importância de uma gestão comprometida com ações que realmente atendam às necessidades da comunidade surda. Como aponta a gestora, “as estratégias devem ser pensadas levando em conta as particularidades locais, evitando soluções genéricas que não refletem a realidade das escolas”. Esse argumento está em sintonia com o que Skliar (1998) observa, ao alertar sobre os perigos de políticas que ignoram as especificidades culturais, o que pode comprometer a efetividade das ações e a verdadeira inclusão.

Além disso, a integração dos alunos surdos com seus pares ouvintes é apontada como essencial para o sucesso das iniciativas inclusivas. “A verdadeira inclusão ocorre quando os alunos surdos participamativamente de todas as atividades escolares, sem restrições”(ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024), afirma a gestora. Quadros (2015) complementa ao destacar que essa interação fortalece a identidade dos estudantes surdos e promove a compreensão mútua.

Os desafios enfrentados na implementação das salas bilíngues também refletem limitações na formação inicial dos professores. Conforme relata a gestora:

(...)“É necessário repensar o currículo das licenciaturas para incluir conteúdos voltados à educação bilíngue desde o início da formação acadêmica.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa visão está alinhada com Lacerda (2010), que defende uma reformulação curricular para atender às demandas da educação inclusiva. Por outro lado, os esforços para garantir a presença de intérpretes nas escolas são considerados um avanço importante. No entanto, como enfatiza a entrevistada:

(...)“O intérprete é uma solução temporária; o ideal é que os professores dominem Libras para realizar o trabalho pedagógico diretamente com os alunos.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa abordagem destaca a necessidade de priorizar a formação de professores bilíngues, conforme apontado por Karnopp (2013). Outro aspecto relevante é a valorização

da Libras como componente curricular obrigatório para todos os estudantes, ouvintes e surdos. “Aprender Libras é um direito dos estudantes surdos e uma oportunidade para os ouvintes compreenderem a diversidade linguística”, diz a gestora. Moura (2000) corrobora ao afirmar que a inclusão plena só é possível quando há um reconhecimento amplo das línguas de sinais como parte integrante da cultura escolar.

A inclusão também demanda investimentos em infraestrutura adequada. A gestora ressalta:

(...)“As salas bilíngues precisam de materiais específicos e equipamentos que favoreçam o aprendizado dos estudantes surdos.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa questão é amplamente discutida por Quadros (2015), que aponta a carência de recursos como um dos principais entraves à efetividade das políticas públicas. Do ponto de vista cultural, a promoção de eventos que celebrem a identidade surda é vista como uma ferramenta poderosa para fortalecer o pertencimento dos alunos. “Os festivais culturais e as atividades esportivas são espaços onde os estudantes surdos podem se sentir plenamente acolhidos e valorizados” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024), destaca a gestora. Essa estratégia se alinha às recomendações de Karnopp (2013) sobre a integração de práticas culturais no cotidiano escolar.

Outro desafio citado é a resistência de algumas comunidades escolares em aceitar as mudanças propostas pelas políticas bilíngues. A entrevistada relata:

(...)“Há uma necessidade urgente de conscientização sobre a importância da inclusão e dos direitos dos estudantes surdos, não apenas no âmbito educacional, mas também no contexto social e cultural. (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa resistência cultural é um problema histórico apontado por Skliar (1998), que reforça a importância de ações educativas voltadas para toda a comunidade. Em relação ao apoio institucional, a colaboração com universidades tem gerado resultados positivos. “Os cursos de formação continuada em parceria com a Universidade Federal têm sido fundamentais para capacitar nossos professores” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024), afirma a gestora. Lacerda (2010) destaca que parcerias desse tipo são indispensáveis para fortalecer as práticas inclusivas.

A gestora também salienta a necessidade de criar redes de apoio entre escolas que possuem salas bilíngues. “Compartilhar experiências entre as unidades escolares pode ajudar

a superar desafios comuns e aprimorar as práticas”, diz ela. Moura (2000) sugere que essas redes contribuem para uma maior coesão na implementação das políticas.

Outro ponto crítico é a falta de continuidade nas ações de inclusão devido a mudanças nas gestões administrativas. A entrevistada lamenta:

(...)“A descontinuidade de projetos é uma das maiores barreiras que precisamos superar para garantir avanços consistentes e duradouros. Quando as iniciativas são interrompidas ou descontinuadas sem a devida continuidade, perdem-se os esforços acumulados e o impacto das ações se dilui.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

Essa observação destaca um problema crítico nas políticas públicas voltadas para a comunidade surda e, mais amplamente, para as políticas inclusivas: a falta de continuidade. A interrupção de projetos pode gerar um retrocesso considerável, uma vez que os avanços conquistados são anulados ou enfraquecidos pela falta de investimento a longo prazo. Skliar (1998) também discute essa questão ao enfatizar que, para que as políticas sejam realmente eficazes, é necessário que sejam estruturadas de forma a garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo. Sem uma base sólida e planejada para o futuro, a inclusão se torna instável, prejudicando o impacto positivo que as iniciativas poderiam ter. Portanto, a descontinuidade não é apenas um obstáculo imediato, mas um fator que compromete o desenvolvimento contínuo de soluções adequadas para as necessidades da comunidade surda.

Por fim, o fortalecimento das políticas bilíngues passa pela escuta ativa da comunidade surda. A gestora destaca:

(...)“A participação ativa da comunidade surda no planejamento das políticas públicas é essencial para garantir que suas demandas e necessidades sejam realmente atendidas de forma eficaz.” (ENTREVISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO PEDAGÓGICA DO RECIFE, 2024).

O posicionamento da secretaria reforça a ideia de que a inclusão não deve ser apenas imposta, mas construída com base nas experiências e vivências daqueles que serão diretamente impactados. A escuta ativa é um processo contínuo de aprendizado e adaptação, que assegura que as políticas não apenas atendam às necessidades evidentes, mas também às demandas invisíveis, que muitas vezes não são levadas em consideração. A participação da comunidade surda é, portanto, um componente crucial para garantir que as políticas públicas se ajustem à realidade local e proporcionem uma inclusão genuína.

Essa abordagem é corroborada por Quadros (2015), que argumenta que a inclusão só será plena quando construída em diálogo com os próprios beneficiários das políticas. A autora destaca que a construção de políticas eficazes depende do envolvimento das comunidades afetadas, pois é esse diálogo que proporciona uma compreensão mais profunda

das especificidades culturais, linguísticas e sociais. Somente por meio dessa interação constante, as políticas públicas podem se ajustar e evoluir, garantindo que o processo de inclusão seja não apenas legal, mas também socialmente relevante e culturalmente sensível.

Na sequência da análise sobre os impactos das políticas de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE, o próximo foco será o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Educação de Surdos (NES), ligado à Gerência de Educação Especial da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife/PE. Esse núcleo desempenha um papel estratégico na elaboração e implementação de ações pedagógicas voltadas à comunidade surda, promovendo a inclusão e garantindo o acesso equitativo à educação. A partir dessa perspectiva, será possível compreender como o NES articula suas iniciativas tanto com as diretrizes traçadas pela Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica quanto com as demandas apresentadas pela comunidade surda, representada pela ASSPE.

Essa nova abordagem permitirá explorar os avanços e desafios enfrentados na prática educacional. Enquanto a perspectiva da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica destacou as metas governamentais e estratégias de implementação, e a entrevista com a ASSPE revelou as vivências e lutas da comunidade surda, o olhar técnico do NES oferece uma visão intermediária entre a formulação e a prática dessas políticas. Esse diálogo entre os diferentes atores fortalece o entendimento das políticas de educação bilíngue para Surdos e amplia a reflexão sobre inclusão e acessibilidade no contexto escolar da rede pública municipal.

Quadro 25 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Técnica da Gerência de Educação Especial.

Categorias de análise	Unidade de análise
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Respeito à diferença linguística entre Libras e português escrito. - Promoção da inclusão a partir da Libras como base pedagógica. - Integração da Libras e do português escrito como pilares complementares no ensino bilíngue. - Envolvimento da comunidade surda na construção de práticas inclusivas.
Processo Educacional e Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> - Formação continuada como prioridade para docentes. - Organização de eventos e oficinas pedagógicas para aproximar estudantes e professores. - Adaptação de materiais pedagógicos para estudantes surdos. - Promoção de parcerias entre professores ouvintes e professores surdos para práticas colaborativas. - Criação de ferramentas visuais e interativas para facilitar o aprendizado em Libras.
Libras e Identidade Cultural Surda	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização da cultura surda por meio de eventos como a Aldeia da Libras. - Promoção do reconhecimento identitário dos estudantes surdos na língua e na cultura.

	<ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao uso cotidiano da Libras como meio de interação dentro e fora das salas de aula. - Ações que reforcem o protagonismo dos estudantes surdos em eventos culturais e educacionais.
Desafios e Avanços na Implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade na produção e regionalização de materiais pedagógicos específicos. - Necessidade de maior aceitação da Libras pela comunidade escolar como um todo. - Avanços na inclusão de professores surdos na rede pública de ensino. - Superação de barreiras culturais e institucionais para garantir a efetividade das salas bilíngues. - Desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia das políticas bilíngues implementadas.
Estratégias Adotadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de projetos pedagógicos como Amigos da Libras e Sementinhas para apoio à inclusão. - Diálogo constante com professores e gestores para ajustes de práticas inclusivas. - Mobilização de redes de apoio envolvendo escolas, famílias e a comunidade surda. - Implementação de políticas públicas com foco na ampliação de salas bilíngues e formação de intérpretes.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 26 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Técnica da Gerência de Educação Especial.

Categoria	Número de ocorrência(s)	Recorte literal
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Eu acho que a educação bilíngue para surdos é respeitar essa diferença linguística." - "A Libras como primeira língua e a língua portuguesa na modalidade escrita." - "A gente sempre pensa na inclusão a partir da Libras."
Processo Educacional e Metodológico	4	<ul style="list-style-type: none"> - "A formação continuada de professores é um carro-chefe da secretaria." - "A gente organiza eventos e oficinas para aproximar os estudantes." - "Adaptamos materiais pedagógicos para atender estudantes de diferentes idades." - "O projeto Amigos da Libras leva a Libras para as turmas inclusivas."
Libras e Identidade Cultural Surda	3	<ul style="list-style-type: none"> - "A Libras é o ponto de partida para todas as ações pedagógicas." - "Eventos como a Aldeia da Libras promovem a valorização da cultura surda." - "Os estudantes precisam se reconhecer na cultura e na língua para se desenvolverem."
Desafios e Avanços na Implementação	4	<ul style="list-style-type: none"> - "Ainda enfrentamos desafios na produção e uso de materiais pedagógicos." - "Há avanços, como o aumento de professores surdos na rede." - "A inclusão efetiva ainda depende de maior aceitação da Libras por todos." - "A regionalização dos materiais também é uma dificuldade constante."
Estratégias Adotadas no Município	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Fomentamos ações pedagógicas para salas bilíngues e inclusivas." - "Mantemos diálogo constante com professores

		para ajustar práticas." - "Os projetos Sementinhas e Amigos da Libras surgiram de demandas específicas."
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A entrevista com a técnica do Núcleo de Educação de Surdos (NES), ligado à Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife/PE, trouxe importantes reflexões sobre a política de educação bilíngue para Surdos implementada na rede pública. Suas contribuições destacam aspectos cruciais da prática educativa, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para promover a inclusão dos estudantes surdos.

A técnica enfatizou que "a educação bilíngue para surdos não é apenas sobre ensinar uma língua, mas sobre garantir a equidade no acesso ao conhecimento"(ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Esse ponto é corroborado por Quadros (2004), que afirma que o bilinguismo deve ser entendido como um instrumento de emancipação e empoderamento para a comunidade surda. A integração de Libras como língua de instrução e o português na modalidade escrita é um dos principais pilares dessa abordagem.

Um aspecto central levantado pela entrevistada foi a formação continuada dos professores. Ela afirmou:

(...)“A formação continuada é o coração do nosso trabalho. Sem ela, os professores enfrentam dificuldades para adaptar suas práticas à realidade das salas bilíngues. Por isso, organizamos oficinas, seminários e momentos de troca, onde os professores podem compartilhar experiências e aprender novas metodologias.” (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa declaração está alinhada com o que é apresentado por Lacerda (2006), que destaca a importância de capacitar os professores para compreenderem as especificidades linguísticas e culturais dos alunos surdos. Além disso, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 reforçam a obrigatoriedade de oferecer formação adequada aos profissionais da educação para o ensino de Libras e sua aplicação pedagógica.

Outro ponto discutido foi o impacto das salas bilíngues no desenvolvimento dos estudantes. A entrevistada destacou que "os estudantes surdos que têm acesso às salas bilíngues mostram um desenvolvimento mais significativo, não só na aprendizagem, mas também no fortalecimento da identidade surda e na interação social"(ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa visão reflete as discussões de Skliar (1998), que defende que o espaço escolar

bilíngue deve promover a valorização da cultura surda como parte integrante do processo educativo.

No entanto, foram apontadas dificuldades na implementação da política bilíngue, especialmente no que diz respeito à produção de materiais didáticos adaptados. A técnica declarou:

(...)"A maior dificuldade que enfrentamos é garantir que os materiais pedagógicos sejam adequados à realidade linguística dos estudantes surdos. Muitas vezes, precisamos criar nossos próprios recursos, porque os materiais disponíveis não atendem às necessidades das salas bilíngues" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa problemática é abordada por Karnopp (2010), que ressalta que a ausência de materiais pedagógicos específicos para o ensino bilíngue representa uma barreira significativa para o avanço dessa modalidade de ensino. Além disso, o Decreto nº 7.611/2011 reforça a necessidade de assegurar recursos adequados para a educação especial.

A entrevistada também mencionou a importância de projetos pedagógicos inovadores, como o "Amigos da Libras". Segundo ela:

(...)"O projeto Amigos da Libras foi criado para levar a língua de sinais para turmas inclusivas, promovendo a interação entre estudantes surdos e ouvintes. Essa iniciativa tem gerado resultados muito positivos, especialmente no fortalecimento do respeito e da empatia dentro da comunidade escolar." (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa abordagem dialoga com Moura (2000), que afirma que a interação entre surdos e ouvintes em um ambiente linguístico compartilhado pode reduzir preconceitos e fortalecer a integração social. Esses projetos também estão alinhados com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que prevê a inclusão escolar como um direito fundamental.

Outro ponto de destaque foi a valorização da cultura surda. A técnica relatou que "eventos como a Aldeia da Libras têm sido fundamentais para promover a identidade surda dentro e fora das escolas"(ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Quadros e Karnopp (2004) argumentam que a promoção da cultura surda é essencial para a construção de uma identidade positiva nos estudantes, permitindo que eles se reconheçam como sujeitos plenos em sua língua e cultura.

Além disso, a entrevistada ressaltou a necessidade de maior aceitação da Libras por

parte da comunidade escolar. Ela afirmou:

(...) "Ainda enfrentamos resistência de alguns professores e gestores em relação à Libras. Muitos ainda enxergam a língua de sinais como um recurso secundário, e não como a língua principal dos estudantes surdos" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa resistência é analisada por Lodi (2005), que explica que a falta de compreensão sobre a importância da Libras como língua de instrução perpetua barreiras culturais e institucionais, dificultando a inclusão efetiva.

Por outro lado, um ponto que merece atenção é a regionalização dos materiais pedagógicos. Segundo a entrevistada, "é preciso que os materiais considerem as particularidades linguísticas e culturais de cada região, pois a Libras também apresenta variações locais que precisam ser respeitadas" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa perspectiva é discutida por Fernandes (2003), que destaca a importância de uma abordagem pedagógica que leve em conta as especificidades regionais da língua de sinais.

Paralelamente, a técnica expressou otimismo em relação ao futuro das salas bilíngues no Recife/PE. Ela declarou:

(...) "Apesar dos desafios, acredito que estamos no caminho certo. A cada ano, vemos mais professores e gestores engajados na causa, e os estudantes surdos estão cada vez mais integrados e valorizados dentro do ambiente escolar" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa visão reflete os princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que reforça a necessidade de promover uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes com deficiência, incluindo os surdos.

Dessa forma, a entrevista com a técnica do NES revela um panorama multifacetado da educação bilíngue para Surdos no Recife/PE, evidenciando avanços significativos, mas também desafios persistentes. A análise realizada demonstra a relevância de integrar teoria, prática e políticas públicas para consolidar uma educação que respeite a diversidade linguística e cultural dos estudantes surdos.

Um ponto crucial levantado pela técnica foi o papel essencial da articulação entre políticas públicas e ações locais para a garantia de direitos dos surdos. Ela afirmou:

(...) "A construção de políticas públicas para a comunidade surda depende de um

trabalho integrado entre as secretarias de educação, as escolas e os professores. Sem essa articulação, as iniciativas perdem força e os avanços são limitados" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa perspectiva converge com o pensamento de Quadros e Pizzio (2011), que argumentam que a implementação de políticas bilíngues requer um esforço conjunto entre diferentes agentes sociais para superar barreiras históricas e institucionais que dificultam a inclusão plena.

Outro aspecto destacado foi a resistência inicial de algumas famílias em aderir às salas bilíngues, devido à falta de informações sobre os benefícios dessa modalidade. Segundo a técnica:

(...)"Muitas famílias têm receio de colocar seus filhos nas salas bilíngues por desconhecerem o impacto positivo que esse ambiente pode trazer para o desenvolvimento educacional e social." (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa resistência pode ser entendida à luz do que Bobbio (1997) descreve como a importância de conscientizar e educar a sociedade para reconhecer os direitos das minorias, promovendo uma cidadania efetivamente inclusiva.

Somado a isso, a entrevistada destacou o uso de metodologias visuais e interativas como facilitadoras do aprendizado nas salas bilíngues. Ela mencionou:

(...)"As ferramentas visuais, como vídeos em Libras e jogos pedagógicos, são fundamentais para garantir que os alunos compreendam os conteúdos e se sintam engajados nas atividades." (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa abordagem encontra eco em Sasaki (2006), que reforça a importância de adaptar as metodologias às necessidades específicas dos estudantes surdos, utilizando recursos tecnológicos como aliados no processo de ensino-aprendizagem.

A entrevistada enfatizou a importância de ampliar as ações voltadas para a formação de intérpretes, destacando que "a ausência de intérpretes em quantidade suficiente prejudica diretamente a qualidade da educação bilíngue, pois os alunos ficam sem um suporte essencial para a aprendizagem" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Esse ponto conecta-se com as observações de Silva, Lins e Nascimento (2019), que defendem a formação contínua de intérpretes como um dos pilares para consolidar o ensino bilíngue, visto que esses profissionais são mediadores entre as diferentes realidades linguísticas.

Outro ponto levantado pela técnica foi o impacto das mudanças administrativas na continuidade das políticas bilíngues. Ela afirmou:

(...)"Muitas vezes, as mudanças nas gestões municipais atrasam projetos importantes, pois o foco deixa de ser a inclusão e passa a ser as novas prioridades da administração atual. Isso afeta diretamente a comunidade surda" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa questão reflete as análises de Bobbio (1985), que aponta que a descontinuidade política é uma das maiores fragilidades das democracias modernas, principalmente em políticas que requerem planejamento de longo prazo. Essa fragilidade se agrava em áreas que dependem de um investimento contínuo e de uma abordagem consistente, como é o caso das políticas de inclusão educacional.

Segundo Bobbio (1985), o ciclo político, muitas vezes pautado por mandatos de curto prazo, privilegia ações que apresentam resultados imediatos, deixando de lado iniciativas que demandam tempo para gerar impactos significativos. No contexto da educação bilíngue para Surdos para surdos, essa descontinuidade pode ser observada na interrupção de programas, na mudança de prioridades orçamentárias ou na substituição de equipes técnicas capacitadas, o que prejudica não apenas o avanço das políticas, mas também a confiança da comunidade envolvida.

Além disso, a descontinuidade administrativa pode levar a uma ruptura na consolidação das redes de apoio e na formação continuada de professores e intérpretes, que são pilares essenciais para o sucesso das políticas bilíngues. Quando as gestões mudam, muitas vezes o conhecimento acumulado em ciclos anteriores é desconsiderado, resultando em um "recomeço" constante que consome recursos e diminui a eficiência dos projetos.

Essa perspectiva evidencia como as fragilidades institucionais e a falta de planejamento intersetorial de longo prazo afetam grupos historicamente marginalizados, como a comunidade surda. Para enfrentar essa problemática, Bobbio sugere que as democracias modernas precisam aprimorar mecanismos que garantam a continuidade de políticas públicas estratégicas, independentemente das trocas de gestão. Isso incluiria, por exemplo, a institucionalização de políticas de Estado em vez de políticas de governo, a criação de conselhos de acompanhamento formados por representantes da sociedade civil e a adoção de métricas de impacto que transcendem ciclos políticos.

No caso específico da educação bilíngue para Surdos para surdos, a implementação de leis e regulamentos que assegurem a continuidade dos projetos, além do engajamento

ativo da comunidade surda na elaboração e fiscalização das políticas, são estratégias que podem mitigar os efeitos negativos da descontinuidade política. Isso não apenas preservaria os avanços conquistados, mas também garantiria que as políticas fossem verdadeiramente inclusivas e alinhadas às demandas reais dessa população.

A entrevistada também ressaltou a necessidade de ações voltadas para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes surdos. Ela mencionou:

(...)"Quando promovemos eventos que valorizam a cultura surda, percebemos uma mudança na maneira como os próprios alunos se veem. Eles se sentem mais confiantes e reconhecem seu papel na sociedade" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa perspectiva encontra respaldo em Quadros e Pizzio (2011), que destacam a valorização da cultura surda como essencial para a formação de sujeitos autônomos e críticos, capazes de atuar na sociedade como protagonistas de suas histórias.

Além disso, a entrevistada alertou para o desafio da aceitação plena da Libras no contexto escolar. Segundo ela, "ainda há professores que resistem em aprender Libras, mesmo sabendo que isso prejudica a comunicação com os estudantes surdos" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa resistência é abordada por Dias e Matos (2012), que apontam que o preconceito linguístico, muitas vezes, está enraizado na falta de informação e no desconhecimento da relevância da Libras como língua oficial no Brasil.

Outro ponto mencionado foi a relevância de incluir famílias nos processos educativos. A técnica observou que "quando as famílias participam, a evolução dos alunos é muito mais significativa, pois o apoio em casa complementa o trabalho realizado na escola" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Esse aspecto é corroborado por Sasaki (2006), que defende que a integração escola-família é essencial para criar um ambiente propício ao aprendizado e à inclusão dos estudantes.

Um tema de destaque foi a necessidade de expandir os projetos de inserção da Libras em escolas regulares. Ela relatou:

(...)"Projetos como o Sementinhas têm demonstrado que a inclusão não é apenas possível, mas também uma força transformadora que impacta positivamente toda a comunidade escolar, promovendo uma cultura de respeito, empatia e valorização das diferenças."(ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa visão é reforçada por Bobbio (1997), que afirma que políticas públicas voltadas para minorias devem ser capazes de sensibilizar a sociedade para o valor da diversidade, promovendo a convivência entre diferentes grupos.

A entrevistada também enfatizou o impacto positivo da presença de professores surdos na rede pública. Segundo ela, "os professores surdos não são apenas educadores, mas também exemplos vivos para os estudantes, mostrando que a surdez não é uma limitação, mas uma característica que pode ser plenamente integrada à vida profissional" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Quadros e Pizzio (2011) defendem que a representatividade em sala de aula é um fator crucial para o fortalecimento da identidade surda e para a criação de um ambiente verdadeiramente bilíngue.

Outro ponto crítico abordado foi a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para atender às especificidades de cada estudante surdo. A entrevistada explicou que "cada aluno tem suas particularidades, e é papel do professor adaptar as metodologias para garantir que todos sejam incluídos no processo de aprendizagem" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa adaptação é destacada por Sasaki (2006) como uma prática pedagógica inclusiva que considera as individualidades dos estudantes e promove o desenvolvimento integral.

Em relação às barreiras tecnológicas, a técnica relatou que "a falta de acesso a ferramentas digitais adaptadas prejudica a implementação de uma educação bilíngue moderna e eficaz" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa questão está alinhada com Silva, Lins e Nascimento (2019), que apontam que a inclusão digital é fundamental para superar as barreiras de comunicação enfrentadas pelos estudantes surdos.

A entrevistada também destacou a importância do trabalho colaborativo entre professores ouvintes e professores surdos. Ela afirmou:

(...)"Quando professores ouvintes e surdos trabalham juntos, o resultado é muito mais rico, porque cada um contribui com perspectivas diferentes que se complementam." (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Essa colaboração reflete as ideias de Quadros e Pizzio (2011), que defendem a prática pedagógica compartilhada como uma estratégia eficaz para enriquecer o ensino em ambientes bilíngues.

Outro desafio mencionado foi a escassez de materiais pedagógicos que dialoguem

diretamente com a cultura surda. A técnica explicou que "a maioria dos materiais disponíveis ainda é feita para ouvintes, o que exige um esforço extra dos professores para adaptá-los" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Esse ponto é discutido por Dias e Matos (2012), que ressaltam a importância de investir na produção de recursos específicos para o ensino bilíngue.

Ademais, a técnica destacou a necessidade de ampliar a formação continuada. Segundo ela, "a formação não pode ser algo pontual; precisa ser um processo constante, que acompanhe as mudanças nas políticas e nas práticas educacionais" (ENTREVISTA DA TÉCNICA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS DA PREFEITURA DO RECIFE, 2024). Essa visão é corroborada por Sasaki (2006), que argumenta que a formação continuada é um elemento-chave para garantir a eficácia das políticas educacionais inclusivas.

A análise agora avança para a visão de uma professora da sala regular bilíngue para surdos, um papel crucial na implementação das políticas de educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. A professora desempenha um papel fundamental na adaptação do conteúdo e no desenvolvimento de metodologias que atendem às necessidades dos alunos surdos em um ambiente inclusivo. Sua perspectiva é fundamental para entender como as políticas de educação bilíngue para Surdos são aplicadas diretamente nas salas de aula e como elas impactam a experiência dos alunos surdos no cotidiano escolar. Essa visão prática contribui para o entendimento do processo de inclusão, revelando desafios específicos que surgem na interação entre alunos surdos e o currículo convencional.

Essa análise se complementa com as perspectivas institucionais e comunitárias, fornecendo uma visão mais detalhada e rica dos avanços e obstáculos enfrentados pela educação bilíngue para Surdos em Recife/PE. Enquanto as entrevistas anteriores destacaram as ações da Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica e da presidente da ASSPE, a professora da sala regular bilíngue oferece uma perspectiva local e concreta, focando na realidade das salas de aula e nas práticas pedagógicas que visam promover uma educação equitativa para os surdos. A conexão entre as ações governamentais, o engajamento da comunidade surda e a prática pedagógica cotidiana oferece um panorama abrangente e multifacetado sobre os desafios e as conquistas da educação bilíngue para Surdos em Recife/PE, reforçando a importância da colaboração entre diferentes setores na promoção da inclusão educacional.

Quadro 27 - Categorias e Unidades de Análise da Entrevista com a Professora de Sala Regular Bilíngue para Surdos.

Categorias de análise	Unidade de análise
Educação Bilíngue para Surdos/Política de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o acesso pleno à educação respeitando a identidade linguística e cultural dos alunos surdos. - Promoção de um ambiente escolar que valorize a língua de sinais como principal meio de comunicação. - Importância de profissionais capacitados para atender às necessidades dos alunos surdos. - Avaliação crítica da implementação da Política de Educação Bilíngue para Surdos em Recife
Processo Educacional e Metodológico	<ul style="list-style-type: none"> - Uso da Libras como língua de instrução principal na sala de aula. - Adaptação de métodos pedagógicos, como dramatizações, jogos e tecnologias assistivas. - Planejamento individualizado devido à falta de padronização curricular. - Estratégias bilíngues para o ensino da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. - Criação de projetos para ensinar Libras aos alunos ouvintes.
Libras e Identidade Cultural Surda	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da interação entre alunos surdos e ouvintes para fortalecer a cultura surda. - Valorização da Libras como língua materna e principal dos estudantes surdos. - Sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da acessibilidade e da cultura surda.
Desafios e Avanços na Implementação	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas específicas. - Carência de professores qualificados e capacitação contínua. - Estruturas precárias e fechamento de algumas salas bilíngues. - Dificuldade em implementar um currículo padronizado para o ensino bilíngue.
Estratégias Adotadas no Município	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de projetos escolares que promovem o ensino de Libras para ouvintes. - Organização de atividades interativas e visuais que estimulam a comunicação e a inclusão. - Uso de ferramentas digitais para ensino bilíngue e estímulo ao aprendizado da Língua Portuguesa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Quadro 28 - Categorias, Número de Ocorrências e Recortes Literais da Entrevista com a Professora de Sala Regular Bilíngue para Surdos.

Categoria	Número de ocorrência(s)	Recorte literal
Educação Bilíngue para Surdos /Política de Inclusão	4	<ul style="list-style-type: none"> - "Acredito que [a política de inclusão] é essencial para garantir o acesso pleno à educação, respeitando a identidade linguística e cultural dos alunos surdos." - "A sala bilíngue oferece um ambiente onde eles podem aprender em sua língua materna." - "Permite que os alunos se desenvolvam com apoio de profissionais capacitados e com a adaptação de materiais pedagógicos." - "A estrutura de como íamos trabalhar com os alunos não foi pensada. São 9 anos e ainda não

		temos currículo, não temos material didático."
Processo Educacional e Metodológico	5	<ul style="list-style-type: none"> - "Utilizar recursos visuais (slides, imagens, vídeos); ter a língua de sinais como meio de comunicação." - "Promover o ensino da língua de sinais para os alunos ouvintes com os próprios alunos surdos ensinando." - "Ensinar a L2 de forma visual; leitura e escrita contextualizadas; relação entre Libras e Língua Portuguesa." - "Adaptação de material didático; dramatizações; jogos; tecnologias assistivas." - "Cada professora faz o seu planejamento. Não há uma padronização."
Libras e Identidade Cultural Surda	3	<ul style="list-style-type: none"> - "A Libras respeita a identidade cultural e linguística dos surdos." - "Os alunos ouvintes amam aprender Libras, e os alunos surdos amam ensinar a língua de sinais para os colegas." - "Promovemos atividades que valorizam a cultura surda e incentivam a interação entre surdos e ouvintes."
Desafios e Avanços na Implementação	4	<ul style="list-style-type: none"> - "Os desafios são a falta de informação da rede do Recife em relação à alfabetização de crianças surdas." - "Falta de capacitação, falta de professores qualificados, falta de material adaptado." - "Precariamente. Algumas salas bilíngues já fecharam e outras estão no mesmo caminho para fechar." - "Nem sempre tem intérprete para dar suporte."
Estratégias Adotadas no Município	3	<ul style="list-style-type: none"> - "Temos um projeto na escola para que os alunos surdos ensinem Libras aos colegas das outras turmas." - "Promover atividades interativas que estimulem a participação e a comunicação." - "Ensinar por meio de atividades bilíngues; uso de ferramentas digitais."

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A entrevista com a professora da sala regular bilíngue para Surdos, atuante há nove anos em salas bilíngues para surdos, oferece reflexões importantes sobre a implementação da política de educação bilíngue para Surdos no Recife/PE. Suas contribuições elucidam práticas pedagógicas, desafios institucionais e avanços obtidos no atendimento a estudantes surdos.

A professora destacou que:

(...)"Minha função é garantir a inclusão dos alunos surdos, proporcionando a eles um aprendizado que respeite e valorize sua identidade linguística e cultural. Trabalho com métodos pedagógicos adaptados, utilizando Libras como meio de comunicação e ensino, e promovendo a interação entre surdos e ouvintes" (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Essa perspectiva está alinhada com Quadros (2004), que enfatiza que a educação bilíngue para Surdos não se limita ao ensino de línguas, mas deve ser vista como uma abordagem que respeita a identidade cultural e linguística dos surdos. A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 reforçam a obrigatoriedade do uso de Libras como meio de instrução em ambientes educacionais, reconhecendo-a como a primeira língua dos surdos.

Um ponto central mencionado pela professora foi a ausência de uma padronização curricular para as salas bilíngues:

(...)"São 9 anos e ainda não temos currículo, não temos material didático... cada professora faz o seu planejamento. Não há uma padronização" (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Essa realidade reflete um dos maiores desafios identificados por Skliar (2015), que aponta para a falta de estrutura e organização nas políticas educacionais bilíngues, o que frequentemente resulta em improvisações por parte dos professores. Karnopp (2013) também sublinha que a padronização curricular é essencial para garantir a qualidade do ensino, especialmente na educação bilíngue para Surdos, que exige metodologias e materiais específicos.

A ausência de uma base curricular sólida e de materiais didáticos específicos, como ocorre no exemplo citado, resulta em um ensino fragmentado e inconsistente. Cada professora desenvolve seus próprios planejamentos, o que pode gerar disparidades no ensino, dificultando a uniformização da aprendizagem. Além disso, essa falta de recursos e diretrizes definidas coloca uma pressão adicional sobre os educadores, que, sem uma estrutura clara, muitas vezes se veem na necessidade de criar soluções improvisadas, o que pode comprometer a qualidade e a efetividade do aprendizado.

Karnopp (2013) argumenta que a padronização curricular é imprescindível para garantir a qualidade da educação, pois fornece uma estrutura comum que pode ser adaptada às especificidades de cada contexto bilíngue, mas ainda assim preservando a coesão e continuidade do processo educativo. Sem essa padronização, os professores enfrentam o desafio de criar currículos e atividades de forma isolada, o que pode resultar em abordagens divergentes que dificultam a efetividade do ensino.

A importância de políticas educacionais bilíngues bem estruturadas não pode ser subestimada, pois elas são a base para garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, com uma metodologia apropriada, alinhada a um currículo definido e materiais didáticos adequados. No caso de escolas bilíngues, esse tipo de estrutura é ainda mais essencial, uma vez que envolve o ensino de dois idiomas simultaneamente, exigindo

uma articulação cuidadosa entre as linguagens e as práticas pedagógicas. A falta de uma abordagem organizada e de materiais adequados pode resultar na diluição da eficácia dessas metodologias, prejudicando, assim, o desenvolvimento integral dos alunos.

Portanto, a padronização curricular não é uma questão meramente administrativa, mas um componente essencial para garantir que os alunos recebam uma educação coerente, de qualidade e devidamente adaptada às exigências do contexto bilíngue. A organização e o planejamento de políticas educacionais eficazes devem ser priorizados para que as escolas bilíngues possam cumprir seu papel de forma integral, sem depender da improvisação, que por mais que seja uma ferramenta de resistência dos educadores, não pode substituir uma estrutura sólida e planejada.

Sobre as estratégias pedagógicas utilizadas, a entrevitada afirmou:

(...)"Utilizar recursos visuais (slides, imagens, vídeos); ter a língua de sinais como meio de comunicação; fomentar atividades interativas que estimulem a participação." (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Lacerda (1998) complementa que o uso de recursos visuais é fundamental para uma aprendizagem eficaz, principalmente na transição entre Libras e a língua portuguesa escrita como L2. Ao integrar diferentes formas de comunicação visual, como imagens e vídeos, o professor pode criar um ambiente mais acessível e dinâmico para os alunos surdos, favorecendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos conteúdos.

Além disso, as atividades interativas, que envolvem a participação ativa do aluno, são indicadas como uma estratégia que contribui para a motivação e o engajamento no processo de aprendizagem. Essas atividades proporcionam uma troca mais rica entre o aluno e o conteúdo, promovendo não só o aprendizado acadêmico, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas. A interação direta e a aplicação prática do conhecimento garantem que os alunos surdos se sintam mais inclusos e capazes de compreender e produzir o conteúdo de forma mais eficaz.

Outro aspecto relevante é a utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação. Esta abordagem permite que os surdos se sintam mais à vontade e compreendam melhor as explicações do professor, além de preservar e valorizar sua identidade cultural. Ao promover um ambiente de ensino que respeite a Libras, o educador contribui para a construção de um ambiente inclusivo, no qual as barreiras linguísticas e sociais são reduzidas, favorecendo a autonomia do aluno e sua integração no processo de aprendizagem.

Essas estratégias estão em consonância com as perspectivas de Vygotsky (1998), que enfatiza a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo. A interação não é apenas uma ferramenta para a aprendizagem, mas também uma condição essencial para que os alunos possam construir e reconstruir o conhecimento, refletindo e aplicando-o em contextos diversos. Em um ambiente inclusivo, a troca de saberes entre surdos e ouvintes fortalece a compreensão mútua e o respeito às diferentes formas de comunicação.

Outro aspecto relevante discutido foi a interação entre alunos surdos e ouvintes:

(...)"Os alunos ouvintes amam aprender Libras, e os alunos surdos amam ensinar a língua de sinais para os colegas, o que cria uma dinâmica de aprendizado mútua e recíproca. Esse processo, ao envolver ambos os grupos de maneira ativa, fortalece o vínculo entre eles, contribuindo para a valorização das identidades de cada um e a promoção de uma convivência mais rica e inclusiva dentro da escola." (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Esse processo de troca, no qual os alunos surdos assumem o papel de educadores, cria um ambiente de aprendizado mútuo, onde a valorização das diferentes culturas e identidades é central. Como argumenta Skliar (1998), a escola deve ser um espaço de convivência entre culturas, e isso se reflete de maneira clara na prática de integração entre alunos ouvintes e surdos, onde a troca de saberes fortalece a identidade surda e promove uma real inclusão social.

Esse modelo também encontra respaldo na Declaração de Salamanca (1994), que defende a educação inclusiva como fundamental para a equidade e o respeito à diversidade. A valorização da língua de sinais e o protagonismo dos alunos surdos nesse contexto evidenciam o potencial da educação como espaço de transformação social, no qual todos os alunos, independentemente de suas diferenças, têm a oportunidade de aprender e ensinar, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, a professora apontou limitações estruturais significativas:

(...)"Precariamente. Algumas salas bilíngues já fecharam e outras estão no mesmo caminho para fechar. Os alunos surdos estão indo para salas regulares e nem sempre tem intérprete para dar suporte." (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

A fala da professora, que descreve a situação de salas bilíngues sendo fechadas e a falta de intérpretes nas salas regulares, ilustra uma realidade preocupante que impacta diretamente a qualidade de ensino e a inclusão dos alunos surdos. O fato de que esses estudantes estão sendo transferidos para salas regulares sem a devida adaptação e sem a

presença de profissionais capacitados, como intérpretes de Libras, é uma violação do direito à educação de qualidade e à acessibilidade. Segundo o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a educação bilíngue para surdos, é essencial que as políticas públicas garantam não apenas o acesso à educação, mas a sua efetiva inclusão por meio da oferta de recursos e profissionais especializados. A escassez de intérpretes e a sobrecarga de salas regulares comprometem o aprendizado dos alunos surdos e as perspectivas de sua plena participação na vida escolar.

Além disso, a implementação de políticas bilíngues efetivas exige um comprometimento por parte do governo com a capacitação contínua de professores. A formação de educadores que trabalham com surdos deve ser não apenas inicial, mas também contínua, com cursos que os atualizem sobre as melhores práticas pedagógicas, ferramentas de ensino e recursos acessíveis. Como destacam Quadros e Pizzio (2011), a efetivação de políticas bilíngues exige não apenas a presença de um marco legal, mas também o investimento contínuo em formação e capacitação, para que os professores possam enfrentar os desafios impostos por uma educação inclusiva de qualidade. A falta desse investimento compromete a eficácia do sistema educacional e impede que os alunos surdos desenvolvam plenamente suas habilidades.

Nesse viés, a infraestrutura e os materiais pedagógicos adequados também são fundamentais para garantir que os alunos surdos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais. A oferta de materiais didáticos em Libras, o uso de tecnologia assistiva e a adaptação das salas de aula para atender a essa população são questões que precisam ser priorizadas pelos gestores educacionais. A falta de recursos materiais e a precariedade das condições de ensino evidenciam que as políticas públicas voltadas para a inclusão de surdos ainda não são amplamente implementadas de maneira satisfatória. Portanto, é necessário que o Estado assuma sua responsabilidade, investindo de maneira significativa em infraestrutura, capacitação de profissionais e recursos, para que a educação bilíngue para Surdos se torne uma realidade para todos os alunos surdos, como preconizado pela legislação vigente.

Um ponto central da entrevista foi a visão da professora sobre sua função e as estratégias pedagógicas que utiliza. Segundo ela:

(...)"Minha função é garantir a inclusão dos alunos surdos, proporcionando a eles um aprendizado que respeite e valorize sua identidade linguística e cultural. Trabalho com métodos pedagógicos adaptados, utilizando Libras como meio de comunicação e ensino, e promovendo a interação entre surdos e ouvintes. Contribuo para o desenvolvimento de atividades que favoreçam a acessibilidade, a

comunicação eficaz e a autonomia dos alunos surdos, além de fomentar a conscientização sobre a língua de sinais e a cultura surda dentro da comunidade escolar." (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Essa fala encontra respaldo em Quadros (2015), que destaca a importância do bilinguismo como ferramenta para romper com o monolingüismo histórico das escolas brasileiras, enfatizando o uso da Libras como primeira língua dos surdos e o português na modalidade escrita como segunda língua. A Lei nº 10.436/2002 reforça essa necessidade, ao reconhecer a Libras como meio legal de comunicação e expressão, uma conquista significativa para a comunidade surda.

A entrevistada enfatizou a relevância da educação bilíngue para Surdos para o reconhecimento e valorização da identidade surda:

(...)"A educação bilíngue respeita a identidade linguística e cultural dos surdos, permitindo que eles adquiram conhecimentos de forma plena e significativa, desenvolvendo tanto a fluência em Libras quanto a compreensão da língua portuguesa." (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Essa visão encontra respaldo nos escritos de Skliar (1998), que argumenta que a educação bilíngue para Surdos não é apenas uma prática pedagógica, mas um ato político que reafirma os direitos culturais e linguísticos dos surdos. A Lei nº 10.436/2002 também reforça essa ideia ao reconhecer a Libras como elemento essencial para garantir a cidadania plena dos indivíduos surdos.

A professora entrevistada destacou a ausência de formações adequadas como um dos principais desafios:

(...)"A falta de capacitação, a falta de professores qualificados e de material adaptado são problemas constantes. Muitos profissionais não têm o preparo necessário para atender às necessidades específicas dos alunos surdos, o que afeta diretamente o aprendizado" (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

Lacerda (2010) sublinha que a formação de professores para trabalhar com alunos surdos precisa ser contínua e específica, garantindo não apenas o domínio da Libras, mas também uma compreensão mais ampla da cultura surda. Além disso, o Decreto nº 5.626/2005 já previa a inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação docente, apontando para a necessidade de fortalecer essa diretriz

Apesar das dificuldades, a professora reconheceu alguns avanços:

(...)"A falta de capacitação, a falta de professores qualificados e de material

adaptado são problemas constantes. Muitos profissionais não têm o preparo necessário para atender às necessidades específicas dos alunos surdos, o que afeta diretamente o aprendizado" (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024).

A fala da entrevistada destaca iniciativas importantes voltadas para a inclusão de alunos surdos no contexto escolar. Esses projetos, que envolvem alunos surdos no ensino de Libras para colegas ouvintes e a promoção de interações entre turmas surdas e ouvintes durante culminâncias, são práticas significativas que, embora ainda limitadas em sua abrangência, buscam integrar e aproximar diferentes realidades dentro da escola. A ideia de que alunos surdos possam ensinar Libras para seus colegas demonstra não apenas a valorização da língua de sinais como ferramenta de comunicação, mas também o reconhecimento do protagonismo dos alunos surdos na construção de um ambiente mais inclusivo.

Essa visão se alinha também com os princípios do Plano Nacional de Educação (PNE), que reforça a importância de iniciativas locais que promovam a valorização da cultura e identidade surda. O PNE entende que, para uma sociedade mais igualitária, é essencial que as escolas reconheçam e celebrem a diversidade linguística e cultural, inclusive a surda, como uma forma de fortalecer a identidade dos alunos e promover sua plena participação na sociedade. Ao incentivar ações como as relatadas pela professora, o PNE aponta para a necessidade de um olhar atento à construção de uma educação que realmente favoreça a igualdade de oportunidades, permitindo que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, possam se desenvolver em um ambiente que favoreça o respeito mútuo e a convivência harmoniosa.

No entanto, é importante ressaltar que, embora essas iniciativas sejam valiosas, elas ainda enfrentam muitos desafios em termos de alcance e profundidade. A implementação de políticas públicas mais amplas e a efetiva formação de professores para a educação inclusiva são fundamentais para que essas práticas possam se expandir e, de fato, gerar um impacto transformador no sistema educacional. A continuidade dessas ações, com o apoio das políticas educacionais e um compromisso firme da comunidade escolar, é crucial para que a inclusão de alunos surdos deixe de ser uma prática isolada e se torne parte integrante da cultura educacional de todo o país.

A entrevistada também destacou os impactos positivos das salas bilíngues no desenvolvimento dos alunos surdos, enfatizando que "os estudantes surdos que têm acesso às salas bilíngues apresentam um desenvolvimento mais significativo, não apenas na

aprendizagem, mas também no fortalecimento de sua identidade surda e na interação social" (ENTREVISTA DA PROFESSORA DA SALA REGULAR BILÍNGUE PARA SURDOS, 2024). Essa observação é consistente com o que Fernandes (2003) descreve como o impacto transformador da educação inclusiva.

A entrevista com a professora oferece uma visão aprofundada sobre os desafios e as conquistas do ensino bilíngue em Recife/PE, destacando a necessidade urgente de avanços estruturais, formativos e legislativos. Suas experiências práticas estão intrinsecamente conectadas aos fundamentos teóricos e legais defendidos por autores como Quadros (2015), Skliar (1998) e Karnopp (2013), que sublinham a importância de um compromisso coletivo para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue. A análise de sua trajetória revela não apenas os obstáculos enfrentados, mas também as soluções inovadoras e as estratégias que têm sido fundamentais para o fortalecimento do ensino bilíngue na região. Essa reflexão aponta para a urgência de políticas públicas que integrem melhor as práticas pedagógicas com as necessidades dos alunos surdos e bilíngues, garantindo uma educação de qualidade e acessível a todos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, diversos pesquisadores têm sido instigados a estudar sobre os processos educativos voltados às pessoas Surdas, especialmente no que diz respeito à efetivação de políticas bilíngues que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem desse público na escola. Essa atenção crescente tem relação direta com os movimentos sociais Surdos, com os avanços legislativos e com a ampliação dos debates sobre inclusão, direitos linguísticos e justiça social. A luta dos movimentos Surdos por reconhecimento e visibilidade tem impulsionado a criação de políticas públicas que respeitem a singularidade linguística e cultural dessa população, reconhecendo a Libras como primeira língua e o português como segunda. Tais avanços se refletem na construção de propostas pedagógicas mais alinhadas às necessidades dos estudantes Surdos, bem como na formulação de estratégias voltadas à valorização da identidade surda nos ambientes escolares.

Nesse contexto, esta dissertação buscou compreender como a proposta de educação bilíngue para surdos tem sido implementada na rede municipal do Recife (PE), considerando seus aspectos legais, políticos e práticos, bem como as percepções dos sujeitos envolvidos nesse processo. A investigação teve como foco central a análise das iniciativas adotadas pelo município no sentido de institucionalizar uma política de educação bilíngue para Surdos, observando os caminhos trilhados e os entraves enfrentados. O estudo também se debruçou sobre as formas de organização do atendimento educacional aos estudantes surdos e as condições de trabalho dos profissionais envolvidos nesse processo. Além disso, a pesquisa procurou evidenciar os sentidos atribuídos pelos gestores públicos, professores, comunidade Surda e outros atores educacionais à proposta bilíngue para Surdos no contexto da rede municipal de ensino.

Através da localização e do acesso aos documentos norteadores da política municipal de educação, como legislações, portarias, resoluções e outras normativas, foi possível perceber que, embora o Recife (PE) tenha se destacado por criar experiências específicas de escolarização bilíngue para Surdos, incluindo a abertura de salas de aula específicas, ainda há desafios significativos que comprometem a consolidação de uma proposta coerente e eficaz. A análise documental revelou a existência de uma intenção política em garantir o direito à educação bilíngue para Surdos, mas também escancarou lacunas entre o que está previsto nas normativas e o que se realiza na prática cotidiana das escolas. Essa distância entre a teoria e a prática compromete diretamente os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes Surdos e reforça a necessidade de investimentos contínuos em políticas

públicas efetivas.

As salas bilíngues para Surdos, na prática, convivem com limitações estruturais, ausência de materiais didáticos em Libras, escassez de professores surdos, além da permanência de práticas integradoras no seio da rede regular. Tais obstáculos impactam não apenas a qualidade do ensino oferecido, mas também o reconhecimento da identidade linguística e cultural dos estudantes Surdos. A falta de profissionais capacitados, especialmente surdos sinalizantes, compromete o ambiente bilíngue proposto, tornando-o muitas vezes híbrido e distante do ideal defendido pelas comunidades surdas. Além disso, a escassez de recursos pedagógicos adequados em Libras dificulta o desenvolvimento de práticas inclusivas, limitando as possibilidades de aprendizagem plena. Essas questões revelam a complexidade do processo de implementação de uma política educacional bilíngue e a urgência de ações concretas para superar os desafios enfrentados pelas escolas do município.

Com base nessa perspectiva, fizeram parte diferentes autores que, com seus trabalhos, contribuíram na construção deste estudo, como Skliar (1998; 2003), Strobel (2009), Fernandes (2006), Quadros (2004) e Karnopp (2012), entre outros. Esses estudiosos, ao discutirem temas como bilinguismo, identidade surda, pedagogia visual, comunidades linguísticas e formação docente, forneceram os subsídios teóricos necessários para analisar as práticas e políticas em curso. Suas contribuições foram essenciais para compreender os fundamentos que sustentam a proposta de educação bilíngue para surdos, bem como as especificidades culturais e linguísticas que marcam a experiência Surda.

Também foram fundamentais as contribuições de autores que se dedicam à análise crítica das políticas públicas educacionais, como Eloisa de Mattos Höfling e Stephen Ball, além de outros que abordam os embates e contradições no campo educacional. Esses referenciais teóricos permitiram compreender os tensionamentos entre as intenções políticas e as realidades institucionais, possibilitando uma leitura mais aprofundada dos desafios enfrentados na implementação das políticas bilíngues no contexto da rede municipal do Recife.

A análise documental revelou que há uma tentativa da rede municipal do Recife (PE) de se adaptar aos marcos legais nacionais que regem a educação bilíngue para Surdos, com iniciativas que demonstram certa valorização da Libras como primeira língua da pessoa surda. Essa valorização se expressa, por exemplo, na criação de salas bilíngues para Surdos em algumas escolas da rede, voltadas para o atendimento às etapas da educação infantil, do

ensino fundamental regular e da modalidade de educação de jovens e adultos, conforme determina o Decreto Municipal nº 28.587/2015. Tal medida sinaliza um avanço normativo importante e demonstra um esforço da gestão pública em estruturar um modelo educacional mais alinhado aos direitos linguísticos da população surda.

No entanto, apesar do decreto estabelecer diretrizes claras sobre a organização das salas regulares bilíngues para Surdos, apenas a previsão normativa não é suficiente para garantir uma educação efetivamente visual, acessível e de qualidade para os estudantes surdos. A criação dessas salas, por si só, não assegura práticas pedagógicas coerentes com os princípios do bilinguismo, especialmente quando se observa a escassez de formações continuadas voltadas ao trabalho em contextos bilíngues. Além disso, nota-se a ausência de materiais didáticos em Libras, bem como a frágil inserção de profissionais Surdos nas equipes escolares — elementos essenciais para a consolidação de um ambiente bilíngue e culturalmente representativo.

Outro ponto crítico diz respeito à insuficiência do número de salas bilíngues para Surdos na rede municipal, o que dificulta o acesso equitativo dos estudantes surdos a esse modelo de escolarização. Mesmo com a existência do decreto, a oferta ainda é limitada, concentrando-se em determinadas unidades escolares, o que impõe barreiras geográficas e logísticas às famílias. Em contrapartida, persiste a lógica integradora da inclusão em salas regulares sem as devidas adaptações linguísticas, o que reforça práticas excludentes e contradiz os princípios de uma educação bilíngue centrada na diferença. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma política mais ampla, que vá além da regulamentação e promova investimentos concretos em infraestrutura, formação e valorização da comunidade surda como protagonista do processo educativo.

Ainda assim, é possível perceber a potência das experiências vivenciadas em contextos de escolarização bilíngue. A presença de professores com conhecimento em Libras, momentos específicos em que a Libras ocupa o centro das interações pedagógicas revelam possibilidades concretas de avanços. Nesse sentido, a educação bilíngue deve ser entendida como algo que vai além de uma estrutura física diferenciada, necessitando de uma mudança de paradigma que envolva o reconhecimento da surdez não apenas como uma condição, mas como uma diferença linguística e cultural. A valorização da Libras como língua de instrução é um ponto crucial, assim como o investimento contínuo na formação de professores surdos e ouvintes que possam atuar de maneira integrada, trabalhando em parceria para proporcionar uma educação verdadeiramente inclusiva.

Fica evidente que a existência de salas específicas para estudantes Surdos, embora essenciais, não são suficientes para garantir uma educação de qualidade. O modelo bilíngue para Surdos, para ser eficaz, exige muito mais do que a boa vontade política; ele demanda uma compreensão profunda das especificidades da cultura surda. Além disso, é necessário a produção de materiais adequados às necessidades dos estudantes surdos, o fortalecimento da comunidade surda dentro do espaço escolar e a abertura para novas formas de ensinar e aprender, que considerem as singularidades de cada estudante. O discurso da inclusão, quando não acompanhado de ações concretas que assegurem os direitos linguísticos dos surdos, corre o risco de se tornar apenas mais uma formalidade ou, até mesmo, um mecanismo de controle, sem efetividade no processo de inclusão.

Assim, é importante ressaltar que a educação bilíngue para Surdos não pode ser reduzida a um simples arranjo institucional isolado, com a criação de espaços específicos. Ela precisa ser uma política pública efetiva, consolidada como política de Estado. Isso implica um compromisso governamental que deve ser sustentado por investimentos contínuos, formação adequada de educadores e, especialmente, pela escuta ativa das comunidades surdas, que precisam estar no centro das decisões que envolvem sua educação.

Neste contexto, é necessário um esforço para ampliar o debate sobre a educação bilíngue para surdos em todo o Brasil, com foco nas realidades locais. Muitos municípios têm buscado desenvolver suas próprias políticas educacionais, e o caso do Recife demonstra que é possível ousar, inovar e avançar. Contudo, também fica claro que é preciso cautela para que práticas que apenas reproduzem desigualdades estruturais não sejam naturalizadas. A educação bilíngue para surdos não pode ser encarada apenas como uma estrutura física ou um modelo isolado; ela deve ser um compromisso coletivo, com ações que realmente transformem a realidade educacional dos Surdos.

Ao refletir sobre os limites da pesquisa, é possível reconhecer que seria de grande valor aprofundar a análise das práticas pedagógicas cotidianas nas salas bilíngues. Isso incluiria uma maior participação de sujeitos surdos nas investigações, como professores, estudantes e familiares. A inclusão desses diferentes atores no processo de pesquisa poderia proporcionar uma visão mais ampla e detalhada das necessidades reais da comunidade surda, e contribuir para um melhor entendimento de como essas práticas podem ser aprimoradas.

Além disso, seria interessante desenvolver estudos comparativos entre diferentes municípios, para identificar as estratégias comuns adotadas em contextos de educação

bilíngue, bem como as resistências locais e as soluções inovadoras que podem surgir de acordo com a realidade de cada lugar. Essas comparações poderiam trazer à tona diferentes abordagens que, juntas, poderiam enriquecer o campo da educação bilíngue para Surdos, evidenciando práticas que funcionam e outras que precisam ser repensadas.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua com as discussões sobre educação bilíngue, não apenas em Recife (PE), mas também em outras regiões do Brasil que enfrentam desafios semelhantes. Que ele inspire novas questões e provocações, e que, principalmente, ajude na construção de práticas pedagógicas mais justas, inclusivas e sensíveis às necessidades e especificidades dos sujeitos surdos. O caminho para uma educação realmente bilíngue e inclusiva passa por um contínuo esforço de reflexão, inovação e ação, com o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos.

9. REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneira, 1998.

ABREU, N. et al. **Universidade Federal Da Paraíba Centro De Educação Programa De Pós -Graduação Em Educação Mestrado.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190811/VASCONCELOS%20Nor%20Abreu%20e%20Lima%20Maciel%20de%20Lemos%202006%20%28disserta%C3%A7%C3%A3o%29%20UFPB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Presença, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016. 225 p. Original francês.

BOBBIO, N.. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. 14ºed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder:** dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, Editora da UNESP, 1997.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora 1994.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BRASIL/MEC/SECADI. **Relatório do Grupo de Trabalho designado pelas Portarias no 1.060/2013 e no 91/2013.** Subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa – a ser implementada no Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=56 513> – Acesso em 6 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.: Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. 404 p.: il.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial:** Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. . Diário Oficial da União, Brasília, 1 de outubro de 2020. Seção 1, p. 6-8. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 16 de set. de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022:** notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023.

BRASIL. Lei n. 14.191, de 03 de agosto de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 de ago. de 2021. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm>. Acesso em: 9 out. 2021.

BRAYNER, I. C. dos S. Experiências De Leitura Em Língua Portuguesa Com Surdos Sinalizantes Do Ensino Fundamental. **Revista Diálogos**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 27–39, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/7800>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos.** Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CAVALCANTI, M. C. & SILVA, I. R. “Já que ele não fala, podia ao menos escrever...”: O Grafocentrismo naturalizado que insiste em normalizar o Surdo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

CICCONE, M. **Comunicação total.** 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto.** Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DIAS, R.; MATOS, F. **O conceito de política pública.** In: DIAS, R; MATOS, F. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-21.

DIAS, A. A. **Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo.** In: Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João

Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/26_cap_3_artigo_04.pdf Acesso em: 18 ago. 2022

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A Democratização Das Políticas Educacionais: Campo De Luta Demarcando Os Sujeitos, Processos E Proposições Na Conferência Nacional Popular De Educação (Conape). **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 3, p. 874–886, 2023. DOI: 10.5216/ia.v47i3.74889. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/74889>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr./jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 abr. 2023.

FERNANDES, S.; CERETTA MOREIRA, L. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**. v. 22, n. 34, p. 225-236, maio/ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>. Acesso em: janeiro/2023.

FERNANDES, S. **Educação bilíngue para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios**. 2003. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, I. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9^a Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: O Princípio Educativo**. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. v. II.

GUTIERREZ, E. O. Audiovisual produzido por jovens surdos: um roteiro de inclusão e acessibilidade. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p.1-17, 2019.

HÖFLING, E. de M.. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. In Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. 2001.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.156 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses_estatisticas/educacao-basica. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

JESUS, J. D. de; FERNANDES, S. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1628–1648, 2017. DOI: 10.21723/riaee.v12.n.3.2017.10355. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10355>. Acesso em: 11 dez. 2022.

KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI A. C. B; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. de; TESKE, O. (org.) **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009

KARNOPP, L. B. Aquisição fonológica nas línguas de sinais. **Letras de Hoje, [S. l.]**, v. 32, n. 4, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15296>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S. Abordagens da Educação Especial no Brasil entre Final do Século Xx e Início do Século XXI. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 24, n. spe, p. 51-68, out. 2018 . Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382018000500051&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2022.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação de surdos. **Cad CEDES**, Campinas, v.19, n. 46, set. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007. Acesso em: 12 agosto de 2021.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LIMA, P. V. DE; NOVATO, T. DA S.; CARVALHO, M. P. DE. Desafios e Medidas de Enfrentamento na Educação dos Surdos e Deficientes Auditivos em Tempos de Pandemia. **Revista brasileira de educação especial**, v. 28, 2022.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, M.A.C.; LEITE, L.P. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n.2, p.305-320, 2011.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2013

LUCCA, J. G.; BAZON, F. V. M.; LOZANO, D. A inclusão escolar no município de Araras: condições e perspectivas. **Educação: Teoria e Prática**, v. 25, n. 49, p. 340-356, 2015.

LINS, L. P. **Políticas de inclusão educacional para estudantes com transtorno do**

espectro autista em Escolas de Tempo Integral de Pernambuco. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/57519>. Acesso em 28 nov 2024.

MACHADO, R.. Educação Inclusiva: Revisar e Refazer a Cultura Escolar. In: MANTOAN, M. T. E. (Org). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

MANTOAN, M. T. E. Escola boa é escola para todos. In: MACHADO, R.; MANTOAN, M. T. E. (org.). **Educação e Inclusão: Entendimento, proposições e práticas**. Blumenau, SC: Edifurb, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é. Por quê, 12, 2016.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDEIROS, J. A. de. **Ulisses Pernambucano**. São Paulo: Paulinas, 1992.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em Saúde**. 12 ed. São Paulo. Hucitec. 2016. p. 407.

MONTAGNA, E., DONOHOE, J., ZAIA, V., DUGGAN, E., O'LEARY, P., WADDINGTON, J., & O'TUATHAIGH, C. (2021). **Transition to clinical practice during the COVID-19 pandemic:** a qualitative study of young doctors' experiences in Brazil and Ireland. BMJ Open, 11(9), e053423. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2021-053423>

MORAES, A. H. C. de. **Descrição do desenvolvimento linguístico em língua inglesa por seis surdos: novos olhares sobre o processo de aquisição de uma língua**. Dissertação de mestrado. Recife: UNICAP, 2012.

MOURA, M. C. **O surdo:** caminhos para uma nova identidade. São Paulo: Editora Revinter, 2000.

MOURA, D. R. **Libras e Leitura de Língua Portuguesa para Surdos**. Curitiba: APPRIS, 2015.

MOURÃO, M. P.; MIRANDA, A. A. B. As teias epistemológicas da educação de pessoas surdas: reconhecer para incluir. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 7, p. 44-53, jan./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20099/10731>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, H. P. D. S. F. **A Escolarização Dos Alunos Surdos E Surdas-Negras No Sul Da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnicoraciais) - Universidade Federal do Sul da Bahia, Itabuna, 2021.

PERNAMBUCO. Decreto nº 30.362, de 17 de abril de 2007. Aprova o Regulamento da Secretaria de Educação, e dá outras providências. **Diário do Poder Executivo**, Recife, 20 jul. 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Gerência de políticas em educação inclusiva, direitos humanos e cidadania**. Recife, 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=179>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

PERNAMBUCO. Instrução normativa SEE 007/2017. Que estabelece procedimentos e normas para realização do Cadastro Escolar e da Matrícula 2018 do (a) estudante da Educação Básica da rede estadual de ensino de Pernambuco, em seu Artigo 69 oferta no ensino fundamental e médio a Disciplina Libras de forma obrigatória para a escola e facultativa para o (a) estudante. **Diário Oficial do Estado**, Recife, 17 nov. 2017, p. 12.

PEREIRA, M. C. da C; KARNOOPP, L. B. Leitura e surdez. **Letras de hoje.**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p.165-177, set. 2003.

PIZZIO, A.; QUADROS, R. M. de. **Aquisição de língua de sinais**. UFSC: Florianópolis, 2011.

QUADROS, R. M. de **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. de. CRUZ, C. R.. **Língua de Sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

QUADROS, R. M. O “BI” em bilinguismo na educação de surdos. In: LODI, Ana Claudia Balieiro et al. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, p. 187-200.

QUADROS, R. M. de. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.

RECIFE. Decreto nº 28587, de 11 de fevereiro de 2015. **Institui Salas Regulares Bilíngues Para Surdos na Rede Municipal de Ensino do Recife**.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

SADER, E. ; ROSA, L . **Energia nos Governos Lula e Dilma e o Golpe**. In: Emir Sader. (Org.). O Brasil que Queremos. 1ed.Rio de Janeiro: UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC, 2016, v. 1, p. 1-270.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOUZA, M. F. M. **O ensino de língua portuguesa como segunda língua para surdos no contexto do ensino remoto**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal da Paraíba. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1215>>. Acesso em: 04 out. 2022.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Epistemologia da Pesquisa em Educação**. Campinas, Praxis, 1998

SARTORETTO, M. L. **Os Fundamentos da Educação Inclusiva**. 2011. Disponível em: http://assistiva.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o_Inclusiva.pdf. Acesso em: 14 Mar. 2023.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos.Rio de Janeiro: WVA,

1997.

SASSAKI, R. K.. Inclusão: o paradigma do Século XXI. **Revista da Educação Especial**. Brasília, 2005.p. 22 e 23

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 44ª Edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2021.

SILVA, I. R. **O uso de algumas categorias gramaticais na construção de narrativas pelo sujeito surdo.** Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem 1998.

SKLIAR, C.B. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C.B. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: **Mediação**, 1998. p. 7-31.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação. nº n. 25, Rio de Janeiro, jan./abr. 2014

SOUZA, R. M.; LINS, H. A. de M.; NASCIMENTO, L. C. R. (Org.). **Plano nacional de educação e as políticas locais para implantação da educação bilíngue para surdos.** Editora técnica: Gildenir Carolino Santos. Campinas, SP: UNICAMP/FE, 2016.

SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos. **Espaço: informativo técnico científico do INES**, n. 9. 1998, p. 38-45.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELOS, N. A. L. M. de L. **Inclusão e realidade: um olhar sobre a pessoa surda.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 96, 2006.

VASCONCELOS, N. A. L. M. de L. **Histórias e memórias de lideranças surdas em Pernambuco.** 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10044>.



APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO



Pesquisa: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Secretários(as) de Educação)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: _____

Como você se define:

() preto(a) () pardo(a) () branco(a) () amarelo(a) () indígena

Formação: _____

Cargo/Função: _____

Há quantos anos você está nesta ocupação? _____

Instituição: _____

Município: _____

BLOCO 01 – INCLUSÃO:

1. Como a política de inclusão de alunos surdos está integrada à política educacional geral do município?
2. Quais são as principais medidas adotadas pela Secretaria de Educação para promover a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares?
3. Como a Secretaria de Educação trabalha para garantir a formação adequada de professores para lidar com a inclusão de alunos surdos?
4. Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Educação na promoção da inclusão dos alunos surdos?
5. Quais são as parcerias ou colaborações existentes com outras instituições ou órgãos governamentais para promover a inclusão dos alunos surdos?

BLOCO 02 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:

1. Como a Secretaria de Educação conceitua a educação bilíngue para surdos?
2. Quais são as práticas pedagógicas adotadas nas salas regulares bilíngues para surdos no município?
3. Como é feita a seleção e formação dos profissionais que atuam nas salas regulares bilíngues para surdos?
4. Quais são os resultados observados com a implantação da educação bilíngue para surdos no município?
5. Quais são os desafios enfrentados na implementação da educação bilíngue para surdos em Recife?

BLOCO 03 – PROPOSTA BILÍNGUE NO MUNICÍPIO:

1. Quais foram os principais motivadores para a implementação das salas regulares bilíngues para surdos em Recife?
2. Como foi o processo de elaboração e aprovação do Decreto Municipal nº

28587/2015 e da Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016?

3. Quais são os critérios utilizados para identificar e selecionar as escolas que oferecem salas regulares bilíngues para surdos?
4. Como é feito o acompanhamento e avaliação da eficácia das salas regulares bilíngues para surdos no município?
5. Quais são as perspectivas futuras para a expansão da proposta bilíngue para surdos em Recife?

BLOCO 04 – AMPLIAÇÃO ATENDIMENTO BILÍNGUE:

1. Quais são os planos da Secretaria de Educação para ampliar o atendimento bilíngue para surdos no município?
2. Como a Secretaria de Educação pretende lidar com a demanda crescente por salas regulares bilíngues para surdos?
3. Quais são as estratégias para garantir a qualidade do atendimento bilíngue oferecido às escolas regulares?
4. Quais são os recursos disponíveis para apoiar a ampliação do atendimento bilíngue para surdos?
5. Como a Secretaria de Educação pretende envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral na ampliação do atendimento bilíngue para surdos?



APÊNDICE II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO



Pesquisa: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Representante - Associação de Surdos de Pernambuco – ASSPE)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: _____

Como você se define:

() preto(a) () pardo(a) () branco(a) () amarelo(a) () indígena

Formação: _____

Cargo/Função: _____

Há quantos anos você está nesta ocupação? _____

Instituição: _____

Município: _____

BLOCO 01 – INCLUSÃO:

1. Qual é o papel da ASSPE na promoção da inclusão dos surdos na sociedade?
2. Como a ASSPE contribui para a inclusão educacional dos surdos em Recife?
3. Quais são os principais desafios enfrentados pela ASSPE na promoção da inclusão dos surdos?
4. Como a ASSPE colabora com as escolas e instituições para garantir a inclusão dos surdos?
5. Quais são as parcerias ou projetos da ASSPE que visam promover a inclusão social e educacional dos surdos em Recife?

BLOCO 02 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:

1. Como a ASSPE comprehende a importância da educação bilíngue para surdos?
2. Quais são as ações da ASSPE para promover a educação bilíngue para surdos em Recife?
3. Como a ASSPE apoia as escolas e professores na implementação da educação bilíngue para surdos?
4. Quais são os resultados observados com as iniciativas da ASSPE na área da educação bilíngue para surdos?
5. Quais são os desafios enfrentados pela ASSPE na promoção da educação bilíngue para surdos em Recife?

BLOCO 03 – PROPOSTA BILÍNGUE NO MUNICÍPIO:

1. Qual é a avaliação da ASSPE sobre a proposta de salas regulares bilíngues para surdos no município?
2. Como a ASSPE colaborou na elaboração e implementação do Decreto Municipal nº

28587/2015 e da Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016?

3. Quais são as sugestões da ASSPE para aprimorar a proposta bilíngue para surdos em Recife?
4. Como a ASSPE avalia o impacto do Decreto Municipal e da Instrução Normativa na educação bilíngue para surdos em Recife?
5. Quais são as expectativas da ASSPE para o futuro da educação bilíngue para surdos no município?

BLOCO 04 – AMPLIAÇÃO ATENDIMENTO BILÍNGUE:

1. Quais são as propostas da ASSPE para ampliar o atendimento bilíngue para surdos em Recife?
2. Como a ASSPE pretende lidar com a demanda crescente por educação bilíngue para surdos na cidade?
3. Quais são os recursos necessários para a ampliação do atendimento bilíngue para surdos em Recife?
4. Como a ASSPE planeja envolver a comunidade surda e a sociedade em geral na ampliação do atendimento bilíngue para surdos?
5. Quais são as parcerias que a ASSPE busca estabelecer para fortalecer a educação bilíngue para surdos em Recife?



APÊNDICE III

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO



Pesquisa: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Representante - Gerência de Educação Especial da Prefeitura do Recife, através do Núcleo de Educação de Surdos (NES))

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: _____

Como você se define:

() preto(a) () pardo(a) () branco(a) () amarelo(a) () indígena

Formação: _____

Cargo/Função: _____

Há quantos anos você está nesta ocupação? _____

Instituição: _____

Município: _____

BLOCO 01 – INCLUSÃO:

1. Como o Núcleo de Educação de Surdos (NES) da Gerência de Educação Especial promove a inclusão dos surdos na rede municipal de ensino?
2. Quais são as principais medidas adotadas pelo NES para garantir a inclusão dos alunos surdos nas escolas regulares?
3. Como o NES trabalha para garantir a formação adequada de professores para lidar com a inclusão de alunos surdos?
4. Quais são os principais desafios enfrentados pelo NES na promoção da inclusão dos alunos surdos?
5. Quais são as parcerias ou colaborações existentes com outras instituições ou órgãos governamentais para promover a inclusão dos alunos surdos?

BLOCO 02 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:

1. Qual é a concepção de educação bilíngue para surdos adotada pelo NES?
2. Quais são as práticas pedagógicas recomendadas pelo NES para as salas regulares bilíngues para surdos no município?
3. Como é feita a seleção e formação dos profissionais que atuam nas salas regulares bilíngues para surdos?
4. Quais são os resultados observados com a implantação da educação bilíngue para surdos no município?
5. Quais são os desafios enfrentados na implementação da educação bilíngue para surdos em Recife?

BLOCO 03 – PROPOSTA BILÍNGUE NO MUNICÍPIO:

1. Qual foi o papel do NES na elaboração e implementação do Decreto Municipal nº

- 28587/2015 e da Instrução Normativa SEEDUC nº 2/2016?
2. Quais são os critérios utilizados pelo NES para identificar e selecionar as escolas que oferecem salas regulares bilíngues para surdos?
 3. Como é feito o acompanhamento e avaliação da eficácia das salas regulares bilíngues para surdos no município?
 4. Quais são as perspectivas futuras do NES para a expansão da proposta bilíngue para surdos em Recife?
 5. Quais são os principais resultados alcançados com a implantação das salas regulares bilíngues para surdos no município?

BLOCO 04 – AMPLIAÇÃO ATENDIMENTO BILÍNGUE:

1. Quais são os planos do NES para ampliar o atendimento bilíngue para surdos em Recife?
2. Como o NES pretende lidar com a demanda crescente por salas regulares bilíngues para surdos?
3. Quais são as estratégias para garantir a qualidade do atendimento bilíngue oferecido às escolas regulares?
4. Quais são os recursos disponíveis para apoiar a ampliação do atendimento bilíngue para surdos?
5. Como o NES planeja envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral na ampliação do atendimento bilíngue para surdos?



APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO



Pesquisa: POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÍLINGUE PARA SURDOS EM RECIFE/PE:
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Professor Bilíngue das Salas Regulares Bilíngues para Surdos)

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Sexo: _____

Como você se define:

() preto(a) () pardo(a) () branco(a) () amarelo(a) () indígena

Formação: _____

Cargo/Função: _____

Há quantos anos você está nesta ocupação? _____

Instituição: _____

Município: _____

BLOCO 01 – INCLUSÃO:

1. Como você percebe o papel da sala regular bilíngue na promoção da inclusão dos alunos surdos na escola?
2. Quais estratégias você utiliza para garantir a inclusão dos alunos surdos nas atividades escolares?
3. Como é a interação entre os alunos surdos e ouvintes na sala de aula bilíngue?
4. Quais desafios você enfrenta na promoção da inclusão dos alunos surdos na escola regular?
5. Como você avalia o suporte oferecido pela escola para garantir a inclusão dos alunos surdos?

BLOCO 02 – EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS:

1. Como você entende Educação Bilíngue para Surdos?
2. Qual é a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua na sala de aula bilíngue?
3. Como você adapta o ensino para garantir que a Libras seja a língua principal utilizada na sala de aula?
4. Quais estratégias você utiliza para facilitar a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes?
5. Como você promove o ensino da língua portuguesa escrita na sala de aula bilíngue?
6. Quais são os principais resultados observados com a educação bilíngue para surdos na sua experiência como professor?

BLOCO 03 – PROPOSTA BILÍNGUE NO MUNICÍPIO:

1. Como você percebe a implementação das salas regulares bilíngues para surdos no

- município?
2. Quais são os principais benefícios que as salas regulares bilíngues trazem para os alunos surdos?
 3. Como é a sua participação no desenvolvimento e implementação das políticas de educação bilíngue para surdos?
 4. Quais são os desafios enfrentados na implementação das salas regulares bilíngues para surdos?
 5. Como você avalia a influência do Decreto Municipal nº 28587/2015 na educação bilíngue para surdos em Recife?

BLOCO 04 – AMPLIAÇÃO ATENDIMENTO BILÍNGUE:

1. Quais são as suas sugestões para ampliar o atendimento bilíngue para surdos no município?
2. Como você acredita que a demanda crescente por educação bilíngue para surdos deve ser atendida?
3. Quais recursos você considera essenciais para garantir a qualidade do atendimento bilíngue para surdos?
4. Como você percebe o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade na ampliação do atendimento bilíngue para surdos?
5. Quais parcerias você acredita que são importantes para fortalecer a educação bilíngue para surdos no município?

APÊNDICE V



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa “Política de Educação Bilíngue para Surdos em Recife/PE: Concepções e Práticas”, que está sob a responsabilidade do pesquisador Leonardo da Silva Santos, residente na Rua Barão de São Francisco, 186, Bloco 28, apto 401, Alberto Maia, Camaragibe, Pernambuco, disponível através dos contatos: leonardo.lss@ufpe.br (e-mail), (81)99666-7513 (Whatsapp e ligações a cobrar).

A pesquisa está sob a orientação da profª. Drª. Ana Lúcia Borba de Arruda, disponível através dos contatos: ana.barruda@ufpe.br e (81) 99603-5901.

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O(a) senhor(a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** A educação bilíngue para surdos é um tema crucial que vai além das questões linguísticas, influenciando diretamente a inclusão e a vivência cultural dessas pessoas, diante disso, tem como objetivo analisar a política de educação bilíngue para surdos em Recife/PE. Serão investigados os textos legais, a documentação pertinente da área, bem como as políticas e práticas adotadas no município, com o olhar voltado para as estratégias adotadas. Além da análise documental, serão realizadas entrevistas com diferentes atores envolvidos no processo, incluindo gestores, professores e representantes de entidades ligadas à educação bilíngue para surdos em Recife. Caso deseje participar desta pesquisa, você será convidado a responder a uma entrevista individual, realizada durante um encontro presencial, com perguntas sobre a política de educação bilíngue presente na cidade do Recife/PE. O tempo estimado para a entrevista é de uma hora.
- **RISCOS:** Entendemos que participar desta pesquisa tem como risco a exposição das suas informações pessoais e profissionais. Por este motivo, não divulgaremos seu nome ou outras informações sensíveis na pesquisa.
- **BENEFÍCIOS:** Os resultados desta pesquisa contribuirão para a compreensão da política de educação bilíngue para surdos em Recife, possibilitando a identificação de pontos fortes e de melhoria nas práticas adotadas. Além disso, a participação na pesquisa pode promover reflexões sobre a importância da inclusão e da diversidade na educação, tanto na esfera acadêmica quanto na prática educacional.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo

assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (áudios e/ou filmagens e transcrições das entrevistas), ficarão armazenados em pasta virtual na plataforma Google Drive, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço acima informado pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o(a) senhor(a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (**Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br**).

(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “Política de Educação Bilíngue para Surdos em Recife/PE: Concepções e Práticas”, como voluntário(a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: